



Trabalho Final de Graduação

O Core da Cidade

Uma proposta de requalificação para o Centro de Fortaleza

Universidade Federal do Ceará
Centro de Tecnologia
Arquitetura e Urbanismo

Alunos:

José Renato Nogueira - 9535128

George Matoso - 9533915

Renata Horn Barbosa - 9631119

Orientador: Prof. Roberto Castelo

Fortaleza, janeiro de 2002.

AGRADECIMENTOS

Desejamos inicialmente agradecer a todos aqueles que estiveram ao nosso lado auxiliando não apenas na realização deste trabalho, mas nos momentos tanto de dúvidas e incertezas quanto de descobertas e conquistas: Ao nosso Deus Criador; aos nossos pais; aos nossos orientadores Roberto Castelo e José P. Lemenhe ; aos professores Magnólia e Paulo Cunho; ao engenheiro calculista Joaquim Mota e aos nossos inestimáveis amigos: Tiago Veras, Marília Borges, Fred Alves, Clévio Rabelo, Paulo Wagner, Arthur Molina, Beatriz Sales, Patrícia Peixoto, Emanuela Rangel, Clélia Carvalho e o escritório 3ARQ; Marycia Cyrino, Andréa Barreto e a todos aqueles que, embora aqui esquecidos, certamente moram em nossos corações.

"Apenas no seu aspecto social a arquitetura me deprime. Sentindo como é discriminatória neste mundo injusto em que vivemos. Não se trata de um problema social no qual a arquitetura não pode intervir, pois dele é resultante. É claro que só a mudança da sociedade lhe garantirá o conteúdo humano, desejado e que não é na prancheta, mas na luta política que o arquiteto poderá atuar e contribuir.

A arquitetura mais 'simples', mais 'ligada ao povo', 'despojada', como alguns sugerem, denuncia apenas desinformação e oportunismo. Sem a mudança da sociedade, os programas continuarão os mesmos, alheios à miséria imensa que nos cerca, demagógicos e paternalistas, como dizia Engels.

Mas quando a sociedade mudar, 'quando nossos tetos se unirem' a arquitetura servirá a todos e será mais bela e criadora, pois mais belo e criador será o mundo de amanhã."

Oscar Niemeyer

SUMÁRIO

Introdução	5	A Praça Cívica	64
Metodologia	6	Implantação dos edifícios	66
Considerações iniciais		Considerações sobre a "radicalidade" da intervenção	70
A globalização	7	Os Edifícios	
O turismo e a produção do espaço	9	O Palácio do Governo	75
Os centros urbanos	12	A Assembléia Legislativa	89
A inserção do Ceará no contexto da globalização	15	O Museu da Cidade	105
Evolução urbana de Fortaleza	19	Conclusão	119
Diagnóstico do Centro de Fortaleza	23	Bibliografia	120
Legislação	29		
Idéias e projetos para o Centro de Fortaleza	32	Mapas	
Diretrizes Gerais para o Centro de Fortaleza	34	Mapa 01 – Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza	18
Diretrizes Gerais para o Sistema Viário	43	Mapa 02 – Principais vias e acessos de Fortaleza	22
Diretrizes Gerais para o Transporte Coletivo	45	Mapa 03 – Patrimônio Histórico	30
Diretrizes Gerais para os Estacionamentos	45	Mapa 04 – Uso e Ocupação do Solo	31
Diretrizes Gerais para Carga e Descarga	46	Mapa 05 – Diretrizes Gerais para o Centro de Fortaleza	35
O Caráter das intervenções	49	Mapa 06 – Sistema Viário Básico 01	47
Trabalho Final de Graduação		Mapa 07 – Sistema Viário Básico 02	48
A Intervenção	52	Mapa 08 – Foto área	54
Apresentação	52	Mapa 09 – Área de intervenção e entorno imediato	57
Área de intervenção	53	Mapa 10 – Topografia da área de intervenção	61
Breve histórico da área	55		
Entorno imediato	56		
Sistema viário	58		
Aspectos topográficos da área	60		
Diretrizes para a área de intervenção	62		

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu para responder a um questionamento: como desenvolver um projeto arquitetônico a partir de questões relativas aos problemas urbanos e à contemporaneidade?

Desde o início, parecia simplória a idéia de se escolher um tema específico para implementá-lo em um terreno qualquer na cidade. Era desejado que a proposição do edifício fosse regida não apenas pelas necessidades da área em estudo como também da própria cidade.

A idéia de se estudar a área central, seus problemas e potencialidades nasceu de diversas conversas com professores, dentre os quais Lemenhe, Cartaxo e Roberto Castelo, e apresentou-se, desde o início, como terreno bastante fértil de possibilidades e propício de ser desenvolvido em equipe.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste projeto, foram cumpridas as seguintes etapas:

- Diversas visitas à região central com o intuito de se conhecer seus diferentes espaços e escalas. Essas incursões foram registradas, constituindo um levantamento com cerca de 340 fotos;
- Embasamento teórico mediante a leitura e discussão de textos e livros indicados pelos professores;
- A análise de trabalhos curriculares de alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC;
- A análise dos projetos participantes do Concurso Parque da Cidade;
- A análise da legislação urbana municipal;
- Leituras complementares;

No início do estudo ainda não tínhamos um tema específico a ser desenvolvido, porém sabíamos que qualquer abordagem teria que estar embasada em reflexões acerca de questões contemporâneas importantes.

Antes, portanto, de iniciarmos o trabalho final de graduação, fazamos algumas considerações iniciais.

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

No processo de globalização, "produto do desenvolvimento do capitalismo que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos, (...) o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria", sendo cada vez mais "produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo"^{1 2}.

O atual estágio de evolução do capitalismo tem exigido uma maior flexibilidade das operações financeiras e comerciais, não apenas regionais como também internacionais. Essa flexibilidade tem sido conquistada aliando-se inovações tecnológicas nas áreas de telecomunicações (internet, fax, satélites, televisão) e de transportes (frete a jato, serviço intercontinental de transporte). Devido a esse fenômeno, costuma-se afirmar que vivemos hoje em um mundo "desprovido de barreiras espaciais".³ Significa dizer que uma multinacional consegue coordenar a produção e a tomada de decisões em várias fábricas em diversos lugares do mundo ao mesmo tempo que "o carro global, com peças produzidas em vários países equipara-se à televisão global com numa nova distribuição internacional de mão de obra que transformou a geografia da produção mundial."⁴

Tudo isso é sustentado por revoluções que ocorreram em paralelo no sistema financeiro mundial. "O desenvolvimento local depende, basicamente, de um sistema global de financiamento em que bilhões de dólares podem ser transferidos de Londres

¹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. In, Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo. Hucitec, 1996. p. 25.

² "Para George Cazes, o turismo não é uma atividade industrial mas um setor que se volta, exclusivamente, ao setor de serviços. (...) O turismo, portanto, apareceria como um misto de atividades que se definiria na articulação entre indústria e serviços." (Carlos, Ana Fani Alessandri).

³ HARVEY, David. *Espaços urbanos na "aldeia global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*. Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo, n.1, agosto de 1994. Belo Horizonte. PUC-MG.

⁴ Idem

para Hong Kong, Tóquio ou Nova Iorque num piscar de olhos vinte e quatro horas por dia. Se o acesso ao capital excedente, onde quer que se encontre, é de grande valia, por outro lado, uma série de problemas surgem do fato de estarmos vivendo em um mundo de fluxo irrestrito de capital. Todos tornam-se vulneráveis à recente volatilidade e insegurança características dos mercados financeiros e monetários. (...) O resultado é uma insegurança e instabilidade geográfica crescentes na medida em que o dinheiro se move de uma área de influência para outra.”⁵

Por um outro lado, a redução das barreiras espaciais e a crescente volatilidade do capital reforçaram o significado e a qualidade dos espaços. Gestões urbanas cada vez mais preocupadas com planos estratégicos de crescimento disputam fluxos financeiros e de consumo, dando origem à chamada “cidade empresarial”.

Dentro das diversas opções atuais que as cidades têm para melhorar seu desempenho como centro de consumo está o investimento no turismo em massa e em indústrias ligadas ao lazer. Desta maneira reforça-se a importância das cidades como centros de compras, lazer e cultura. A preparação das cidades para o turismo “é uma sólida base econômica para recuperar o passado, melhorar a qualidade de vida e fornecer o tipo certo de infra-estrutura”.⁶

A qualidade do lugar tem sido enfatizada e a produção de uma imagem da cidade tornou-se tão importante quanto a realidade, no entanto “é difícil projetar uma imagem sem substância para sustentá-la”.⁷ Corre-se o risco de se criar uma imagem de pastiche, alienada, representando apenas soluções de caráter estético. A comercialização da

⁵ HARVEY, David. *Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*. Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo, n.1, agosto de 1994. Belo Horizonte. PUC-MG.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

imagem do lugar através da prática turística constitui o principal sustentáculo econômico de várias regiões do mundo.

Uma questão, porém, deve ser esclarecida: a produção do lugar deve estar voltada exclusivamente para fins comerciais?

O TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Barrios definiu o espaço socialmente construído como sendo "o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituído em significações pelas práticas cultural-ideológicas". A autora afirma que "não existe teoria do espaço que não seja integrante de uma teoria social geral" e indica a necessidade "derivar a problemática espacial de uma totalidade apreendida em suas múltiplas dimensões, para assim se poder compreender a natureza, especificidade e inter-relações dos diferentes processos que geram tal problemática".⁸

A produção do espaço pelo turismo está associada à criação de um mundo ilusório. O lugar torna-se cenário, conduzindo o turista à posição de espectador passivo, que se sujeita às manipulações e desfruta a própria alienação. Ao se comercializar o lugar, produz-se o não-lugar. Em outras palavras, é um espaço que "perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. (...) Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, (...). O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam

⁸ BARRIOS, Sonia. *A Produção do Espaço*. In, *A Construção do Espaço*. Org.: Maria Adélia de Souza e Milton Santos. São Paulo. Nobel, 1986.

no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. (...) O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida.”⁹

Para Ferrara “o turismo precisa ser reinventado, precisa redescobrir-se como inteligibilidade que deve dinamizar criativamente a fruição. Para tanto, é indispensável superar a simples visibilidade decorativa e esteticizante da terra estranha como cartão postal, para propor a descoberta que envolverá o turista na sua capacidade de encontrar alternativas e conhecer o que é estranho a fim de conhecer-se”. O autoconhecimento, que é elemento básico no curso da mundialização da cultura, “exige mais participação inteligente do que fruição consumista”.¹⁰

O homem, como ser comunicativo, necessita externar conceitos, idéias e sentimentos. Efetiva a comunicação formulando e decifrando códigos expressos por intermédio de diversos canais como a escrita, a fala, a música, a pintura, e inclusive a arquitetura. De fato, uma das formas de comunicação entre as pessoas está na manifestação da construção de seus próprios lugares.

O lugar deve nascer, portanto, da necessidade de comunicação, de troca de experiências, da afirmação da identidade, da consciência política e dos conflitos dos

⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. In, Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázig, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo. Hucitec. 1996. p. 28.

¹⁰ FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *O turismo dos deslocamentos virtuais*. In, Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázig, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo. Hucitec. 1996. p. 23.

indivíduos participantes da sociedade, podendo ser enfatizado através de marcos e monumentos ¹¹.

Observa-se atualmente a propagação da arquitetura temática em todo o mundo, principalmente nas cidades que buscam atrair capital através da atividade turística. Ao mesmo tempo prolifera-se a tendência pós-moderna do historicismo eclético. Nesse contexto, os espaços criados não guardam relação alguma com a realidade local. São construções fantasiosas, verdadeiros não-lugares.

É preciso refletir sobre as causas e conseqüências dessa questão.

A projeção de uma imagem da cidade tornou-se de grande importância, posto que atrai capital e pessoas. Para Harvey, é atribuído ao planejamento urbano o papel de construir a imagem urbana. "Quando não há herança real suficiente para fundamentar uma imagem urbana atraente, torna-se imprescindível a construção de uma pseudo-imagem."¹²

Conclui-se, portanto, que o anseio pela construção dessa imagem, a fim de obter os recursos e investimentos, pode levar à criação de falsos ícones e cidades-cenário. "A tendência pós-modernista para a exumação de estilos passados para a reconstrução, imitação e referências históricas, e para réplica direta de estilos vernaculares locais pode ser interpretada como parte essencial de um grandioso empreendimento ideológico no sentido de se criar, com resultados lucrativos, um sentido de lugar individualizado num mundo em processo de encolhimento."¹³

¹¹ "A monumentalidade surge da eterna necessidade humana de criar símbolos (...) monumentos, que conforme o significado da palavra latina são qualquer coisa, que deve ser transmitida à geração seguinte." Idem.

¹² HARVEY, David. *Espaços urbanos na "aldeia global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*. Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo, n.1, agosto de 1994. Belo Horizonte. PUC-MG.

¹³ Idem.

O que pode parecer inofensivo traz consequências nocivas para a sociedade, que não produz o espaço em que vive: "Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação."¹⁴

Este trabalho procura negar a produção dos não-lugares destinados às práticas turísticas que, por serem vinculadas ao consumo, não promovem a cultura e identidade local. Pretende, diante disso, afirmar a possibilidade de criar um espaço urbano que, vinculado à realidade, fortaleça a imagem da cidade em bases concretas e originais.

OS CENTROS URBANOS

"A simples menção da palavra *Centro* (em se tratando de centros urbanos) nos remete, de imediato, a referências como a de *centro histórico*, *centro de negócios*, *centro comercial e de serviços*, *centro geográfico*, *coração da cidade*. Lugar que favorece o encontro, a comunicação e o comércio, é onde a vida urbana fervilha, mostrando-se em sua plenitude".¹⁵

"No passado, muitas cidades tinham formas e estruturas definidas e estavam construídas em torno de um núcleo central que era o fator determinante daquelas formas. Eram as cidades as quais tinham os núcleos, por sua vez havia a cidade, uma verdadeira cidade – e não simplesmente um agregado de indivíduos. Elemento essencial de todo verdadeiro organismo é o seu centro, o qual aqui chamamos de coração".¹⁶

¹⁴ SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. Nobel, 1987. (Extraído do texto de Pompeu Figueiredo Carvalho)

¹⁵ Extraído do Trabalho Final de Graduação elaborado por Emanuela R. Monteiro sob a orientação do Prof. José P. Lemenhe no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. *Requalificação do Centro de Fortaleza: o estudo de roteiros temáticos*. Fortaleza, 2000. p.8

¹⁶ CIAM, *O Coração das Cidades*. Cambridge, 1955.

O centro é o lugar na cidade mais imbuído de caráter simbólico, pois marca o início do crescimento urbano. O local onde as cidades nasceram e em torno do qual se desenvolveram. Significa, portanto, o mais importante ponto de referência e articulação entre os diversos pontos da cidade. Expressam diretamente sua organização política, econômica e social.

Verifica-se que muitas cidades ao redor do mundo encontram-se com seus centros urbanos em situação de estagnação e declínio. Em parte, pode-se explicar este fenômeno tomando por base seu processo de desenvolvimento – muito semelhante na maioria dos casos, inclusive em Fortaleza.

Um grande número de cidades tem sua origem em pequenas vilas. Com o aumento da densidade populacional, essas vilas tornam-se mais complexas, adquirindo novas construções de importância simbólica, como a Igreja, o Mercado e a Câmara, edifícios localizados normalmente em torno da praça pública. As habitações, as instituições político-administrativas e financeiras e os maiores estabelecimentos comerciais coexistem harmoniosamente nos centros nos períodos iniciais da formação urbana.

O desenvolvimento de uma cidade pode ter origem no aumento natural da população ou em emigrações. Em seu processo de expansão, a cidade rompe seus limites primitivos, disseminando-se - nascem novos bairros e com eles novas centralidades. É intensificada a ocupação das áreas centrais iniciais e à medida que a cidade cresce, tornando mais complexos os mecanismos de administração, produção e consumo, surge a demanda por maiores espaços. Ocorre saída das instituições político-administrativas, jurídicas e financeiras - estruturas mantenedoras da qualidade do espaço urbano, porém exigentes em área e infra-estrutura.

A descentralização, embora inevitável, ocorre freqüentemente seguida do esquecimento da função que os centros iniciais (históricos) poderiam desempenhar em conjunto com as novas centralidades.

Com a perda gradativa da relação entre as atividades que antes lhe conferiam diversidade e dinamismo, instala-se o ciclo de degradação e desvalorização nas áreas centrais.

Já foi discutido anteriormente como o processo de globalização tem atuado de maneira a enfatizar a qualidade do lugar, revalorizando a imagem urbana. Essa questão tem gerado em todo o mundo preocupações relativas à requalificação dos centros urbanos desgastados, que precisam ser "foco de toda uma vida urbana, não apenas econômica, mas também cívica"¹⁷ Esta preocupação já existente nos suportes da arquitetura moderna, através dos CIAM. Segue abaixo, um trecho de um de seus membros, o historiador Giedon:

"Por toda parte aumenta atualmente a necessidade de um restabelecimento do equilíbrio entre as esferas individual e colectiva. Este foi o motivo inconfessado de tema *The Core of the City*, (...) escolhido para o VIII Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), que teve lugar em Hoddeston, Inglaterra, em julho de 1951. Foram os ingleses que introduziram a designação *core of the city*; que em breve se generalizou, em vez da expressão *civic center*, (...) que muitas vezes se limitava exclusivamente a edifícios de administração. Esta designação tem um passado remoto (...).

"A palavra *core*, que existe em inglês desde o século XIV, (em latim *cor*, coração) é definida no *Oxford Dictionary* como 'a parte central e mais interior, o coração de tudo'.

Os ingleses explicam-na como sendo 'o elemento que faz duma comunidade uma comunidade e não um simples agregado ocasional de indivíduos' (...).

"O interesse no *core* é uma parte do processo de humanização geral, quer dizer, do retorno à escala humana, à consciência dos direitos do indivíduo em relação a tirania da máquina. É muito possível que as *restitutis in integrum* duma autêntica vida de comunidade consigam vencer mais cedo nos novos núcleos de cidade que se formam (...).¹⁸

A INSERÇÃO DO CEARÁ NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

É através do turismo que o Ceará se insere no contexto da economia globalizada. A política adotada pelo Governo do Estado de consolidação de um centro de consumo e serviços se revela através dos grandes investimentos em infra-estrutura e em programas de preservação e revalorização do patrimônio histórico.

A entrada do Ceará na dinâmica do turismo é divulgada através do discurso de posse do atual governo, que apontava para o "desenvolvimento dos serviços e do turismo" e a "expansão e modernização da infra-estrutura". Salientava também que o Estado usaria "sua capacidade de investimento para alavancar recursos do setor privado, dos governos federal e dos municípios" e "utilizar o potencial de sua ação para mobilizar iniciativas de outros agentes da sociedade".¹⁹

¹⁷ CARVALHO, Pompeu Figueiredo. *Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulista: a construção do lugar*. In: Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 105

¹⁸ GIEDON, S. *A arquitetura e comunidade*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (1955). (O trecho foi extraído do texto de Pompeu Figueiredo Carvalho)

¹⁹ LIMA, Luiz Cruz. *O planejamento regional ajuda o turismo*. In Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 197.

Essa política de desenvolvimento determina a importância de Fortaleza como centro de serviços ligados à cultura e ao lazer, tornando indispensáveis, portanto, investimentos que proporcionem novas formas de organização do espaço do lugar. Decorrente deste processo estaria a melhoria da qualidade de vida através do aumento da oferta de emprego, da capacitação de mão-de-obra e do fornecimento de infraestrutura que incluísse hotéis e lojas; parques; centros culturais e museus; centros de exposições, feiras e eventos; espaços que possam abrigar eventos esportivos e concertos, etc.

No sentido de aliar o turismo ao desenvolvimento econômico do Estado, alguns investimentos em infraestrutura foram promovidos pelo Estado: o novo aeroporto internacional Pinto Martins; o porto do Pecém; a construção de novas estradas e melhoria das existentes; a ponte sobre o rio Ceará; o Centro Cultural Dragão do Mar; a implantação do trem metropolitano (Metrofor); o Centro de Eventos (em fase projetual), entre outros.²⁰

Aliada à política do Governo do Estado, está a iniciativa privada que tem realizado grandes investimentos em Fortaleza mediante a construção de *shoppings-centers*, supermercados, as grandes prestadoras de serviços, os centros empresariais, etc. Estas intervenções, no entanto, têm em comum a “busca desenfreada do lucro e pela avareza quanto à retribuição ao âmbito público”.²¹

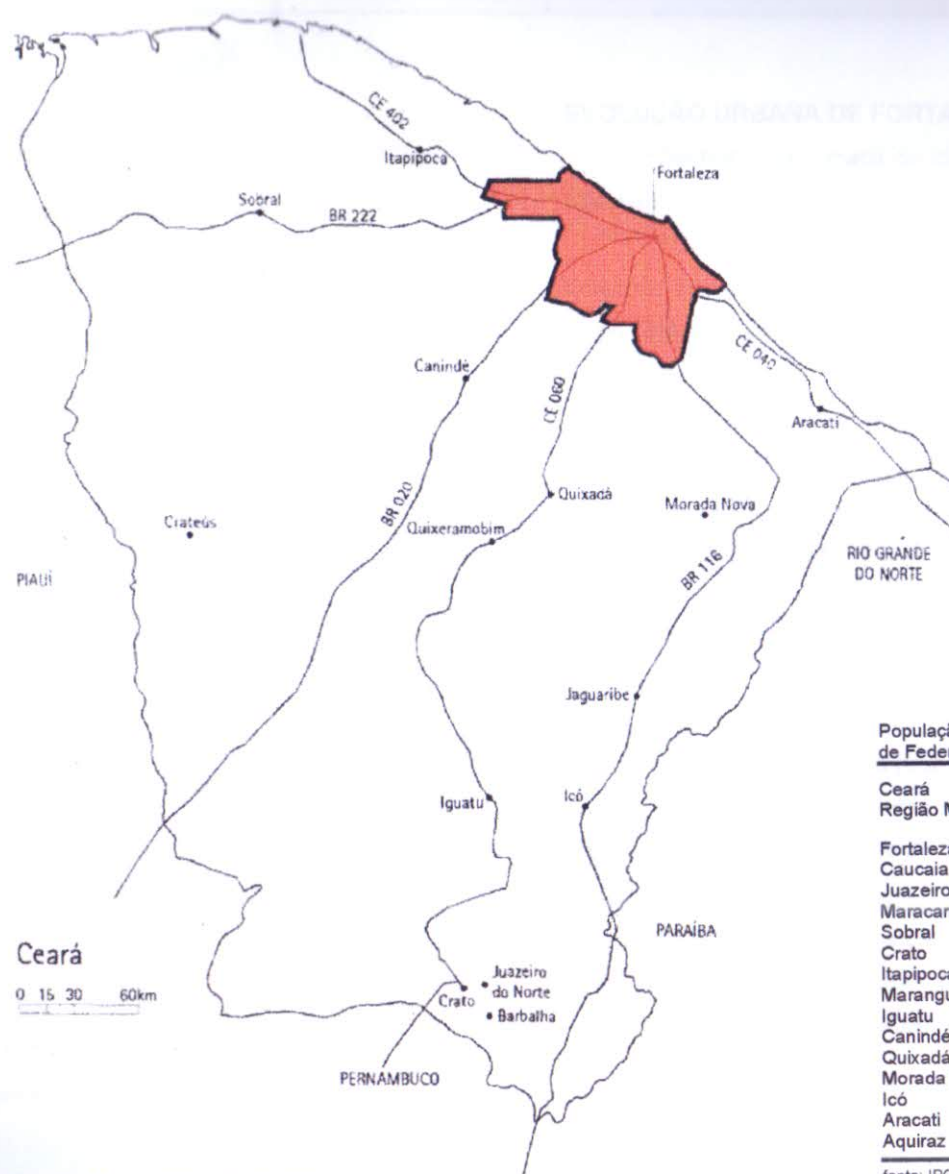
²⁰ Estes projetos estão gerando ainda mais novos empregos nas proximidades da cidade de Fortaleza e deverão atrair, no futuro, um enorme contingente populacional para a Região Metropolitana. Esta última já concentra em torno de 40% da população geral do estado. Este percentual não registra somente a quantidade de pessoas que vivem na região, mas representa um indício de como essa área tem concentrado a maioria dos investimentos feitos no Ceará nos últimos anos.

²¹ Fortaleza, Cidade Fragmentada.

A falta de um planejamento metropolitano ou municipal torna estas ações pontuais e desarticuladas, comprometendo a estruturação da cidade. "Tais conflitos emergem suportados pelos interesses, muitas vezes, distintos, entre os vários níveis de poder concernentes às questões do solo urbano no que tange ao âmbito municipal na esfera estadual e da iniciativa privada".²²

²² Fortaleza, Cidade Fragmentada.

²² Em torno do que hoje conhecemos como Praça dos Leões.



População residente segundo as Unidades de Federação e municípios - 2000

Ceará	7.418.476
Região Metropolitana de Fortaleza	2.975.703
Fortaleza	2.138.234
Caucaia	250.246
Juazeiro do Norte	211.858
Maracanaú	174.599
Sobral	155.120
Crato	104.377
Itapipoca	94.340
Maranguape	87.770
Iguatu	85.737
Canindé	69.579
Quixadá	69.504
Morada Nova	64.394
Icó	62.494
Aracati	61.146
Aquiraz	60.574

fonte: IBGE e Censo Demográfico 2000.

Receita orçamentária arrecadada pelos municípios - Ceará - 1998 (R\$)

Ceará	7.418.476
Região Metropolitana de Fortaleza	2.975.703
Fortaleza	579.890.694
Caucaia	69.289.963
Juazeiro do Norte	54.407.183
Maracanaú	54.238.819
Sobral	44.789.257
Crato	21.703.365
Itapipoca	17.258.802
Maranguape	16.787.517
Iguatu	16.429.794
Canindé	16.235.911
Quixadá	15.769.275
Morada Nova	14.959.929
Icó	14.662.855
Aracati	12.647.184
Aquiraz	12.226.515

fonte: Anuário Estatístico do Ceará 1998/1999 - Iplane

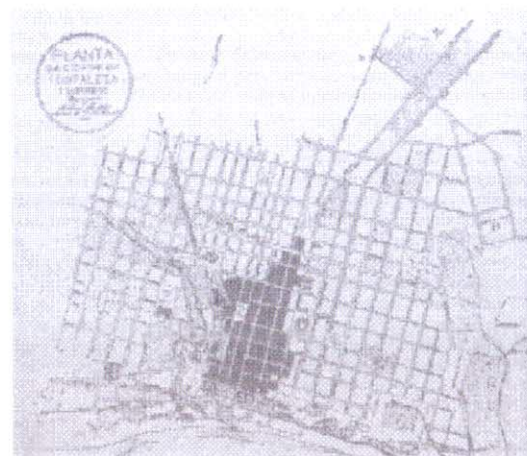
Mapa do Ceará e da Região Metropolitana de Fortaleza, contendo as principais vias de acesso (sistema viário concêntrico) e as principais cidades e sua relação com a capital, por tamanho de população e arrecadação orçamentária

MAPA 01 - CEARÁ E REGIÃO METROPOLITANA
(FONTE: TIAGO VERAS)

O Core de Fortaleza



Levantamento da Vila de Nossa Senhora de Assunção. Mapa de Silva Paulet (1818).



Planta de Fortaleza e Subúrbios (1875) de Adolfo Herbster, em traçado xadrez e boulevards. A parte escura corresponde ao perímetro central urbano.

EVOLUÇÃO URBANA DE FORTALEZA

Conhecer um pouco da história de Fortaleza possibilita melhor compreender sua situação atual.

Tendo sua origem em uma pequena vila portuária situada em torno de um forte holandês às margens do Riacho Pajeú no século XVII, Fortaleza só passa a desempenhar papel relevante no cenário político e econômico da Província em meados do século XIX, devido principalmente ao aumento da exportação algodoeira.

Por volta de 1860 até o fim do século XIX, graças a seu crescimento econômico, a cidade passa por sucessivas transformações estruturais. Nesta época, o engenheiro Adolfo Herbster, contratado pela prefeitura, desenvolveu uma série de planos que ampliaram e disciplinaram o traçado em xadrez da cidade, iniciado algumas décadas antes por Silva Paulet. Conhecidos como "Planos de Embelezamento", foram responsáveis pela delimitação do "Centro Urbano da Cidade de Fortaleza".

Durante esse período até o início do século XX, a cidade experimentou um grande progresso, passando a contar com praças públicas, cinemas, teatros, eletricidade, serviço de transporte público (bondes), etc.

O eixo político deslocou-se da região do Jaguaribe para Fortaleza e importantes instituições estaduais como o Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa instalaram-se na área central.²³

A partir de 1930, observa-se um desenvolvimento desordenado da cidade. Fortaleza experimenta uma nova dinamização de seu crescimento territorial, ultrapassando a antiga malha prevista por Herbster. Neste mesmo período, a zona

comercial no centro da cidade é ampliada e muitas famílias transferem-se para novos bairros, sendo o de Jacarecanga o preferido.

Esse processo de acelerado de expansão, físico e demográfico, permaneceu constante nos 30 anos que se seguiram. No decorrer das décadas seguintes, observou-se o desenvolvimento de novos bairros como Aldeota, Antônio Bezerra, Parangaba e Montese, que, constituindo novas centralidades, passaram a competir com o Centro enquanto potentes pólos de atração comercial e financeiro.²⁴ (Ver mapa 02).

O eixo de lazer, antes restrito praticamente à região da Praça do Ferreira, também desloca-se inicialmente para a avenida Beira-Mar. É na década de 80, no entanto, que é marcado o ponto decisivo no processo de desvalorização do Centro da cidade enquanto sede do lazer e do comércio. O surgimento dos primeiros *Shopping Center*, como o Iguatemi, significou "um passo fundamental na mudança dos hábitos de consumo fortalezense, agora à vontade com o estilo americano de comprar 'do lado de dentro', que lhe concede não apenas segurança, como também um certo 'status' social. Está instalado o processo de degradação do Centro".²⁵

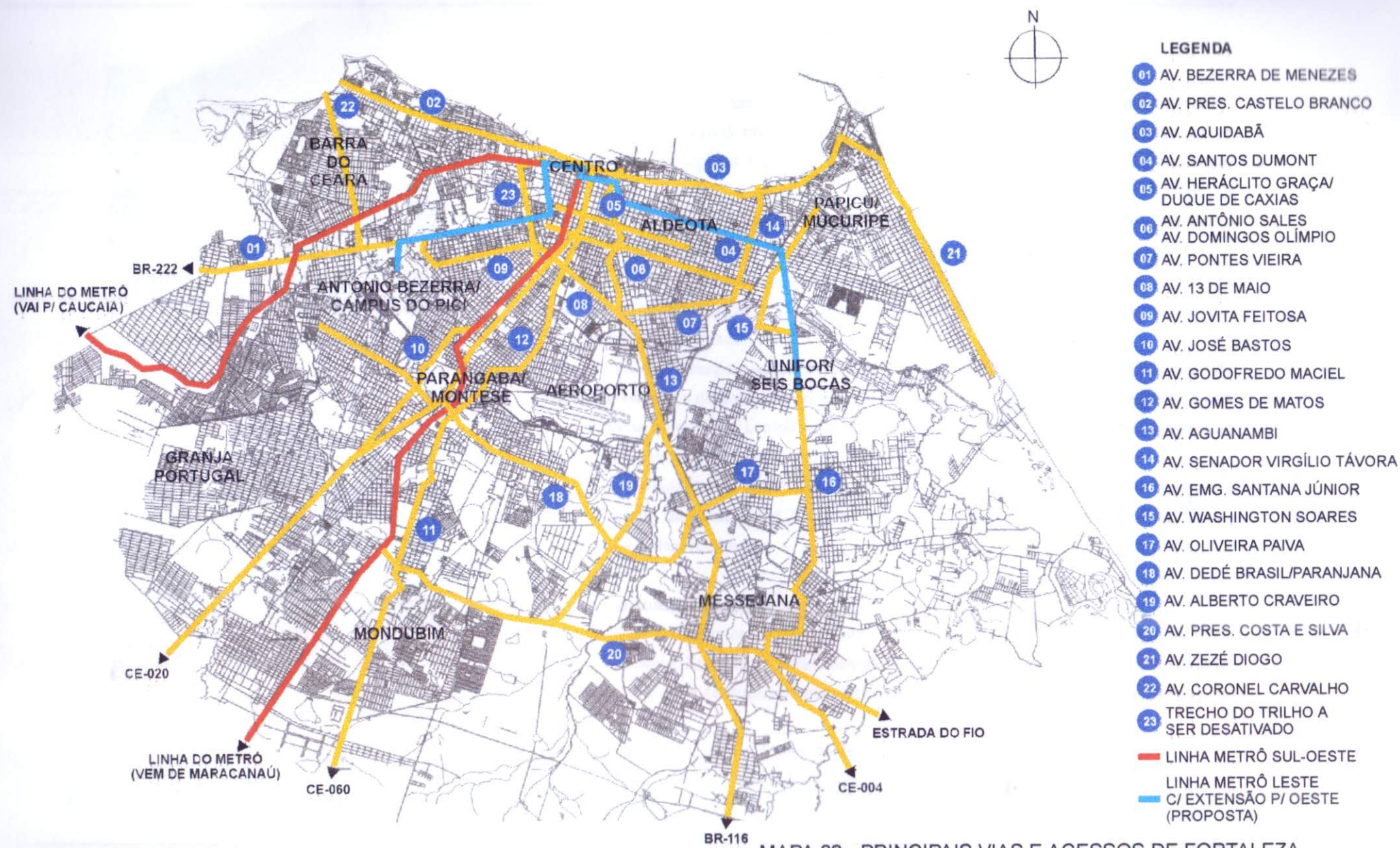
Fortaleza é hoje uma cidade "polinucleada". Esta constatação consistiria em um fator positivo não estivesse o Centro em um curso de estagnação e declínio.

Foi enfatizada, anteriormente, a importância do centro na estruturação urbana, pois este deve se comportar como ponto articulador dos demais centros alternativos. Foi igualmente verificado que uma cidade bem estruturada possui maior potencial na disputa por investimentos, tendo em vista a valorização da sua imagem urbana.

²⁴ A inauguração do Center Um na avenida Santos Dumont em 1972 é reflexo deste processo.

²⁵ Extraído do Trabalho Final de Graduação elaborado por Emanuela R. Monteiro sob a orientação do Prof. José P. Lemenhe no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. *Requalificação do Centro de Fortaleza: o estudo de roteiros temáticos*. Fortaleza, 2000.

Torna-se, portanto, fundamental que o Centro passe por um processo de requalificação a fim de que Fortaleza dinamize sua economia participando mais efetivamente do contexto do turismo globalizado.



MAPA 02 - PRINCIPAIS VIAS E ACESSOS DE FORTALEZA



Teatro José de Alencar: símbolo da cultura



Catedral de Fortaleza: símbolo do poder religioso.

DIAGNÓSTICO DO CENTRO DE FORTALEZA

“O desmoronamento e a falência da cidade tradicional – que hoje todos percebem – manifesta-se também no fato de que, ao atingirem certa grandeza, as cidades se transformam em lugares hostis à vida humana, abrigos do desencontro e da solidão, fábricas de angústias e neuroses. Esta dramática situação se deve, em parte, à destruição dos corações das cidades. Por um lado, cresce a dificuldade de circular no espaço urbano congestionado, dificuldade de chegar ao centro; de outra parte, é a corrupção das funções da praça que, refletindo a impotência da população, tem poucos recursos para defender-se da invasão dos automóveis e evitar sua metamorfose em parque de estacionamento”.²⁶

Um dos principais aspectos que contribuem para a manutenção da qualidade do espaço urbano é a dinâmica de relações entre as diversas atividades presentes no lugar. Isso se torna ainda mais complexo quando se trata das áreas centrais, pois a escala de suas atividades deve ser representativa da cidade.

A formulação de um diagnóstico geral das condições atuais do Centro pode ser feita a partir da análise de suas dimensões: simbólica, institucional, habitacional, comercial e lúdica (cultural).

Dimensão simbólica

“São os monumentos, os edifícios, a memória do povo, que traduzem a história e criam identidade. Em meio a este universo semântico de atributos do Centro da Cidade, que nenhuma outra centralidade alternativa possui, estão as sedes dos poderes religioso

²⁶ GRAEFF, Edgar Albuquerque. *O Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Volume 7. Projeto. São Paulo, 1986. p. 131.



Forte Nossa Senhora da Assunção: Sede da 10ª Região Militar.



Os tapumes escondem as fachadas originais dos edifícios (rua Senador Pompeu).

e administrativo, além de outras tantas representações: a Praça do Ferreira, o Passeio Público, o Teatro José de Alencar, o Riacho Pajeú, o Museu do Ceará, o Forte de Nossa Senhora da Assunção ...²⁷

Como já foi dito, o espaço construído é uma das formas de comunicação utilizada pelo homem e se realiza, dentre outros, através de edificações, monumentos e praças. Estes constituem os símbolos que, em conjunto, codificam e sedimentam a identidade do lugar.

A região do centro da cidade marca o ponto de início do desenvolvimento de Fortaleza, logo guarda importantes símbolos que contam sua história: a sede do poder religioso (Catedral); a sede do poder militar (10ª Região Militar); importantes signos representativos do lazer e da cultura (o Teatro José de Alencar, o Cinema São Luís, o Parque da Criança, o Passeio Público; e o Mercado Central como representativo do comércio.

Era de se esperar que toda essa carga simbólica correspondesse a uma intensa valorização e manutenção de seu patrimônio. Contudo, não é o que acontece.

O que se observa é o sub-aproveitamento – seguido freqüentemente por uma descaracterização – de considerável parte dos lugares históricos. Várias casas e edifícios antigos têm sido demolidos para dar lugar a estacionamentos e a pequenos centros comerciais.

Esse fenômeno pode ser explicado, em parte, por questões econômicas e culturais. Por um lado, os lojistas tentam compulsivamente “fabricar” novas aparências para seus estabelecimentos, conceber ambientes de compra que eliminem a “nefasta

²⁷ Extraído do Trabalho Final de Graduação elaborado por Emanuela R. Monteiro sob a orientação do Prof. José P. Lemenhe no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. *Requalificação do Centro de Fortaleza: o estudo de*



Antigo cinema Diogo, hoje transformado em centro comercial.



Exemplar de centros comerciais que vem surgindo na área central.

influência do espaço de degradação e de falta de segurança da rua” e que se assemelhem aos *shoppings*. Como resultado, fachadas recebem cores, materiais e texturas diversas, realçando ainda mais a descaracterização das edificações originais. Por outro lado, as pessoas em geral e principalmente os jovens que, por ignorarem a história da cidade, não reconhecem o valor dos espaços e edifícios do Centro.

Esse acelerado processo de dilapidação restringe o uso do título “centro histórico” aplicado ao Centro de Fortaleza, já que a maioria dos espaços e edificações de interesse encontram-se espalhadas pela área central e não conformam um conjunto uniforme.²⁸

Dimensão Comercial

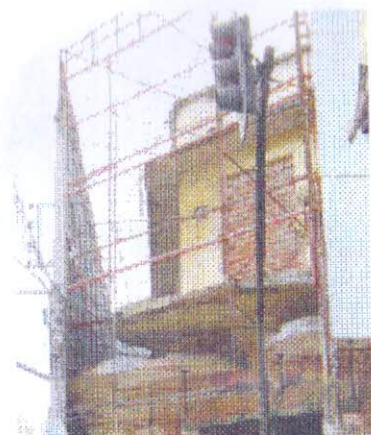
A atividade mais representativa – senão a mais nítida – do Centro hoje é o comércio, cujo consumidor-alvo é basicamente a população de baixa renda da capital e região metropolitana. Este fato explica-se pelo êxodo gradativo dos estabelecimentos comerciais mais “elitizados” em direção a Aldeota a partir de meados da década de 70 e a explosão demográfica na década de 40 da periferia que tem no Centro um espaço privilegiado capaz de suprir a carência de serviços essenciais em seus bairros.

Apesar de constituir o seu dinamismo²⁹, o comércio tem passado por um gradual enfraquecimento, fato constatado a partir da grande quantidade de lojas fechadas e pontos comerciais abandonados.

Este fato explica-se não apenas pela crise financeira nacional como pela concorrência com os *shopping centers*, preferido pelo comércio qualificado por serem fortes pontos de atração de clientela.

roteiros temáticos. Fortaleza, 2000.

²⁸ Ver mapa 03. Patrimônio Histórico



Por trás dos tapumes esconde-se o péssimo estado de manutenção das edificações.



Incêndio ocorrido em loja à rua Floriano Peixoto em março de 2000: a má conservação da estrutura e da instalação elétrica dos edifícios pode implicar em acidentes que comprometam a segurança da população.

Com o intuito de se tornarem mais competitivos, comerciantes tentam a todo custo chamar a atenção para suas lojas. O resultado é uma profusão de formas e cores presente nos detalhes construtivos e nos toldos que se projetam sobre as exíguas calçadas, nas quais o pedestre é forçado a disputar lugar com vendedores ambulantes.

O comércio informal se distribui por toda a área central, especialmente nas imediações dos corredores de circulação e transporte.

Pode-se ainda incluir no aspecto da poluição o apelo ininterrupto dos vendedores que, devidamente equipados com microfones, divulgam as ofertas do dia.

O conflito entre pedestre e veículo é constante. O tráfego intenso de ônibus prejudica não só a circulação como a qualidade do ar. Faltam áreas adequadas para a carga e descarga, sendo comum encontrar caminhões estacionados obstruindo parte da via.

A arborização reduzida favorece a proliferação das marquises, toldos e tapumes, através dos quais às vezes é possível observar a precária situação em que os edifícios se encontram.

Dimensão institucional

Em Fortaleza, as principais instituições financeiras, políticas, jurídicas, militares e religiosas instalaram-se no Centro a partir de meados do século XIX.³⁰ O Centro formava, portanto, um conjunto que contava com a presença da Prefeitura, da Câmara, do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa, do Fórum, do Forte, da Catedral, além das sedes de instituições financeiras e comerciais.

²⁹ Esse dinamismo corresponde somente ao horário comercial (segunda a sábado, das 8 às 18 horas).



Estado da marquise do prédio "República Santa Galo" (Rua Barão do Rio Branco).

Iniciada na década de 70, a transferência paulatina dessas instituições levou parte do eixo financeiro para a Aldeota, mais especificamente para as proximidades da avenida Santos Dumont, endereço de várias sedes de agências bancárias.

Pode-se incluir neste processo a mudança do Fórum Clóvis Beviláqua para às proximidades da Unifor, levando consigo grande parte dos cartórios e escritórios de advocacia localizados na região central.

A transferência mais significativa consistiu na do eixo político-administrativo para bairros "elitizados", justificada pela falta de espaço nos antigos edifícios, que não mais suportavam as atividades do poder.

A criação de um centro administrativo afastado do Centro, que por um lado buscava simplificar as ações burocráticas e diminuir o deslocamento entre as secretarias e outros órgãos, por outro criou um verdadeiro abismo entre poder e povo; afastou o representante político das pressões populares, do clamor público. Soma-se a isso o fato de as novas edificações não guardarem qualquer valor simbólico, essencial para o entendimento da cidadania e da democracia.³¹

Criar condições que tragam de volta ao Centro algumas dessas instituições - em especial as relacionadas com a gestão do poder - consistiria em um meio de impulsionar a requalificação de seus espaços, além de fundamental para o resgate do senso de cidadania da população.

³⁰ Período em que a cidade experimentou uma aceleração do seu crescimento econômico devido ao aumento da exportação algodoeira.

³¹ A relação do espaço e cidadania foi nítida na Grécia antiga. A ágora dominava a estrutura física e foi suporte da moral e política da cidade. Reflexo da democracia, sua principal função foi a de local de encontro dos cidadãos.



A Praça do Ferreira.



O vazio do Centro nos finais de semana.

Dimensão Lúdica

“O lazer não é um bem supérfluo mas tão essencial quanto outros ‘bens’ de natureza puramente econômica”³²

O Centro é um dos bairros que possuem a maior quantidade de praças e parques públicos da cidade. No entanto, a maioria desses espaços é sub-utilizada.

Como exemplo, pode-se citar a Praça do Ferreira que, antes a maior referência de lazer da cidade juntamente com o Passeio Público, perdeu o título para a Beira-Mar, *Shopping Centers* e outros centros de lazer. Sua reforma, nos anos 90, resultou em um espaço cênico, que gera estranhamento e a perda de referências sociais.

Entre os fatores que dificultam a consolidação do Centro como pólo de lazer está a falta de uma comunidade residente de porte na região.³³ Terminado o expediente normal de trabalho, no começo da noite e nos finais de semana, as ruas do Centro ficam praticamente desertas, entregando-se a atividades marginais. “O vazio noturno e dominical destes espaços refletem, por exemplo, uma sociedade onde todos vivem sozinhos, apesar de cada vez mais aglomerados. Configura-se, mesmo, um estado de sítio”.³⁴

O enfraquecimento da dimensão lazer amplia, portanto, o espectro de degradação do Centro.

³² GOMES, Cláudio. *O uso do tempo livre*. CJ Arquitetura, no. 1 . p. 77-83.

³³ No Centro, o uso residencial ocorre, em sua maioria, na periferia do Centro Histórico, como mostra o Mapa de Uso e Ocupação do Solo. Segundo dados do IBGE - censo 1996, a população residente do Centro gira em torno de 34 mil pessoas, excluindo às áreas referentes ao Arraial Moura Brasil e Poço da Draga.

³⁴ CARVALHO, Pompeu Figueiredo. *Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulista: a construção do lugar*. In, Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo. Hucitec. 1996. p.107.



Arraial Moura Brasil

Dimensão Habitacional

Em meados da década de 30, iniciou-se um processo contínuo de deslocamento da população residente no Centro para áreas periféricas e outras regiões da cidade.

A população que reside atualmente na zona central ocupa áreas correspondentes ao centro expandido, onde observa-se uma forte pressão de substituição do uso residencial pelo comércio e serviços. Em outras áreas (Arraial Moura Brasil e favela do Baixa Pau), a habitação configura-se como uso impróprio devido à degradação e à carência de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

LEGISLAÇÃO

O PDDU-FOR (Lei 7.061/92) divide Fortaleza em três macrozonas: urbanizada, adensável e de transição. Essas macrozonas são divididas em microzonas. O Centro, com uma melhor infra-estrutura em relação ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e telefone, ficou caracterizado como ZU-1. Seus índices urbanísticos principais são:

- Taxa de ocupação: 60%;
- Índice de aproveitamento (para residências multifamiliares): 3;
- Índice de aproveitamento (para residências unifamiliares): 1;
- Gabarito máximo: 95m.

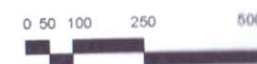
Já a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.987/96) define a área central como zona de urbanização prioritária; deve concentrar a maior parte das atividades e serviços de sua macrozona. A lei adverte para a necessidade do Centro possuir um plano urbanístico específico, o que não acontece.

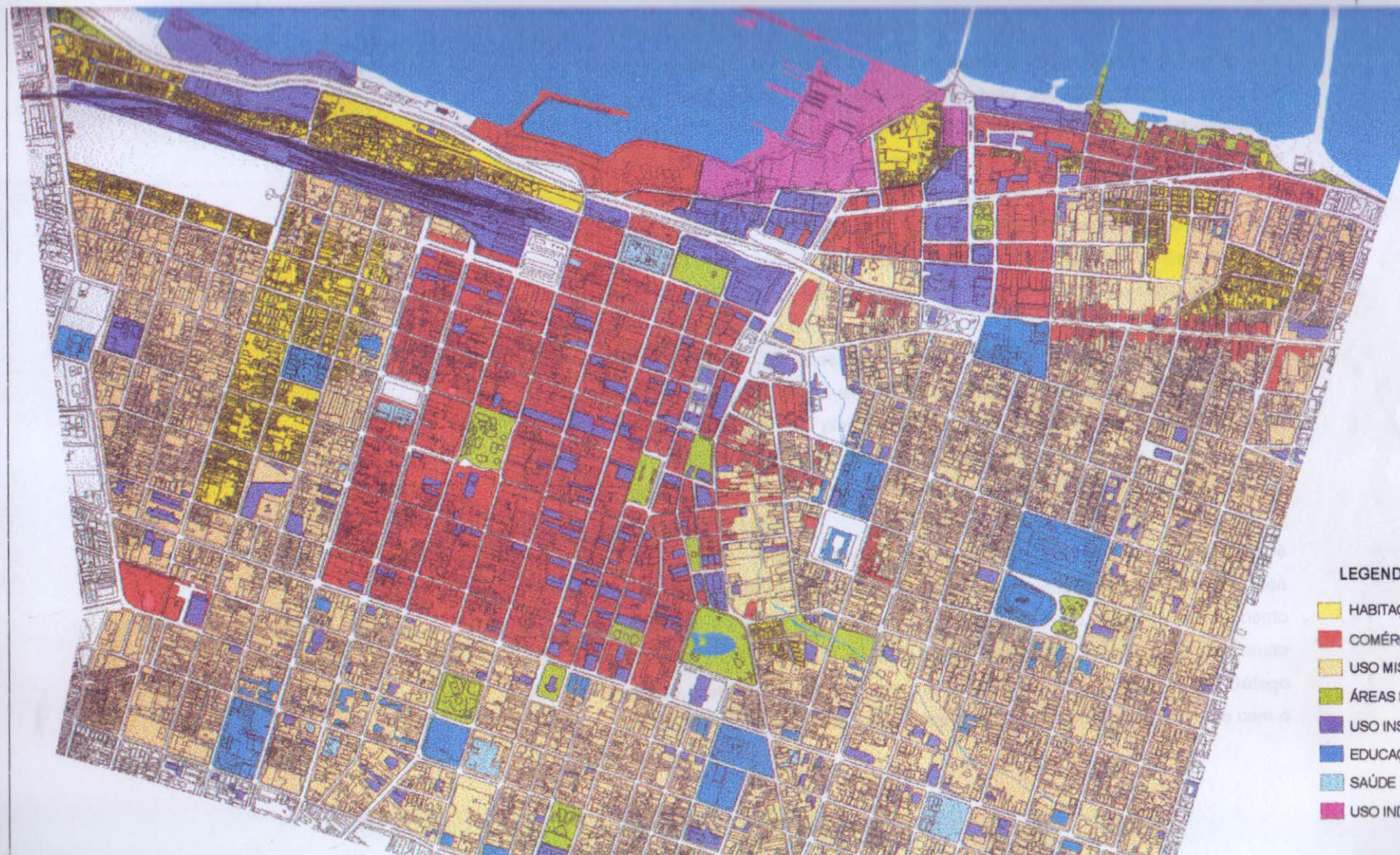


LEGENDA

- 1- PRAÇA DOS LEÕES
- 2- MUSEU DO CEARÁ (ANTIGA ASSEMBLÉIA)
- 3- IGREJA DO ROSÁRIO
- 4- PALÁCIO DA LUZ
- 5- PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS
- 6- SECRETARIA DAS FINANÇAS
- 7- DELEGACIA DE POLÍCIA
- 8- CIDADE DAS CRIANÇAS
- 9- PRAÇA DO FERREIRA
- 10- FARMÁCIA OSVALDO CRUZ
- 11- CINEMA SÃO LUÍS
- 12- HOTEL EXCELSIOR
- 13- PALACETE CEARÁ
- 14- LE SCALE (ANTIGA APLUB)
- 15- PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR
- 16- TEATRO JOSÉ DE ALENCAR
- 17- IPHAN (ANTIGA ESCOLA NORMAL)
- 18- IGREJA DO PATROCÍNIO
- 19- PRAÇA DA LAGOINHA
- 20- IGREJA DA PRAINHA
- 21- OBELISCO
- 22- TEATRO SÃO JOSÉ
- 23- RIACHO PAJEU
- 24- PMF-PALÁCIO DO BISPO
- 25- ANTIGO HOTEL CENTRAL
- 26- FORTALEZA DE N. S. DA ASSUNÇÃO
- 27- COELCE
- 28- ANTIGO PALACE HOTEL
- 29- PASSEIO PÚBLICO
- 30- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- 31- ENCETUR (ANTIGA CADEIA PÚBLICA)
- 32- ESTAÇÃO JOÃO FELIPE
- 33- PONTE METÁLICA
- 34- ANTIGA ALFÂNDEGA
- 35- CASA BORIS
- 36- CASARIO NA AV. PESSOA ANTA
- 37- SECRETARIA DA FAZENDA
- 38- ANTIGOS GALPÕES
- 39- PRAÇA PEDRO II
- 40- ANTIGO MERCADO CENTRAL
- 41- MUSEU DAS SECAS
- 42- ARQUIVO PÚBLICO
- 43- SOBRADO DR. JOSÉ LOURENÇO
- 44- IGREJA DO PEQUENO GRANDE
- 45- IGREJA DO CARMO
- 46- ANTIGA SEDE DO BANCO FROTA GENTIL

MAPA 03 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO





LEGENDA

- HABITAÇÃO
- COMÉRCIO E SERVIÇOS
- USO MISTO
- ÁREAS DE LAZER
- USO INSTITUCIONAL
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- USO INDUSTRIAL

MAPA 04 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
(FONTE: EMANUELA RANGEL)

IDÉIAS E PROJETOS PARA O CENTRO DE FORTALEZA

Muitas discussões em torno das possibilidades de requalificação do Centro têm acontecido nos últimos anos, patrocinadas tanto pela iniciativa pública como por entidades privadas. Todos esses fóruns de debates, concursos e movimentos desenvolveram inúmeras idéias e projetos importantes, muito embora consistam, em sua maioria, em ações pontuais que não enfocam os problemas do Centro de maneira global. Esquecem o seu papel de principal ponto de articulação da cidade, lançando, muitas vezes, propostas de intervenções inócuas ou cosméticas. Pelo seu caráter desarticulado, essas iniciativas superpõe idéias que reforçam ainda mais a situação de caos urbano.

O Plano Estratégico para a Região Metropolitana de Fortaleza (Planefor) iniciou suas atividades em 1997 desenvolvido pela Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL). Contando com a participação de mais de 50 consorciados, foi formado um grupo de trabalho para a proposição de planos, projetos e diretrizes destinadas à Região Metropolitana de Fortaleza. Alguns de seus projetos são direcionados ao Centro, como o Plano de Ação Imediata de Transportes e Trânsito da Área Central de Fortaleza (PAITT) e o consórcio Ação Novo Centro.

O PAITT propõe uma reestruturação e relocação geral de pontos de táxis e ônibus, terminais, locais para carga e descarga, sinalização, estacionamentos, enfim, tudo que se relacione com o tráfego de veículos e pedestres no Centro, segundo levantamento extenso realizado pela DET-UFC em conjunto com o Detran-CE. Apesar de ter sido muito bem desenvolvido, contando com estudos pormenores do comportamento do tráfego desta área, o PAITT comete o erro de não contemplar as mudanças que ocorrerão com o advento do metrô.

O METROFOR é, sem dúvida, o projeto de maior potencial indutor de transformações no Centro e na Região Metropolitana de Fortaleza. Seu traçado ocupará alguns trechos da linha ferroviária atual, desativará outros e em alguns trechos (principalmente na Região Central) passará pelo subsolo. Nessa parte, o túnel do metrô está sendo escavado utilizando-se uma técnica antiga conhecida como "cut and cover".³⁵

O metrô, como sistema de transporte de massas, é responsável pelo deslocamento de milhares de pessoas de uma região para a outra durante a maior parte do dia. Irá, portanto, exigir projetos urbanos que sejam capazes não apenas de receber e escoar a população que circulará pelas diversas estações, como também determinar a dimensão e o traçado das vias de tráfego em suas imediações. Além disso, a criação de estações do metrô tem o poder de atrair investimentos como hotéis, bancos e centros comerciais, já que se torna vantajoso localizar-se nas proximidades das mesmas. Em outras palavras, a implantação do metrô é capaz, se associada com outras ações, de revalorizar áreas em estado de abandonos e degradação.

O lançamento do Concurso Parque da Cidade, de âmbito nacional, surgiu com o objetivo de selecionar idéias e diretrizes urbanísticas orientadores de ações no poder público e iniciativa privada destinadas à requalificação da região central. O edital do concurso, no entanto, centrava sua atenção na elaboração de um projeto de interligação e remodelação das praças José de Alencar e Lagoinha, com a retirada do "Beco da Poeira", relegando ao segundo plano as propostas mais globais de intervenção.

³⁵ Nesta técnica, o túnel do metrô é escavado na via, sendo depois recoberto. É um processo impactante e muitas vezes destrutivo, chegando mesmo a abalar a estrutura de alguns edifícios, principalmente os mais antigos.

A Ação Novo Centro constitui um movimento promovido pela Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) que tem se dedicado a articular esforços para a requalificação do Centro da cidade. Suas ações consistem na coleta de dados, elaboração de mesas de discussões, seminários e *workshops*, dos quais surgem diretrizes e sugestões para o desenvolvimento do bairro. Contudo, tais propostas vêm resultando em intervenções pontuais e desarticuladas; não pensam a área central como ponto fundamental no planejamento da cidade.

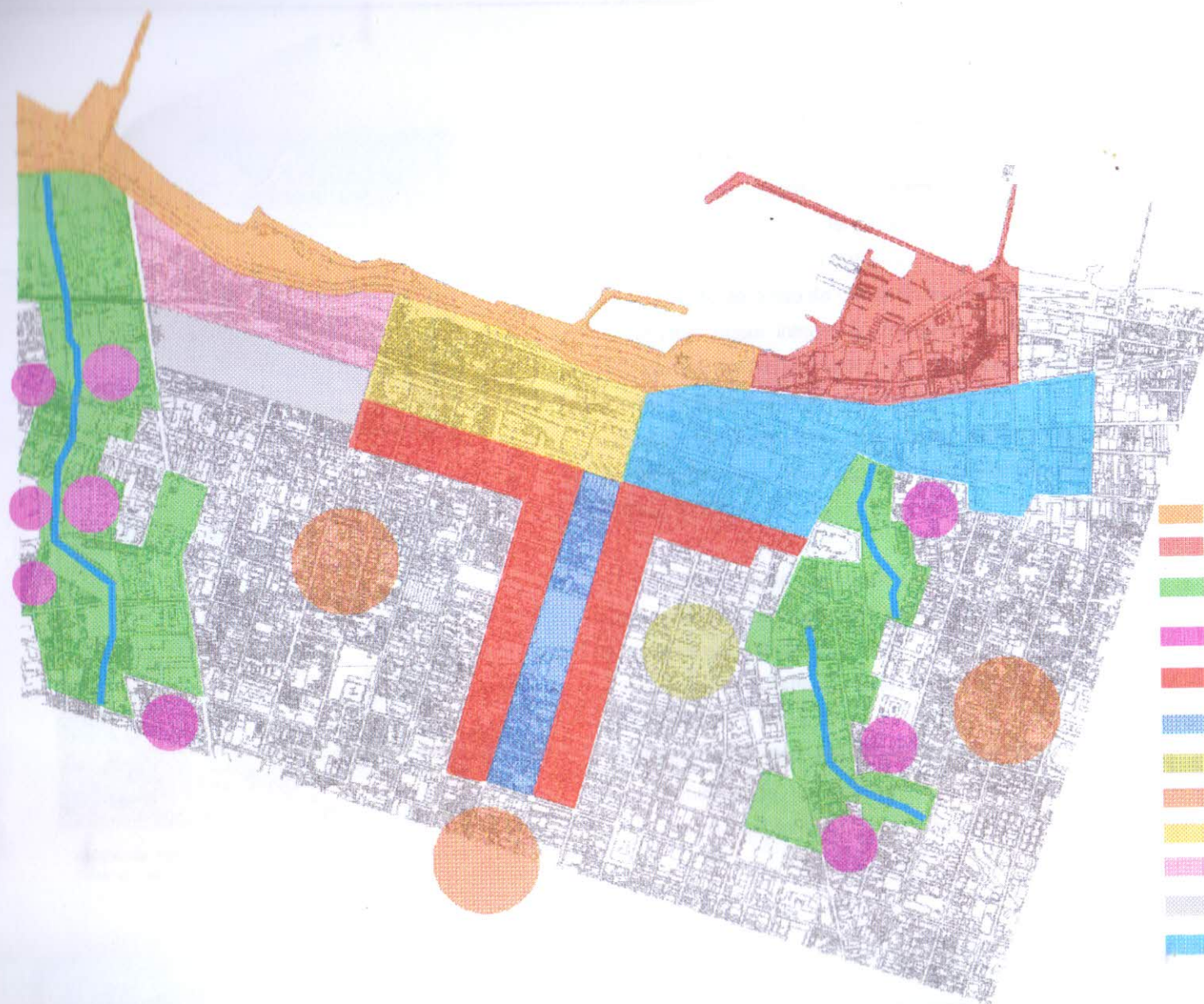
Verifica-se a presença de um interesse no Centro. O reconhecimento de seu potencial encontra-se disseminado em vários setores da sociedade. No entanto, talvez pela inexistência de um órgão de planejamento em Fortaleza e da ineficácia dos planos desenvolvidos, o Centro da Cidade continua a esperar por uma ação mais significativa.

DIRETRIZES GERAIS PARA O CENTRO DE FORTALEZA³⁶

Analisando o Centro em todas as suas dimensões, descortina-se um amplo cenário de potencialidades que, se desenvolvidas, podem fomentar seu processo de requalificação, vital para um projeto maior de desenvolvimento da cidade e de sua região metropolitana.

Partindo da identificação de tais potencialidades, são definidas a seguir diretrizes gerais que conduzem à elaboração de uma teia de projetos articulados em torno de um objetivo único: a requalificação do Centro de Fortaleza.

³⁶ As diretrizes aqui formuladas surgiram não somente do fruto do nosso próprio entendimento de como se deve estruturar o Centro de Fortaleza. Foram, em grande parte, baseadas no estudo de trabalhos anteriores de alunos e professores do Curso de Arquitetura, como Manuela Rangel, Daniel Pinho, Ana Paula Matos, José D.P. Jr.; além dos projetos do Concurso Parque da Cidade, do qual participaram as equipes representadas pelos arquitetos Nasser Hissa, Fausto Nilo, José Sales, Ricardo Muratori e Luís Deusdará, dentre outros.



LEGENDA

- REQUALIFICAÇÃO DA FAIXA DE PRAIA
- URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DA INACE
- CRIAÇÃO DOS PARQUES DO PAJEÚ E JACARECANGA
- ÁREAS DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA MULTIFAMILIARES
- EIXO DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS
- EIXO MONUMENTAL/
- REQUALIFICAÇÃO DA ZONA COMERCIAL
- USO MISTO (EXPANSÃO DA ZONA COMERCIAL)
- ÁREA DE INTERVENÇÃO (O CORE DE FORTALEZA)
- CRIAÇÃO DO "NOVO ARRAIAL MOURA BRASIL"
- REQUALIFICAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA À ÁREA CENTRAL
- EIXO CULTURAL

MAPA 05 - DIRETRIZES GERAIS



Avenida Presidente Castelo Branco e o Hotel Marina Park.



Região da Inace (Estaleiro Naval) : Centro de Feiras e Eventos.

▪ Requalificação da faixa de praia

- A requalificação e redesenho da faixa de praia e do calçadão com a promoção de um novo estudo de paisagismo e iluminação;
- Um estudo que possibilite a relocação da Estação de Tratamento de Esgotos da Cagece em prazo e área a serem definidos;
- A relocação do posto do Corpo de Bombeiros para área mais adequada a ser definida;
- Promover maior integração da Igreja de Santa Ediwirges com o entorno através da retirada dos gradis hoje existentes e a relocação da residência do Pároco para área mais adequada a ser definida;
- Partindo do pressuposto que o Hotel Marina Park apropriou-se indevidamente da faixa de praia, promover sua mudança de uso de maneira a devolver seu espaço à utilização pública;

▪ Urbanização da região da Inace

- Um estudo da relocação das instalações da Inace para outra área mais adequada dentro de prazo a ser definido;
- Relocação da população residente na favela do Poço da Draga, mediante estudo sócio-econômico para definição de nova área de habitação e estratégias para desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade de vida da mesma.
- A execução de um estudo urbanístico da área, devolvendo-a ao uso público e integrando-a ao Centro de Feiras e Eventos (atualmente em fase de projeto).



O acúmulo de lixo na área do mercado atacadista: a presença de tráfego pesado e atividades de carga e descarga tornam o comércio atacadista desconforme com a área central



O riacho Pajeú : sua canalização e transformação em canal de dejetos em alguns trechos e a existência de edificações e estacionamentos sobre suas margens são algumas das agressões que o fazem passar despercebido pela área central.

▪ Parques do Pajeú e do Jacarecanga

- A remoção do mercado atacadista, possibilitada pela futura implantação da Estação da Sé do Metrofor;
- O resgate dos riachos Pajeú e Jacarecanga através do controle do lançamento de dejetos – ação que pressupõe o saneamento não apenas da área central, mas em toda a extensão dos riachos –, da implantação de uma estação de tratamento, da delimitação de uma faixa de preservação e do aumento da arborização;
- A integração física da Cidade da Criança ao Parque do Pajeú;
- A implantação de equipamentos de lazer nos Parques. Além de atividades esportivas e culturais, deve-se considerar também o lazer contemplativo, tirando proveito dos percursos e das visuais;
- A criação de novas instalações para a Prefeitura de Fortaleza em área a ser definida no Parque Pajeú;
- A criação de novas instalações para a Câmara dos Vereadores em área a ser definida no Parque Jacarecanga;
- A abertura física e visual da Escola de Aprendizes e Marinheiros, visando a sua integração com o Parque do Jacarecanga;
- A transformação dos galpões do conjunto Filomeno Gomes em um centro de apoio à comunidade local integrado ao Parque Jacarecanga.
- A remoção de edificações como o Presídio Desembargador Auri Moura, garagem de ônibus e fábricas desativadas próximas ao riacho Jacarecanga, pois são entendidas como uso desconforme;
- Integração física ao Parque do Jacarecanga da praça Gustavo Barroso;



O acúmulo de lixo nas margens do riacho Jacarecanga: o riacho corre entre os muros e quintais das edificações.



Fórum Autran Nunes que será suprimido para a criação do Eixo Monumental.

- Nas áreas definidas por ambos os Parques, promover a preservação de edificações de interesse histórico, à critério do Serviço do Patrimônio Histórico e Cultural

▪ Áreas destinadas à construção de residências multifamiliares

- Partindo da premissa de que é necessário requalificar e ampliar a dimensão habitacional do Centro de Fortaleza a fim de promover um melhor equilíbrio de suas funções, definir regiões lindeiras aos futuros Parques do Pajeú e do Jacarecanga que possam ter "novos parâmetros de uso e ocupação do solo para alteração do padrão urbanístico existente com aumento dos índices de aproveitamento e privilegiando residências multifamiliares".³⁷

▪ Eixo Monumental

Partindo da premissa de que a construção do trecho da linha do metrô que passa sob a região central será desenvolvida por meio de um processo que acelera a degradação da paisagem, aproveita-la com o objetivo de:

- Proceder com a abertura de uma grande esplanada que deverá se estender desde a avenida Duque de Caxias até a rua Castro e Silva, através da desapropriação e demolição das edificações existentes nos quarteirões compreendidos entre as avenidas do Imperador e Tristão Gonçalves;³⁸

³⁷ Diretriz extraída do projeto para o Concurso Parque da Cidade desenvolvido pela equipe representada pelo escritório Nasser Hissa.

³⁸ Idem.



Edifício na rua Tristão Gonçalves com a estrutura danificada devido às obras do Metrofor.



Detalhe das rachaduras do edifício acima.

- Prever a ligação da esplanada com o centro comercial a ser construído abaixo da Praça Cívica na área de intervenção;
- O desenvolvimento de um projeto paisagístico e luminotécnico da esplanada;

▪ Eixo de negócios e serviços

- Nas quadras lindeiras ao eixo monumental e nas situadas ao sul da rua Castro e Silva, proceder com o estudo de novos padrões de uso e ocupação do solo que permitam a alteração dos padrões urbanísticos existentes para a criação de um setor de comércio, finanças, serviços e habitação.

▪ Requalificação da zona comercial

- A elaboração de um programa de "limpeza visual" procedendo com a retirada da enorme quantidade de tapumes, letreiros e cartazes e tendo como subsídio a organização de uma legislação específica acerca da programação visual para as diversas lojas na região central;
- O incentivo à criação de ruas de comércio e serviços cobertas e com funcionamento 24 horas, que ajudariam a promover a contínua utilização da zona comercial nos períodos da noite e nos finais de semana;
- Partindo da premissa de que o Centro precisa passar por um processo de alteração de sua escala, proceder com a definição de novos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo para as quadras da zona comercial que possibilitem, em médio e longo prazos, a construção de novas edificações com maior recuo (ampliando desta forma a escala das ruas atuais) e o aproveitamento dos atuais fundos dos lotes para a construção de pequenas praças de comércio.



Poluição Visual na rua Major Facundo com Pedro Pereira.



Antiga Sociedade União Cearense.

▪ **Uso misto (expansão da zona comercial)**

- Implementar estudo para a definição de novos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo que possibilite o controle do processo de ampliação da zona comercial, minimizando conflitos (uso desconformes, apropriação indevida do espaço público, poluição ambiental, etc) e permitindo o equilíbrio das atividades de comércio, serviço e moradia;
- Incentivo à diversificação de funções como estratégia para se evitar a dicotomia diurno (superconcentração de pessoas) e noturno (esvaziamento) presente atualmente no centro comercial.

▪ **Centro Cívico**

- A restituição do poder público estadual à área central mediante a utilização do pátio de manobras da RFFSA para a criação do Centro Cívico Estadual. Constitui a área de intervenção prioritária.

▪ **Eixo Cultural**

- A criação de um eixo cultural englobando os arredores do Centro Cultural Dragão do Mar até o final do entorno da rua Dr. João Moreira, de acordo com o esboço representado no mapa 05;
- Proceder com ações de requalificação e restauro das edificações de interesse de preservação no entorno da rua Dr. João Moreira;
- Promover a liberação do prédio da Santa Casa para uso cultural, relocando o hospital para outras instalações em área mais adequada a ser especificada;



Santa Casa da Misericórdia.

- O incentivo do comércio de artesanato no prédio da atual Encetur;
- Reconstruir os segundo e terceiro patamares do Passeio Público, estendendo-os até a área da intervenção proposta;
- A transformação das dependências da 10ª. Região Militar no Forte de Nossa Senhora da Assunção em Museu do Exército;
- A realização de um levantamento detalhado dos galpões existentes na área para a determinação de quantos constituem edificações de interesse de preservação, a fim de que se procedam as devidas ações de tombamento;

▪ **“Novo Arraial Moura Brasil”**

- Deverá ser feito um levantamento preciso da população residente do atual Arraial Moura Brasil para discriminar o número de famílias e seu perfil social (estado civil, renda, escolaridade, emprego). Esse levantamento deverá levar em conta igualmente as condições de moradia (saneamento, iluminação pública, abastecimento de água, dimensão das casas, etc). Esses dados deverão ser utilizados para a definição de padrões diferenciados das futuras moradias;
- A área correspondente a frações do atual pátio de manobras da RFFSA e do Arraial Moura Brasil deverá ser desapropriada para a construção de edifícios verticais destinados a receber a população relocada.
- Promover mudança de uso do atual prédio do IML (Instituto Médico Legal) em centro de saúde;



O Cemitério São João Batista, atualmente localizado ao lado do Pátio de Manobras da RFFSA.



O acúmulo de lixo e a conseqüente obstrução das galerias de água pluviais (rua 24 de Maio)

- **Requalificação e reintegração do Cemitério São João Batista à área central**

- O aumento da área do cemitério apropriando-se de uma faixa de terreno correspondente ao atual pátio de manobras da RFFSA.
- A determinação de um novo acesso na lateral norte do cemitério a fim de minimizar os grandes percursos da sua atual configuração;
- A realização de um detalhado levantamento de todas as sepulturas existentes levando em conta o seu estado de preservação e identificando as de importância histórica, para possibilitar uma futura proposta de redistribuição das sepulturas na área ampliada;
- Desenvolver estudo paisagístico a fim de promover o aumento da arborização e novo projeto de iluminação que valorize o cemitério;
- A integração visual do cemitério através da retirada de seu muro e a colocação de gradis;

- **Diretrizes gerais**

- O desenvolvimento de um novo estudo para a iluminação pública;
- A transferência da rede elétrica e telefônica para canalizações subterrâneas, principalmente nas zonas do Eixo Monumental, do Eixo Cultural e nas regiões dos Parques do Pajeú e do Jacarecanga;
- A requalificação do sistema de drenagem;
- Promover o aumento da arborização;

DIRETRIZES GERAIS PARA O SISTEMA VIÁRIO

Tem como objetivo viabilizar o Centro como ponto de articulação entre as demais centralidades da cidade. Levam em consideração que o automóvel não deve ser banido por completo da zona central, devendo, no entanto, ser desenvolvido um estudo hierárquico das vias³⁹ segundo a proposta:⁴⁰

- Vias de Contorno: vias de grande capacidade de tráfego que margeiam a área central e dão acesso às vias de distribuição. Conformam um anel mais externo do Centro através das avenidas Presidente Castelo Branco (ao norte), Domingos Olímpio (ao sul), Dom Manuel (ao leste) e o prolongamento da avenida José Bastos (ao oeste), feito a partir da desativação da linha do trem por causa da implementação do Metrofor;

- Vias de Distribuição: vias de grande capacidade de tráfego pertencentes a malha viária do Centro. Recebem o fluxo das vias de contorno e o distribuem através das vias de penetração. São representadas pelo binário composto pela avenida Duque de Caxias (que passará a ter sentido leste-oeste) e rua Meton de Alencar (alargada e com sentido único oeste-leste); pelo binário composto pelas avenidas Tristão Gonçalves e do Imperador; pela rua Castro e Silva, que deverá ser alargada e possuir sentido duplo; pelas avenidas Visconde do Rio Branco e Alberto Nepomuceno e pela rua Padre Mororó entre a avenida Presidente Castelo Branco e rua Castro e Silva.

- Vias de Penetração: vias de tráfego moderado que recebem parte do fluxo das vias de distribuição e que, em seguida, introduzem-no à área central. São representadas pelos seguintes binários norte-sul: ruas Padre Mororó (que deverá ter seu sentido invertido) e

³⁹ A determinação da dimensão das caixas dessas vias deverá ser feita mediante um estudo de tráfego a ser orientado por um levantamento preciso do fluxo de veículos, horário, impacto da implementação do metrofor, etc.

⁴⁰ Ver mapa 06 – Sistema Viário 01



Rua Liberato Barroso: exemplo de via de uso restrito ao pedestre a ser requalificada.

seguintes binários norte-sul: ruas Padre Mororó (que deverá ter seu sentido invertido) e Teresa Cristina; ruas General Sampaio e Senador Pompeu. O binário de penetração leste-oeste deverá ser composto pelas ruas São Paulo (sentido oeste-leste) e Pedro Pereira (sentido invertido para leste-oeste);

- Vias de Passagem: vias de reduzido tráfego de veículos onde não será permitido o estacionamento a não ser que sejam construídos como edifícios garagem ou em subsolo. Para carga e descarga serão definidos horários específicos, preferencialmente de madrugada. Nestas ruas, o pedestre tem preferência;

- Vias de Uso Restrito aos Pedestres: vias proibidas ao tráfego de veículos. Já existem no Centro desde a época do plano desenvolvido por Hélio Modesto. As ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso são ruas exclusivas de pedestre que ligam a Praça José de Alencar à Praça do Ferreira. A partir dessa proposta deverão ser estendidas para servir como ligação entre os parques do Pajeú e do Jacarecanga. As ruas exclusivas para pedestres existentes entre a Praça dos Voluntários e a Praça dos Leões deverão ser mantidas e devem ser estendidas do eixo cultural em torno da rua Dr. João Moreira através da rua General Bezerril. As ruas Barão do Rio Branco e Senador Pompeu devem ser fechadas para pedestre no percurso compreendido entre a rua Castro e Silva e avenida Presidente Castelo Branco;



Terminal de ônibus na Praça Castro Carreira (Praça da Estação) que deve ser retirado.



Exemplo da configuração atual de alguns estacionamentos no Centro: a ocupação de dois ou mais lotes com acesso por duas ruas paralelas.

DIRETRIZES GERAIS PARA O TRANSPORTE COLETIVO

- O término da linha Maracanaú-Caucaia do Metrofor, adequando-a previamente à construção do Centro Cívico no atual pátio de manobras da RFFSA;
- O desenvolvimento da proposta de uma linha leste-oeste do Metrofor interligando os campus da Unifor e do Pici com o ponto de integração situado na Estação João Felipe, segundo proposta esboçada no mapa --.
- A atualização das propostas do PAITT incluindo os impactos do Metrofor na área central;
- A estipulação de limites de penetração dos ônibus na área central baseados nas propostas do PAITT atualizado;
- A criação de um anel de circulação interno de transporte coletivo feito mediante ônibus elétrico que interligue os parques do Jacarecanga e do Pajeú. Este anel será composto pelas ruas São Paulo (ao norte no sentido oeste-leste), Visconde do Rio Branco (ao leste no sentido leste-oeste), Pedro Pereira (ao sul, sentido leste-oeste) e avenida Filomeno Gomes (ao oeste sentido sul-norte);
- A redistribuição dos terminais de ônibus no Centro de acordo com as propostas do PAITT atualizado.

DIRETRIZES GERAIS PARA OS ESTACIONAMENTOS

- A construção de edifícios garagem nas áreas limítrofes do centro da cidade, nas proximidades das vias de distribuição;
- A utilização do subsolo da esplanada no Eixo Monumental pra a construção de um estacionamento de 4000 vagas.

DIRETRIZES GERAIS PARA OS PROCEDIMENTOS DE CARGA E DESCARGA

- A determinação de horário específico para carga e descarga – preferencialmente entre 3 e 6 horas da manhã. Em outro horário além do determinado, qualquer procedimento desta natureza estará sujeito à multa a ser regulamentada por legislação específica.



MAPA 06 - SISTEMA VIÁRIO 01



MAPA 07 - SISTEMA VIÁRIO 02

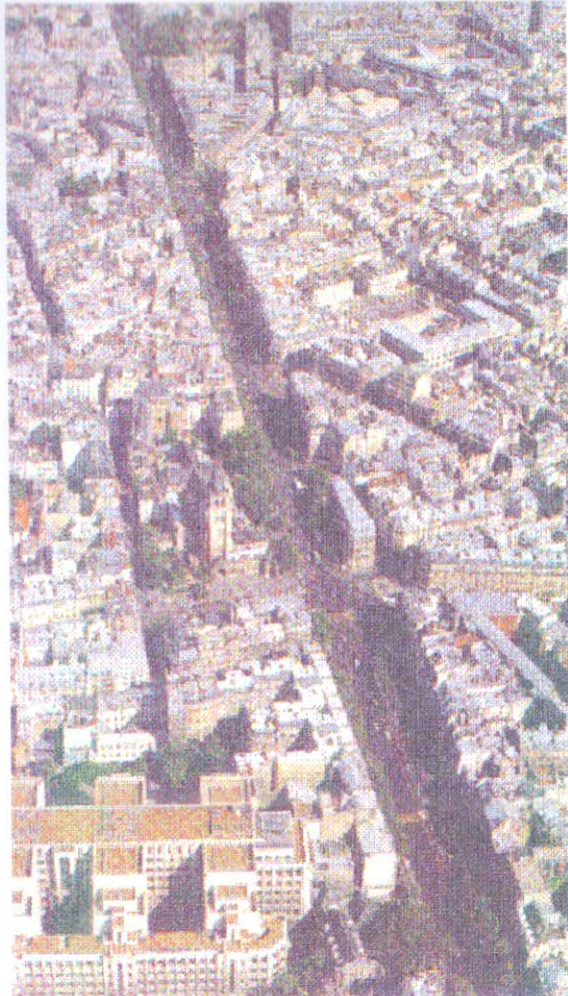
O CARÁTER DAS INTERVENÇÕES

Harvey questiona a "construção da próxima camada do palimpsesto urbano (...) de forma a combinar aspirações e necessidades futuras sem violentar em demasia tudo o que já foi feito antes". A seguir propõe que "parte do legado do passado terá que ser obviamente descartado. Construções degradadas ou em ruínas certamente devem ser demolidas e locais abandonados merecem uma revitalização (...). O potencial de conflito nessa situação é enorme. Podemos achar meios de criar paisagens completamente novas que, entretanto, posam complementar e intensificar as velhas?"⁴¹

A princípio, é necessário que se tenha em mente que todo projeto é, em parte, fruto de uma postura política e ideológica. Partindo de determinados critérios e premissas, o arquiteto deve assumir uma atitude de negação ou afirmação em relação às questões que lhe são postas. Precisar, portanto, defende-las até que lhe seja provado o contrário. "Quem risca, corre o risco e arrisca", diria Lúcio Costa.

A causa maior de assumir as intervenções no Centro reside na constatação de que o mesmo encontra-se degradado, fato que descortina a possibilidade de ações renovadoras face à modernidade. A almejada mudança de escala não se efetivaria por meio de pequenas intervenções, uma vez que as mesmas já mostraram-se incapazes de alavancar as transformações necessárias.

Em alguns momentos, o projeto pode assumir um semblante "haussmaniano". A diferença está, contudo, no contexto político, social e econômico presente em sua gênese. As reformas de Paris no século XIX, ordenadas por Napoleão III e comandadas por Haussmann, possuíam um cunho político muito forte: em meio a um período agitado, a



Vista aérea do boulevard Saint-Germain, Paris.

abertura de espaçosas artérias sobre o tecido antigo evitaria as barricadas e futuras manifestações populares, além de facilitar os movimentos de tropas.⁴² Apesar de todas as críticas – o autoritarismo da intervenção e a exclusão da população pobre do antigo centro – o plano de Haussmann é um exemplar de uma ação suficientemente ampla e enérgica para acompanhar o passo das transformações que ocorrem em uma cidade moderna, tendo influenciado diversas cidades européias e brasileiras.

As intervenções aqui propostas, longe do ambiente de revoluções de Paris no século XIX, pretendem a requalificação e criação de estruturas compatíveis à realidade de atração de fluxos financeiros através do turismo, que pressupõe meios de transporte rápidos e confortáveis, além de espaços públicos vinculados ao lazer cotidiano, “desde o puro prazer de usufruir o cenário urbano, nas idas e vindas diárias de casa ao trabalho”.⁴³

O Centro carece de ações comprometidas com a renovação dos espaços, requalificação do comércio, enfim, com a reestruturação de sua imagem urbana a partir de valores culturais locais, viabilizando o destaque de Fortaleza no cenário turístico global.

Um dos mais importantes objetivos na realização do eixo monumental de negócios e serviços é a possibilidade de se abrir definitivamente no Centro visuais para o mar. Diferindo-se dos desenhos dos eixos neoclássicos cujo foco residia em marcos ou edifícios simbólico, o grande monumento privilegiado aqui é a paisagem. Ao negar a

⁴¹ HARVEY, David. *Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*. Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo, n.1, agosto de 1994. Belo Horizonte. PUC-MG.

⁴² Ao lado dessas preocupações de ordem política, existiam ainda motivos econômicos e sociais: as ruas medievais haviam-se tornado insuficientes e as velhas casas inadequadas face às exigências da cidade industrial. A concentração das funções e dos interesses no capital abriu o caminho para a especulação imobiliária, e o conseqüente aumento dos preços dos terrenos tornou inevitável a transformação das edificações.

⁴³ GOMES, Cláudio. *O uso do tempo livre*. CJ Arquitetura, no. 1 . p. 77-83.

edificação em função de sua ausência, afirma-se que nada foi construído mais belo além da própria natureza. Buscou-se o desenho de espaços generosos e acolhedores, antigas aspirações da coletividade.

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

A INTERVENÇÃO

Apresentação

A transferência das instituições representativas do poder público para bairros distantes dos centros constituem um dos principais indicadores da instauração definitiva do processo de degradação dos mesmos. Conseqüentemente, o centro perde o caráter referencial de espaço cívico e de núcleo geográfico das decisões políticas, tendo como rebatimento direto a dilapidação de importante ícone de sua dimensão simbólica. O poder não se apresenta mais ao alcance do clamor das multidões e de suas reivindicações, deixando de interagir diretamente com as esferas mais carentes da sociedade.

Buscando o resgate das dimensões gestão e simbólica, entendidas como vetores intrínsecos do processo de requalificação do Centro de Fortaleza, é proposto o retorno dos poderes executivo e legislativo estaduais ao centro. Estas instituições terão seus edifícios – o Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa, símbolos do caráter decisório desempenhado por Fortaleza, hoje uma importante metrópole regional – implantados em uma praça cívica, generoso espaço público, democrático em sua essência e palco do exercício da cidadania.

A Praça Cívica irá ao encontro dos anseios da coletividade por espaços representativos da cidade e de sua escala, constituindo-se o substrato para a redefinição de sua imagem urbana. Nestes espaços é importante que esteja contido a dinâmica da cidade, o uso cotidiano, que lhe confere "vida". Entretanto, as experiências concretizadas de praças cívicas carregam consigo o estigma de não conter tal dinâmica, essencial à manutenção da qualidade do espaço. Esta crítica pautada na ausência de diversidade de uso das mesmas e por sua utilização restrita aos dias úteis do ano. Partindo desta

constatação, buscou-se uma interação de atividades que suprissem tal lacuna. Foram, então, propostos equipamentos como o Museu da Cidade, a estação subterrânea do metrô (a nova Estação João Felipe) e um centro de comércio e lazer 24 horas situado sob o platô da Praça. Arrematando a proposta, o espaço cívico é implantado como coroamento de uma grande esplanada, eixo de negócios, serviços e habitação.

Área de Intervenção

A área eleita para intervenção que contemplará a implantação da Praça Cívica e dos edifícios que ordenam a sua escala corresponde as quadras delimitadas pelas ruas General Sampaio e Padre Mororó e pelas avenidas Presidente Castelo Branco (leste-oeste) e Castro e Silva.

A escolha do referido terreno foi balizada por três aspectos principais:

- 1) A implantação da linha oeste-leste do Metrofor, que proporcionará a desativação das atividades da RFFSA e a conseqüente liberação da área do pátio de manobras;
- 2) A oportunidade de se realizar uma ligação plena e definitiva do Centro com o mar, privilegiando visuais e os meios físicos de acesso;
- 3) A possibilidade de liberação de uma grande área no Centro de Fortaleza para a introdução de um elemento novo: o *Core* da cidade.



FOTO AÉREA - REGIÃO CENTRAL
COM DESTAQUE PARA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O sítio em questão é marcado atualmente a leste pela presença do terminal de ônibus da praça Castro Carreira, dos edifícios da Estação João Felipe, galpões e administração da RFFSA, alguns sobrados e do edifício Panorama de uso misto; a oeste pelo vazio urbano correspondente ao pátio de manobras da RFFSA; ao sul por quatro quadras caracterizadas pelo uso misto; e ao norte pela ocupação residencial precária do Arraial Moura Brasil.⁴⁴

Breve histórico da área

Em meados do século XIX, a área era caracterizada pela presença dos antigos cemitérios São Casimiro (católico) e dos Ingleses (protestante), pelo Campo do Amélia (atual Praça Castro Carreira) e por ocupação rarefeita do Morro do Gravatá.

No final do século XIX, com a instalação dos primeiros trilhos da linha férrea Fortaleza-Baturité, surge no Morro do Gravatá, a partir dos canteiros de obra da mesma, uma ocupação mais significativa, constando na planta da cidade de 1888 sob a denominação de Arraial Moura Brasil.⁴⁵ No ano de 1880, com a consolidação da linha férrea e a inauguração da estação central (Estação João Felipe), reflexo direto do ciclo econômico do algodão, a área em questão passava a ter a gênese da configuração que apresenta nos dias atuais. Tal fato implicou em grande entrave, tendo a linha férrea maculado e impossibilitado a ligação física do Centro com o mar, tolhendo o crescimento da região.

⁴⁴ Ver mapa 09 – área de intervenção.

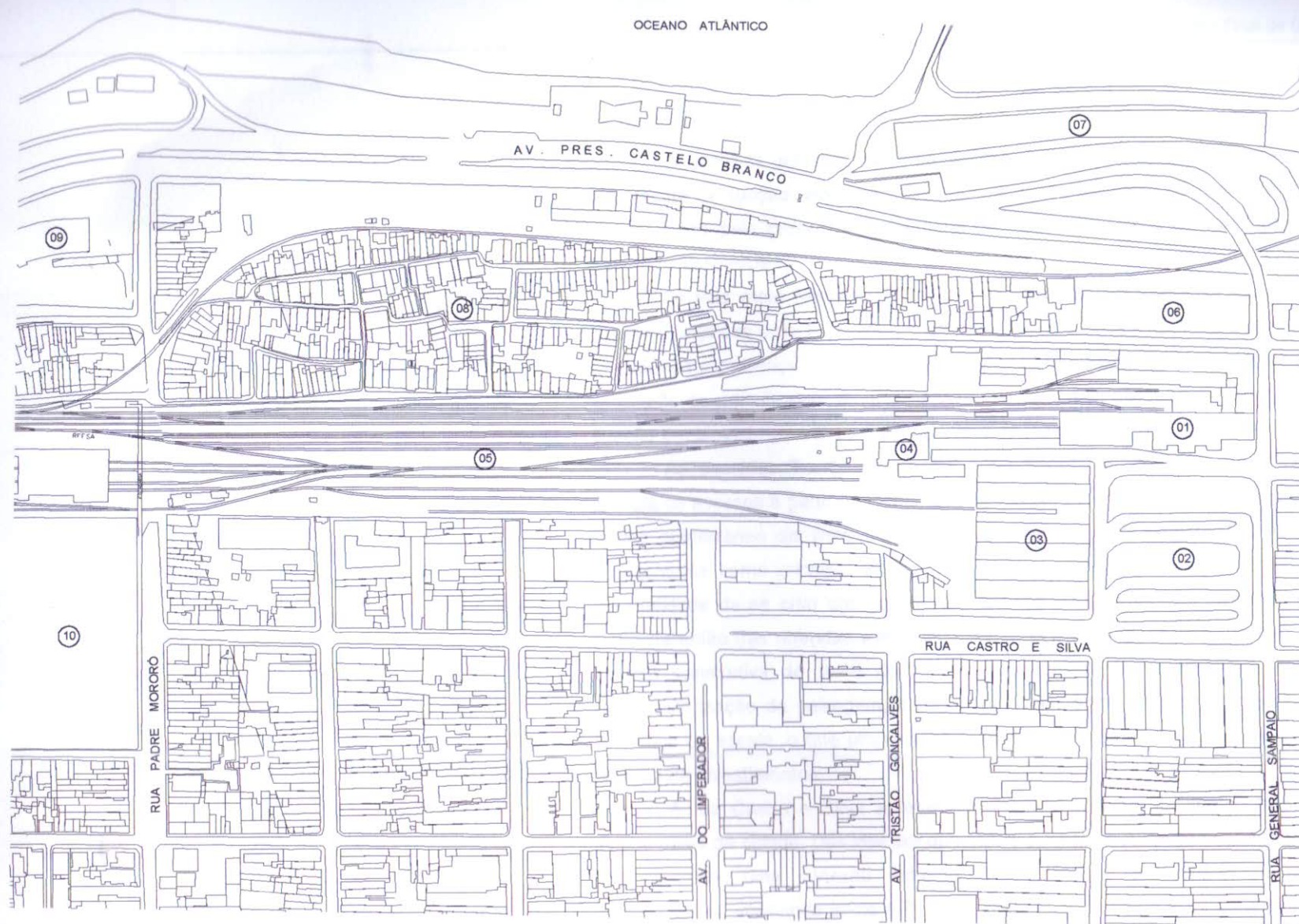
⁴⁵ O Prof. Liberal de Castro afirma que "esta é, certamente, a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu, (...) se considerarmos que o favelamento se define mais pelo confinamento social do que pela ruim condição arquitetônica. Posteriormente, na década de 30 deste século, (...) foi removido para do meretrício da zona comercial, principalmente o espalhado pelas ruas das Flores (Castro e Silva) e adjacências, decisão oficial que veio degradar em definitivo o bairro".

Entorno imediato

Margeiam a área, caracterizando o seu entorno, quatro zonas distintas que endossam o caráter articulado e de ponto focal da proposta. A primeira, constituída pela faixa de praia, atualmente é marcada por usos inadequados (estaleiro naval e hotel Marina Park) e por terrenos e edificações ociosas (depósitos e galpões próximos à SEFAZ). Sítio de grande potencial paisagístico que se encontra ignorado pela área central.

Representada pelo núcleo comercial do Centro, a segunda zona possui características de densidade elevada e homogênea, onde são mais visíveis e palpáveis os problemas do bairro. É nesta área que, por trás de uma aparente "vitalidade", oculta-se um alto índice de subutilização e ociosidade da infra-estrutura existente, onde edifícios inteiros encontram-se desocupados, coroando a degradação da mesma.

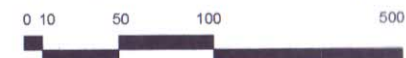
Uma terceira zona é definida pelo eixo da rua Dr. João Moreira, onde observa-se a preservação de um dos últimos conjuntos históricos da área central, contando com a presença do Passeio Público e de edifícios de valor arquitetônico e simbólico. São eles: Forte Nossa Senhora da Assunção, a Santa Casa de Misericórdia, os edifícios da antiga Sociedade União Cearense e da Associação Comercial, o antigo prédio da cadeia pública e, arrematando o conjunto, a Estação João Felipe. A última zona é caracterizada pela presença marcante do Cemitério São João Batista e pelo uso misto, este último com grande capacidade de ter suas atividades incrementadas com o advento das intervenções propostas.



LEGENDA

- 01 ESTAÇÃO JOÃO FELIPE
- 02 TERMINAL DE ÔNIBUS
PRAÇA CASTRO CARREIRA
- 03 GALPÕES RFFSA
- 04 ADMINISTRAÇÃO RFFSA
- 05 PÁTIO DE MANOBRAS
- 06 ED. PANORAMA
- 07 HOTEL MARINA PARK
- 08 ARRAIAL MOURA BRASIL
- 09 INSTITUTO MÉDICO LEGAL
- 10 CEMITÉRIO S. JOÃO BATISTA

MAPA 09- ÁREA DE INTERVENÇÃO



Sistema viário

Constata-se pela disposição do sistema viário e, principalmente, por seu uso, que atualmente a função essencial da área é a de terminal de transporte coletivo, caracterizado pela presença do terminal de ônibus na Praça Castro Carreira e pela Estação João Felipe.

As vias mais representativas que ancoram tal característica são as avenidas Tristão Gonçalves e do Imperador, e as ruas Castro e Silva e General Sampaio. Merece um adendo a presença da avenida Presidente Castelo Branco, que apesar de margear a área, não se articula com as demais vias mencionadas, possuindo apenas uma tímida ligação em elevado com a rua General Sampaio (sentido sul-norte).

As avenidas Tristão Gonçalves e do Imperador, constituem um binário que articula os acessos a partir do Centro às regiões sul e oeste da cidade. A implantação do trecho subterrâneo da linha sul-oeste do metrofor sob à avenida Tristão Gonçalves apresenta-se como principal vetor indutor de transformação da área central, devido a possibilidade de se criar um grande eixo de negócios, serviços e habitação, gerado a partir da união das referidas avenidas. Esta intervenção estaria ancorada no caráter da técnica construtiva do túnel do metrô, que acelera o processo de decadência e descaracterização da paisagem, e na oportunidade única de promover no Centro uma mudança de escala, o que proporcionaria grandes melhorias da qualidade do espaço e atração de investimentos.

A rua Castro e Silva apresenta-se como um canal de acesso proveniente da região oeste da cidade. Das vias em questão, é a única imbuída de um caráter simbólico, por promover uma conexão entre o Cemitério São João Batista e a Catedral Metropolitana, possuindo início e fim bem marcados. Contudo essa característica não é

potencializada com a finalidade de se criar perspectivas e apreensão dos marcos visuais que a limitam. Esta constatação é atribuída às variações da caixa de rua, à poluição visual e à ausência de recuos das edificações. Indo ao encontro de tais entraves, o alargamento e a homogeneização de sua caixa apresenta-se como solução palpável, além de promover uma melhoria considerável do tráfego, por passar a constituir uma ligação direta no sentido leste-oeste entre dois extremos da área central.

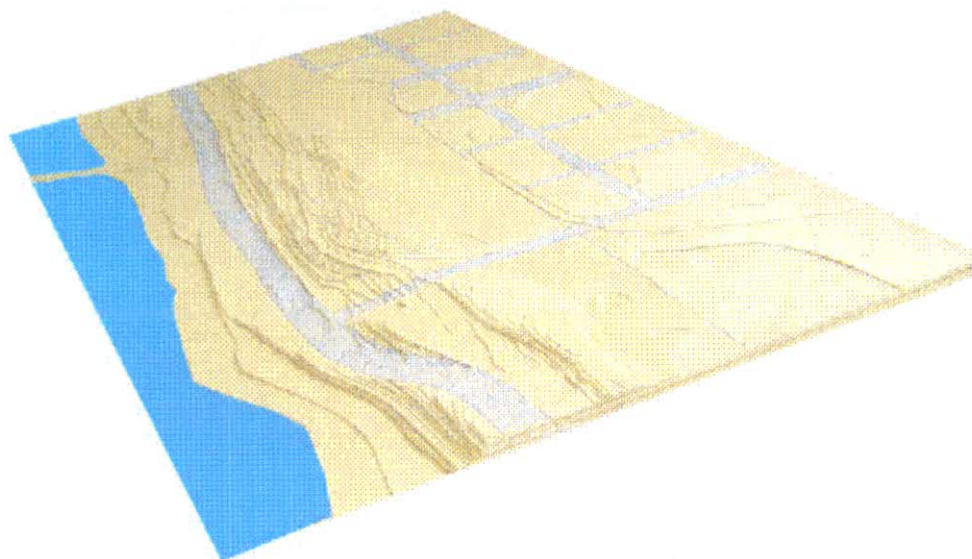
Apresentando caixa não condizente com o seu uso, a rua General Sampaio constitui um vetor de acesso proveniente da região sul e sudoeste da capital, acolhendo grande fluxo de automóveis e ônibus. Com a implantação do metrofor e a possibilidade da criação do eixo monumental, esta via seria descongestionada e teria restituída sua escala.

Como única via de sentido leste-oeste a interagir com a área, a rua Dr. João Moreira merece destaque, não por se caracterizar como importante via de acesso, mas por conter em seu seio espaços e edifícios representativos da história da cidade. Sua maior potencialidade repousa no comprometimento com a preservação do conjunto citado, podendo voltar-se somente ao pedestre e ao exercício contemplativo, transferindo o fluxo de veículos para a rua Castro e Silva.

Aspectos topográficos da área

Localizado em uma posição a cavaleiro, o sítio apresenta ampla possibilidades de apreensão da paisagem, tendo como protagonista o mar, aspecto que lhe confere um caráter único na cidade.

Uma grande parcela do terreno é constituída por um relevo aproximadamente plano, se consideradas suas proporções, com variações compreendidas entre as cotas 16 e 18 metros. Entretanto, as porções noroeste e norte da área detêm características particulares. Constata-se a presença de um pequeno morro a noroeste, em área correspondente à parcela mais degradada do Arraial Moura Brasil, com variações de cota da ordem de 8 metros em relação ao platô do terreno. A encosta com relevo bastante íngreme constitui o diferencial da porção norte.



Diretrizes para a área de intervenção

Ancorada no substrato constituído pelas considerações iniciais e pela análise em pormenor da área em estudo, são propostas diretrizes específicas para a intervenção:

- Restituição do poder público à área central, mediante a utilização do pátio de manobras da RFFSA e a criação do Centro Cívico Estadual;
- Implantação do Palácio do Governo, da Assembléia Legislativa e do Museu da Cidade na Praça Cívica;
- Valorização das ligações físicas e visuais com o mar através de intervenções complementares à implantação da Praça Cívica;
- Desapropriação de quatro quadras, delimitadas pelo pátio de manobras da RFFSA, ruas Padre Mororó e Castro e Silva e avenida do Imperador, para implantação do Palácio do Governo e do Parque das Secretarias;
- Supressão dos galpões da RFFSA e do edifício de sua administração para a implantação da Assembléia Legislativa Estadual;
- Desapropriação da área correspondente a porção do Arraial Moura Brasil delimitada pelo pátio de manobras da RFFSA, rua Padre Mororó, avenida Presidente Castelo Branco e a projeção do prolongamento da rua 24 de Maio em direção ao norte, para a construção dos patamares da Praça Cívica, que abrigarão um centro de cultura e lazer, estacionamento, o Museu da Cidade, a nova Estação João Felipe (metrofor) e o centro comercial;
- Ligação da avenida Tristão Gonçalves à avenida Castelo Branco através de um túnel sob a Praça Cívica;

- Relocação da população do Arraial Moura Brasil para área limleira à intervenção, mediante estudo sócio-econômico da mesma. Com base neste estudo, desenvolver critérios e estratégias que minimizem perdas e transtornos decorrentes do processo;
- Substituição do atual uso do Instituto Médico Legal (IML), destinando suas instalações à implantação de um centro de saúde;
- Urbanização prioritária da área compreendida entre as avenidas Filomeno Gomes e Presidente Castelo Branco, rua Padre Mororó e Cemitério São João Batista, dotando-a de infra-estrutura para a construção vertical de residências multifamiliares destinadas à população do Arraial Moura Brasil;
- Ligação da rua Padre Mororó com a avenida Presidente Castelo Branco e com a nova avenida a ser implantada no percurso da atual linha do trem, em direção a avenida José Bastos;
- Alargamento da rua Castro e Silva em toda a sua extensão, de maneira a promover o fluxo de veículos em dois sentidos (leste-oeste e oeste-leste), absorvendo a demanda proveniente da rua Dr. João Moreira que será destinada ao pedestre;
- Definição de novos padrões de ocupação nas quadras da faixa desapropriada decorrente da intervenção na rua Castro e Silva;
- Retirada do terminal de ônibus da Praça Castro Carreira, restituindo-a o caráter de espaço público de permanência e promovendo a integração de sua área ao entorno da Praça Cívica;
- Estudo paisagístico para a elaboração de um novo desenho da Praça Castro Carreira que procure valorizar o edifício da Estação João Felipe e sua arquitetura neoclássica;
- Como estratégia de preservação do edifício da Estação João Felipe, transforma-lo em Museu do Trem;

- Fomento das atividades vinculadas ao turismo e à cultura ao longo do corredor da rua Dr. João Moreira e em seu entorno imediato, tomando-se partido do potencial paisagístico e da forte expressão histórica da área;
- Garantir o domínio do pedestre nas áreas adjacentes à Praça Cívica e no corredor da rua Dr. João Moreira;

A PRAÇA CÍVICA

"Esses espaços urbanos, abertos como clareiras na floresta dos edifícios – os largos, os adros das igrejas, as esplanadas, os jardins públicos e, principalmente, as praças – , têm constituído, através de milênios, o mais típico lugar da vida urbana; lugar de encontro, da comunicação, do comércio direto de produtos, mercadorias, informações e idéias; lugar, também, das grandes festas populares, das manifestações e, não raro, das mais graves decisões políticas".⁴⁶

Ancorado na concepção da praça como lugar da vida urbana por excelência, o Centro Cívico aqui proposto reforça esse conceito; abriga edifícios representativos do poder local de maneira a tornar o lugar ponto focal, marco, referência do viver urbano: coração da cidade. Esta idéia nasce da "existência na maior parte das povoações de espaços que se caracterizam como lugares de concentração das pessoas, centros e fontes da vida urbana"⁴⁷.

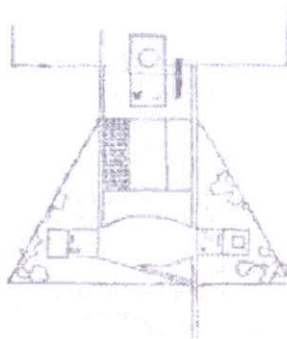
A praça cívica está portanto presente na história. O maior exemplo talvez se encontre na Grécia. A ágora dos gregos destinava-se acima de tudo ao encontro dos

⁴⁶ GRAEFF, Edgar Albuquerque. *O Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Volume 7. Projeto. São Paulo, 1986. p. 131.

⁴⁷ Idem.



A Praça de São Marcos em Veneza representa, segundo Rogers, a maior expressão do *dolce far niente*, expressão que o arquiteto conceitua como o contemplar e pensar sem esforço¹. Construída ao longo de 10 séculos com uma sucessão de edifícios que refletem, cada um, as concepções arquitetônicas de sua época, a praça ainda revela uma unidade surpreendente.



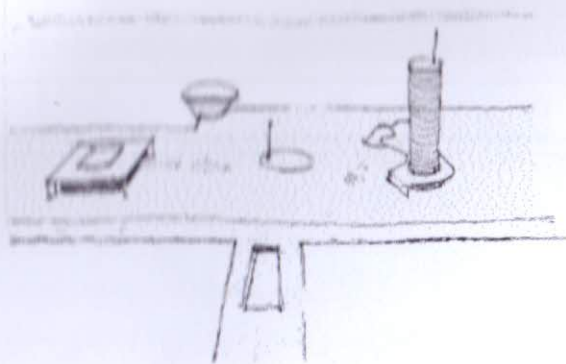
A Praça dos Três Poderes em Brasília segundo memorial de Lúcio Costa.

cidadãos e às reuniões públicas. Seu espaço era delimitado pelas *stoas* – edifícios com largas galerias e colunatas que, constituindo vias cobertas, circundavam a praça – e tinha funções múltiplas: além de alojar o tribunal de justiça e tribuna política, era também palco dos principais atos e festas da vida cidadã. No Império Romano o fórum substitui a ágora, reunindo além das atividades de comércio e administração da justiça, as atividades religiosas. Já na Idade Média, a praça do mercado surge como principal núcleo da vida urbana.

O principal espaço cívico hoje no país é a praça dos Três Poderes, em Brasília. “Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com a frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista”.⁴⁸

A Praça Cívica aqui proposta está intimamente relacionada à criação de um espaço digno e austero, palco das manifestações e reclames populares, ampla e generosa esplanada onde o efêmero é vigorosamente descartado e o espaço reina como elemento principal. Estabelecida em área privilegiada, sobre um platô à cota 17, a Praça finaliza apoteoticamente o Eixo Monumental, abrindo amplas visuais para o mar.

⁴⁸ Trecho do memorial descritivo do plano piloto desenvolvido por Lúcio Costa à época do concurso para a capital do país.

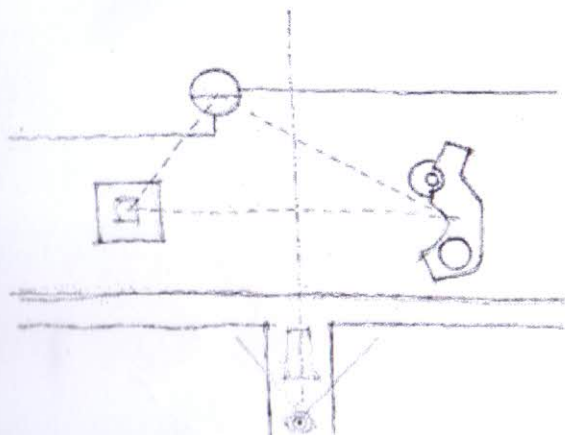


Sob a praça, o centro de lazer, comércio e cultura garante o uso contínuo do espaço. As lojas, cinemas, restaurantes, cafês e o Museu da Cidade constituem-se espaços agradáveis, fazem contraponto ao espaço “árido” da Praça Cívica, destinado às manifestações populares. “Aliás, quando se reflete a respeito da centralidade urbana, evidencia-se o fato de que, nas condições da sociedade contemporânea, nem o templo e nem o palácio constituem focos suficientemente vigorosos para animar o coração da cidade (...). Os novos pólos de estruturação do espaço abrigarão principalmente atividades lúdicas”.⁴⁹

A praça foi concebida, de fato, em função de duas escalas: a monumental – “não no sentido de ostentação”, diria Lúcio Costa, “mas no sentido da expressão palpável, consciente daquilo que vale e significa” – e a coloquial: acolhedora, gregária e íntima.

Implantação dos edifícios

Os edifícios que conformam a Praça Cívica e ordenam a sua escala tiveram como principal diretriz de implantação a busca da valorização da paisagem e das visuais, adotando, apesar de suas dimensões, uma posição de coadjuvantes no conjunto. Representados pelo Palácio do Governo, Assembléia Legislativa e o Museu da Cidade, foram locados de maneira a conformar uma triangulação na qual os edifícios de caráter político ocupam os extremos oeste e leste da Praça – Palácio e Assembléia, respectivamente – e o Museu o vértice noroeste. Esta conformação buscou o equilíbrio do conjunto através da posição dos edifícios de maior massa em extremos opostos e a atuação do Museu como um elemento regulador das escalas. Implantado mais próximo à



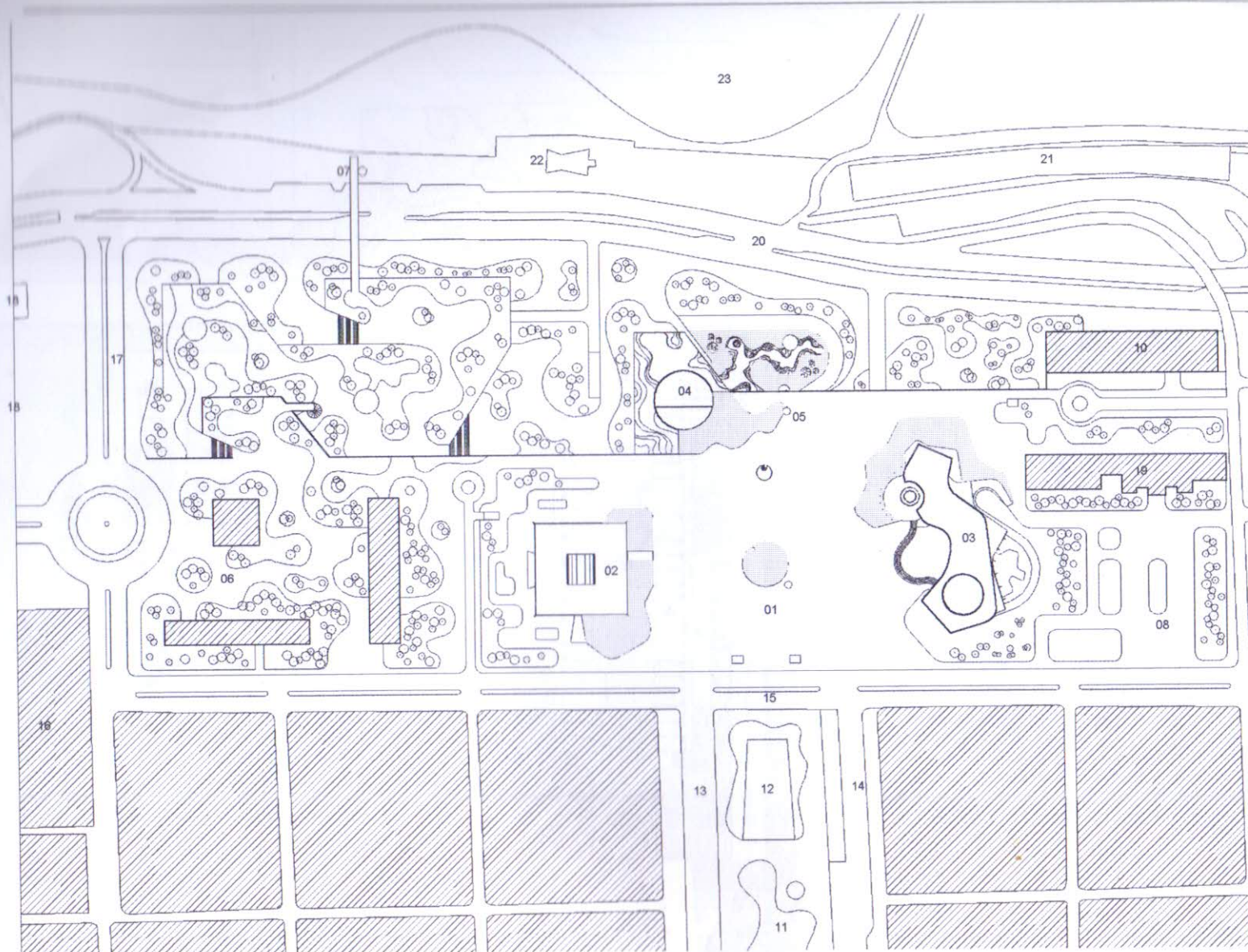
⁴⁹ GRAEFF, Edgar Albuquerque. *O Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Volume 7. Projeto. São Paulo, 1986. p. 133.

sede do governo, o Museu libera as visuais para o mar e promove uma interação de massas que faz contraponto às significativas proporções da Assembléia Legislativa. Um quarto elemento, o obelisco situado em um espelho d'água no centro da Praça, promove uma transição de alturas entre a torre da Assembléia, o volume escultórico do Museu e a horizontalidade do Palácio, arrematando o equilíbrio da composição.

A implantação do Palácio do Governo a oeste foi orientada pela necessidade de interação do mesmo com os edifícios de apoio, constituídos pelas secretarias estaduais. Diante de tal premissa, a região oeste à Praça apresentou-se como ideal devido às suas dimensões, a possibilidade de articulação com o metrô e a criação de um espaço público com uma escala que contrastasse com a da Praça Cívica.

Implantado a leste, como consequência direta da premissa que norteou a locação do Palácio e das considerações acerca do equilíbrio do conjunto, a Assembléia margeia a Praça Castro Carreira e constitui-se o elemento responsável pela transição de duas escalas distintas.

O volume cônico do museu situa-se igualmente numa faixa de transição entre as escalas da Praça Cívica e dos patamares que compõe o calçadão paisagístico da Av. Leste-Oeste e o Centro de Comércio, Lazer e Cultura.



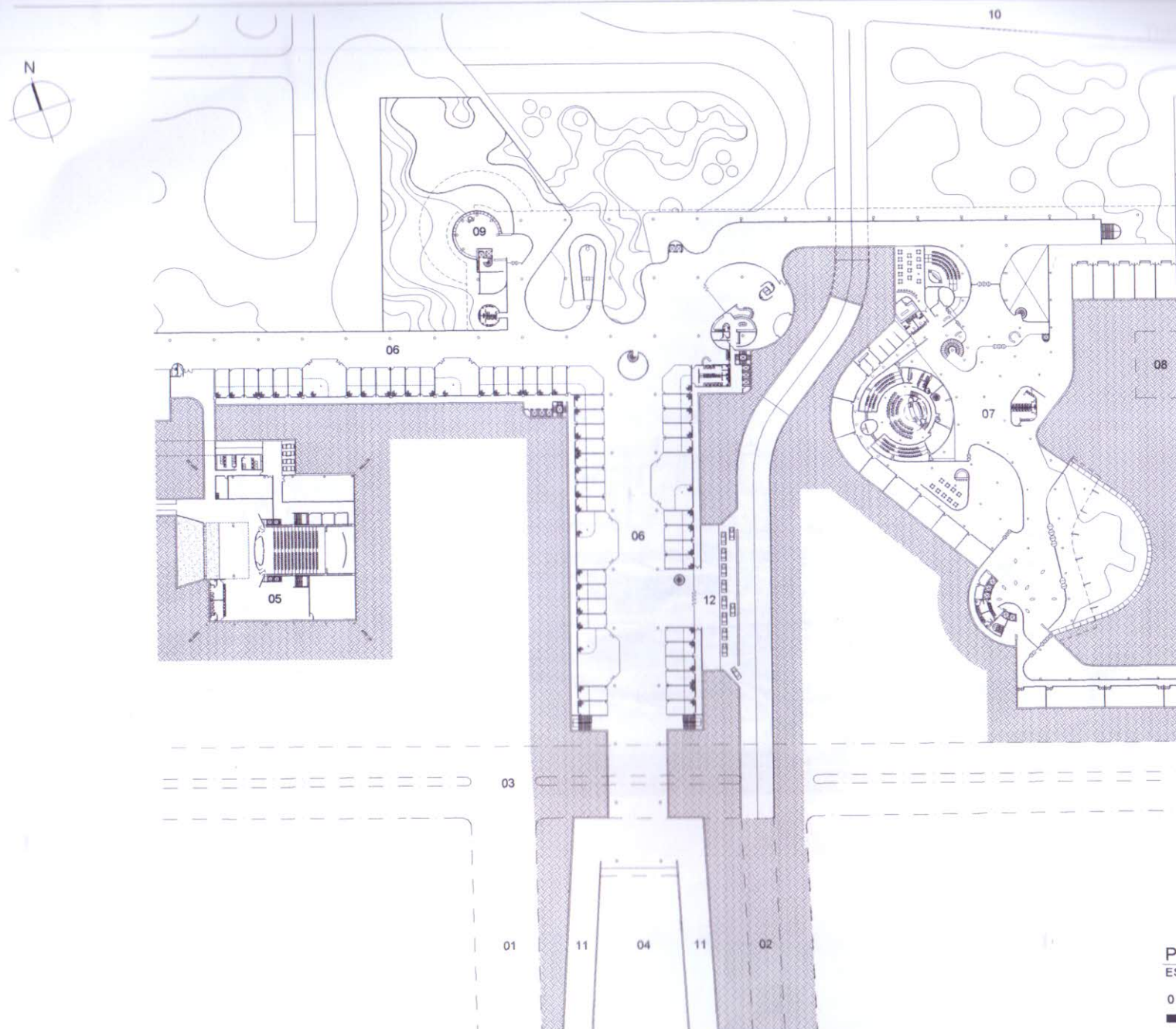
LEGENDA

- 01. PRAÇA CÍVICA
- 02. PALÁCIO DO GOVERNO
- 03. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- 04. MUSEU
- 05. ELEVADORES
- 06. PRAÇA DAS SECRETARIAS
- 07. PASSARELA
- 08. PRAÇA DA ESTAÇÃO
- 09. ESTAÇÃO JOÃO FELIPE
- 10. ED. PANORAMA
- 11. EIXO MONUMENTAL
- 12. RAMPA DE ACESSO CENTRO COMERCIAL
- 13. AV. DO IMPERADOR
- 14. AV. TRISTÃO GONÇALVES
- 15. AV. CASTRO E SILVA
- 16. CEMITÉRIO
- 17. AV. PADRE MORORÓ
- 18. ESCOLA ESTADUAL
- 19. NOVO ARRAIAL MOURA BRASIL (VERTICALIZADO)
- 20. AV. LESTE-OESTE
- 21. HOTEL MARINA
- 22. IGREJA
- 23. OCEANO ATLÂNTICO

PLANTA GERAL - PRAÇA CÍVICA

ESC. 1:4000





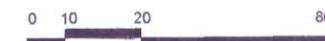
LEGENDA

- 01. PROJ. AV. DO IMPERADOR
- 02. PROJ. AV. TRISTÃO GONÇALVES
- 03. PROJ. AV. CASTRO E SILVA
- 04. RAMPA ACESSO CENTRO COMERCIAL
- 05. PALÁCIO DO GOVERNO
- 06. CENTRO COMERCIAL
- 07. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- 08. PROJ. ESTAÇÃO JOÃO FELIPE
- 09. MUSEU
- 10. AV. LESTE-OESTE
- 11. ACESSO ESTACIONAMENTO
- 12. ENTRADA CENTRO COMERCIAL

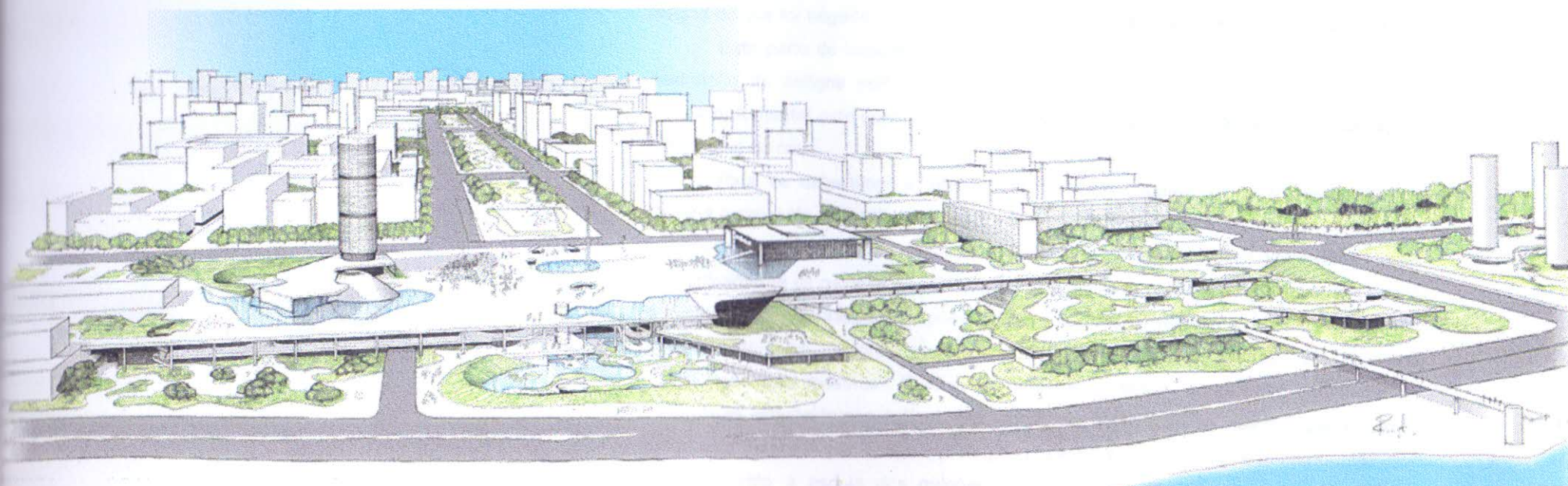
PLANTA GERAL

ESC. 1:2000

NÍVEL -5.50m



O Core de Fortaleza



Os galpões, construídos 44 anos após a inauguração da Estação João Felipe, não foram incluídos no processo de tombamento da mesma. Na Legislação Estadual relativa à proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará⁵¹ não existe um artigo sequer referente à inclusão do entorno imediato nos efeitos do tombamento.

O edifício da administração pode ter um valor afetivo para os trabalhadores da empresa, e tão somente, pois localiza-se em um ponto escondido no meio das dependências da RFFSA.

Quanto ao valor arquitetônico dessa edificação e dos demais galpões e sobrados situados na área de intervenção, nada foi apresentado que justificasse forçosamente sua preservação. A eventual permanência desses edifícios dentro da estrutura do espaço da Praça Cívica poderia gerar um aspecto pitoresco indesejável. Desta forma, o único edifício mantido foi o da Estação João Felipe.

Já que nenhum entrave legal ou técnico impedia a retirada das construções indesejadas, além de questões estritamente conceituais, entrou-se no nebuloso e acidentado reino dos impasses ideológicos.

Recorrendo às origens do Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi buscado algo que auxiliasse o discernimento. "Ao mesmo tempo em que Lúcio Costa e sua equipe implantavam o marco da arquitetura moderna nacional com o projeto e a construção do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro (1936-1945) sob a orientação do franco-suíço Le Corbusier, o mesmo promotor, o Ministro Gustavo

⁵⁰ Masao Furuyama, a respeito da obra de Tadao Ando.

⁵¹ Lei n.º. 9109, de 30 de julho de 1968.

Capanema chamava Rodrigo de Melo Franco Andrade para criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, sobre esboços de projeto do Mário de Andrade⁵²

Muitos consideram os modernistas verdadeiros vândalos, destruidores da memória em função do processo. Fruto de mentes desavisadas, esse é, antes de tudo, um pensamento injusto, pois foram os modernistas os primeiros que se preocuparam com a questão da preservação do patrimônio de interesse histórico e cultural.

Os críticos do modernismo fundamentam-se, entretanto, na Carta de Atenas de 1933, redigida por Le Corbusier que submetia as necessidades consideradas prioritárias como higiene, salubridade e locomoção nas cidades modernas, o que é visto hoje em dia por muitos como um verdadeiro sacrilégio. Para estes, se uma rua na cidade precisar de urgente ampliação para melhoria do tráfego, ou uma obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário precisar ser realizada e estiver passando numa região de preservação, seu desenho deverá ser modificado, ou até mesmo, cancelado, para que não cause um impacto danoso e irreversível à área. Além disso, critérios de seleção para preservação, antes restritos praticamente aos exemplares de arquitetura religiosa e militar, aos sobrados e às casas de fazenda, têm sido ampliados para incluir os conjuntos de interesse e os exemplares que não possuem necessariamente uma arquitetura de valor, mas estão impregnadas de "valor afetivo".

A requalificação dos espaços urbanos e principalmente das áreas centrais é de fundamental importância para a reestruturação da cidade e traz consigo significativos benefícios para a comunidade. Neste curso, é indispensável a alteração de escala dos centros antigos. Os serviços de proteção ao patrimônio histórico devem desempenhar um

⁵² CARVALHO, Pompeu Figueiredo. *Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulista: a construção do lugar*. In Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de

papel importante nesse processo, entretanto devem existir critérios mais elaborados que definam melhor o que deve ou não ser preservado.

Não se procura desvalorizar o conceito de preservação da memória. Acredita-se que devem ser criadas maneiras adequadas de garantir a manutenção dos hábitos e valores (identidade) da comunidade, como também a sua transmissão à gerações futuras.

Cássia Ariza da Cruz. São Paulo. Hucitec. 1996. p.107.

OS EDIFÍCIOS

"Enquanto satisfaz apenas às exigências técnicas e funcionais – não é ainda arquitetura; quando se perde em intenções meramente decorativas – tudo não passa de cenografia; mas quando – fruto instantâneo de inspiração, ou de procura paciente – aquele que a ideou para e hesita ante a simples escolha de um espaçamento de pilares ou da relação entre a altura e largura de um vão, e se detém na procura da justa medida entre 'cheios' e 'vazios', na fixação dos volumes e subordinação deles a uma ela, e se demora atento ao jogo dos materiais e seu valor expressivo, - quando tudo isso se vai pouco a pouco somando, obedecendo aos mais severos preceitos técnicos e funcionais, mas, também, àquela intenção superior que seleciona, coordena e orienta em determinado sentido toda essa massa confusa e contraditória de pormenores, transmitindo assim ao conjunto, ritmo, expressão, unidade e clareza – o que confere à obra o seu caráter de permanência: isto sim, é arquitetura".

Lúcio Costa.

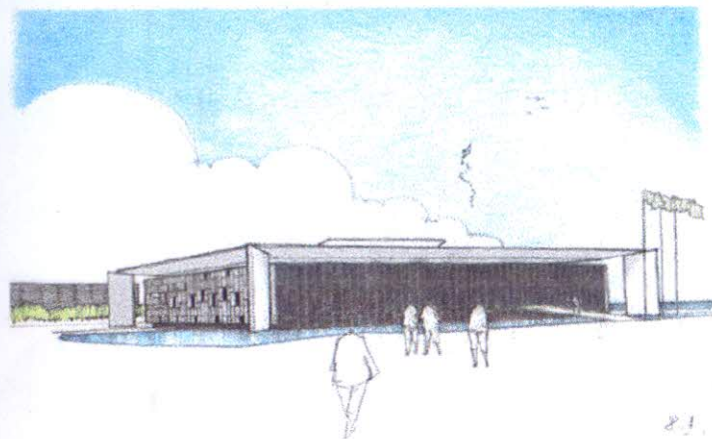
O PALÁCIO DO GOVERNO



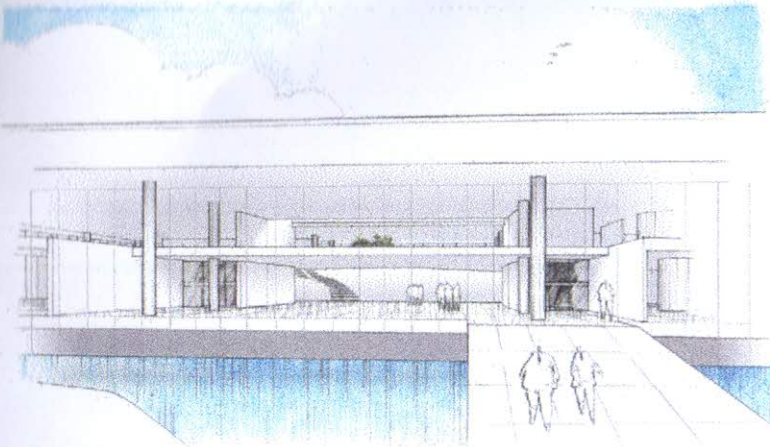
O Palácio, como símbolo da representatividade política-administrativa do Estado – o local onde se encontra o governador e são tomadas as decisões –, procura a afirmação da dignidade institucional.

Com filiação na arquitetura moderna brasileira, o projeto rege-se por valores assinalados por Lúcio Costa: simplicidade, harmonia e austeridade. Sua monumentalidade é conferida não apenas por suas dimensões; impõe-se pela sua sobriedade e por aquilo que representa.

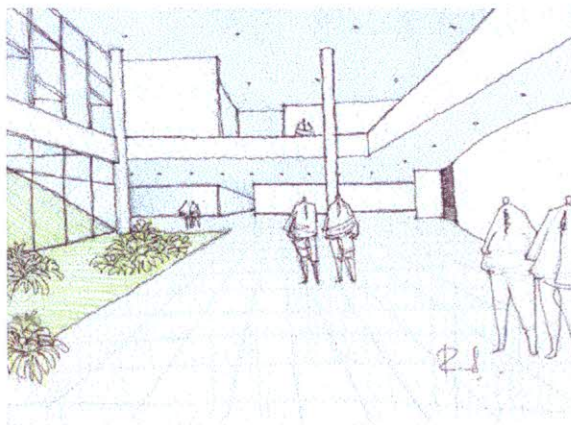
Apesar da escala, o edifício de planta quadrada exibe grande leveza, como assim atestam a grande superfície de vidro que compõe a fachada principal; os grandes *brises* de influência corbusiana que, além de dinamizar as outras fachadas, “flutuam”, sem tocar o solo; o espelho d’água e a coberta que repousa serenamente sobre os pilares dispostos nos vértices.



Esta dualidade também é evidente no interior do prédio. Enquanto os espaços cerimoniais e de chegada (salão de recepções, sala de banquetes, salão nobre – este último assume, por assim dizer, o papel de transição entre a Praça e o edifício através de seus amplos espaços e o pé-direito duplo) revelam-se monumentais, as áreas periféricas, destinadas às atividades burocráticas do governo, constituem um espaço mais simples relacionado ao cotidiano. Por ser simples, não deixa de ser agradável: o jardim é incorporado ao ambiente de trabalho, do qual se descortinam visuais para o mar, a praça ou a cidade. As aberturas são dissolvidas na superfície de vidro que se recolhe atrás dos *brises*.



Rampa e salão nobre



Foyer do auditório.

A rampa na fachada principal, voltada para a praça, substitui a escadaria dos palácios neoclássicos. Usada somente durante as ocasiões cerimoniais, confere imponência a quem sobe.

O acesso do público e de funcionários ao palácio é feito pela rampa lateral, que desce meio nível aonde se distribuem às atividades da Secretaria do Governo (SEGOVE). No subsolo, adjacentes ao foyer do auditório, existem dois eixos subterrâneos de circulação: um ligado aos edifícios das secretarias, o outro ao centro comercial.

Existem dois eixos simétricos de circulação vertical no prédio destinados aos funcionários e ao público. Em um deles, porém, um dos elevadores é de uso preferencial do governador e seus assessores.

O último pavimento foi destinado às grandes recepções e cerimoniais. A amplitude dos espaços e sua ligação com o exterior – aqui reforçada através da transparência do vidro –, a presença do pátio interno, do jardim e das áreas avarandadas realçam a concepção do edifício segundo os conceitos da arquitetura moderna brasileira.

A estrutura, de concreto protendido, é marcada por vãos cujas dimensões alcançam 16,80m.

As caixas de circulação vertical e os volumes dos banheiros e cozinha são os únicos elementos fixos nos pavimentos. A planta livre dos pavimentos possibilita o emprego de divisórias, o que atribui flexibilidade de uso, característica necessária em um edifício que exige constante remanejamento de espaço.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Subsolo (nível -5,25m)

ambiente	área (m ²)
Hall / Foyer	660,00
Banheiros públicos	(2x) 33,90
Auditório (208 lugares)	550,00
Salas apoio	(3x) 17,20
Hall Governador	66,60
Arquivo Morto	235,30
Vestiários	(2x) 35,90
Monta-carga	29,30
Depósito	118,20
Máquinas	218,70
Estacionamento Governador	129,80

Térreo (Secretaria do Governo SEGOV) (nível -1,75m)

ambiente	área (m ²)
Recepção Geral (acesso ao público)	200,20
Banheiros públicos	(2x) 33,90
Depósito	7,80
Almoxarifado	55,50
▪ Chefe de Almoxarifado	24,50
Departamento de Atos Oficiais	28,90
Assessoria Comunitária	50,80
Associação	14,20
▪ Depósito	10,80
Coordenação especial de licitação – Serviços de Publicidade	66,60
Produção de Rádio	38,90

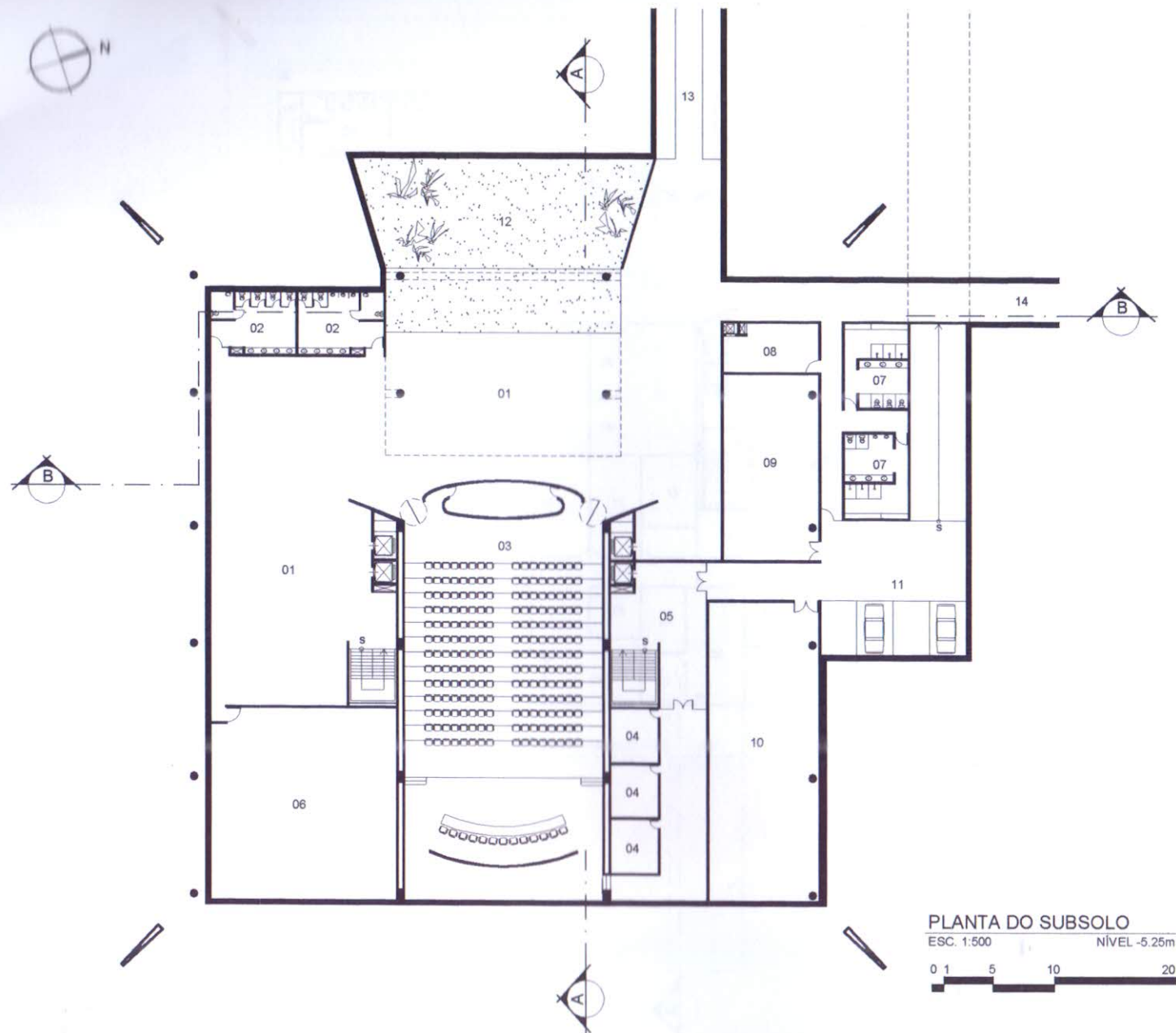
ambiente	area (m²)
Assessoria de Imprensa	33,60
Assessoria de Imprensa	112,70
▪ Áudio e Video	13,90
▪ Escuta	13,90
Mecanografia	17,30
Adjunto Financeiro	62,10
Relações Públicas	34,30
Recepção (Coordenação Adm. Financeira)	10,50
Coordenação Adm. Financeira	25,80
Coordenação Jurídica	17,30
Recepção	25,65
▪ Carin – Departamento Artigo Integração	57,50
▪ Coordenação Artigo Institucional	24,00
▪ Artins	24,00
▪ Informática	31,60
▪ Diretor	19,00
▪ Assessor (Diretor)	17,20
Divisão Pessoal	45,20
▪ Chefe Divisão Pessoal	14,60
Recepção	30,90
▪ Precussores	17,30
▪ Produção Eventos	17,30
▪ Coordenação Comunicação Social	15,60
▪ Desenho	22,50
▪ Computação	7,90
▪ Som	19,50
▪ Studio	19,50
Copa	79,20
Assessoria Jurídica	(2x) 33,60
Recepção	72,30
▪ Gabinete do Secretário	62,80
▪ Secretária do Secretário	31,90
▪ Arquivo	6,30
▪ Chefe de Gabinete	53,40
▪ Apoio Chefe de Gabinete	39,90
▪ Secretária	30,90

1º. Pavimento (Governador) (nível 1,75m)

ambiente	área (m ²)
Grande Hall / Solenidades	882,60
Gabinete do Governador	258,00
▪ Lavabo	5,20
Secretária do Governador	46,80
Recepção	58,20
Chefe de Gabinete	49,70
Espera / Oficial de Gabinete	22,90
Apoio Chefe de Gabinete	26,70
Secretaria (Assessoria Especial)	7,20
Assessoria Especial	18,70
Espera (Segurança)	11,10
Chefe Segurança	13,50
Segurança	34,60
Atendente (Assessoria Especial)	12,10
Assessoria Especial	21,70
Computação	21,70
Secretária (Sub-Chefe Casa Militar)	10,60
Sub-Chefe Casa Militar	15,10
Recepção Cerimonial	13,00
Chefe Cerimonial	18,60
Banheiros Públicos	(2x) 33,90
Hall	96,00
Secretária (Secretária Geral)	16,90
Secretária Geral	24,80
Secretária (Assessoria de Imprensa)	(2x) 16,90
Assessoria de Imprensa	(2x) 24,80
Secretária (Dep. Adm. Financeiro)	14,80
Departamento Administrativo Financeiro	66,00
Telefonista	10,40
Mecanografia	19,20

2º. Pavimento (Recepções) (nível 5,25m)

ambiente	área (m ²)
Pátio	250,00
Banheiros públicos	(2x) 33,90
Salão	949,80
Hall	46,20
Salão de Banquetes	220,20
Bar	36,00
Cozinha	76,80

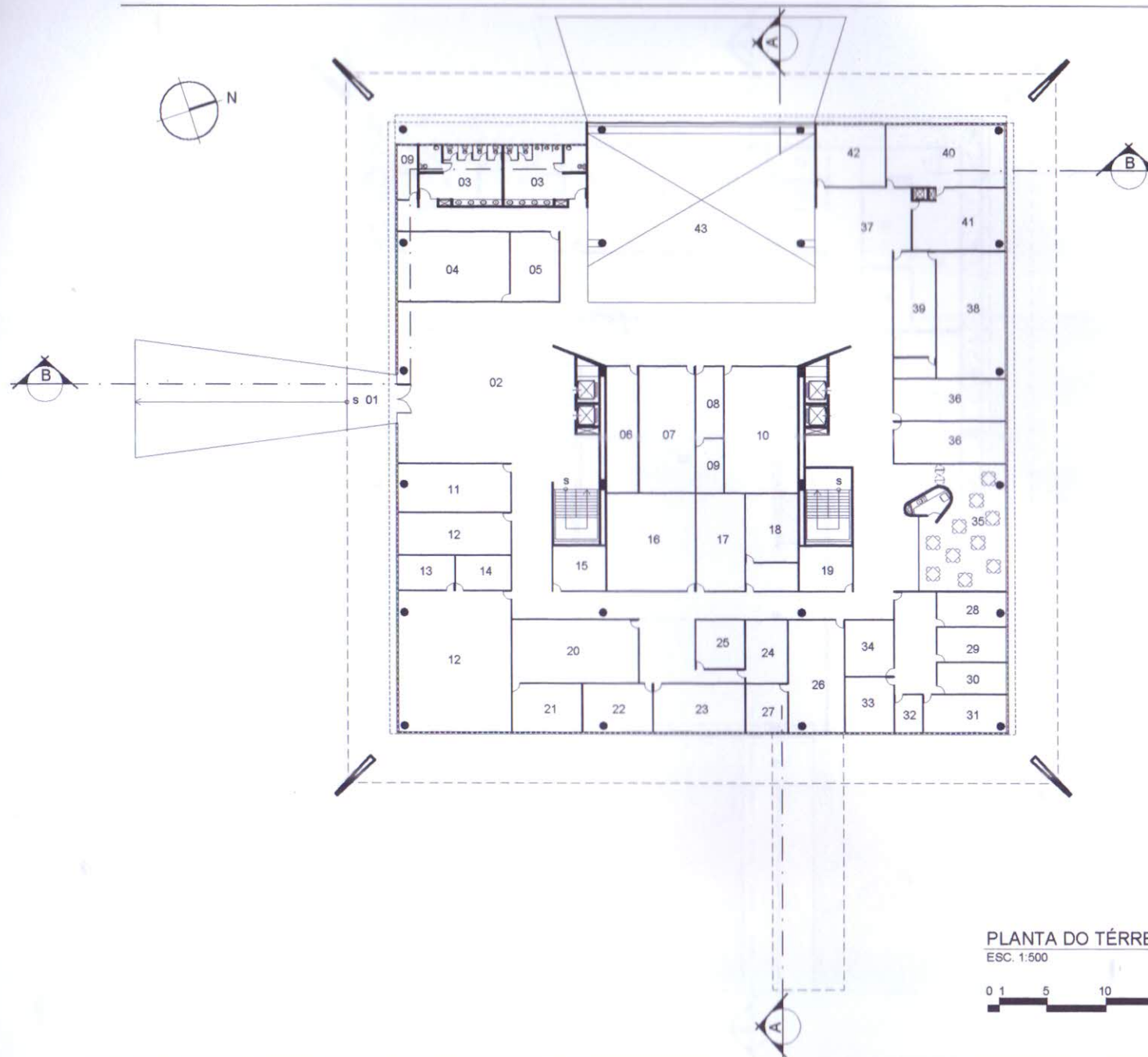


LEGENDA

- 01. HALL / FOYER
- 02. BANHEIROS PÚBLICOS
- 03. AUDITÓRIO
- 04. SALAS DE APOIO
- 05. HALL GOVERNADOR
- 06. ARQUIVO MORTO
- 07. VESTIÁRIOS
- 08. MONTA-CARGA
- 09. DEPÓSITO
- 10. MÁQUINAS
- 11. ESTACIONAMENTO GOVERNADOR
- 12. JARDIM
- 13. CIRCULAÇÃO ACESSO SECRETARIAS
- 14. CIRCULAÇÃO ACESSO CENTRO COMERCIAL E MUSEU DA CIDADE

LEGENDA

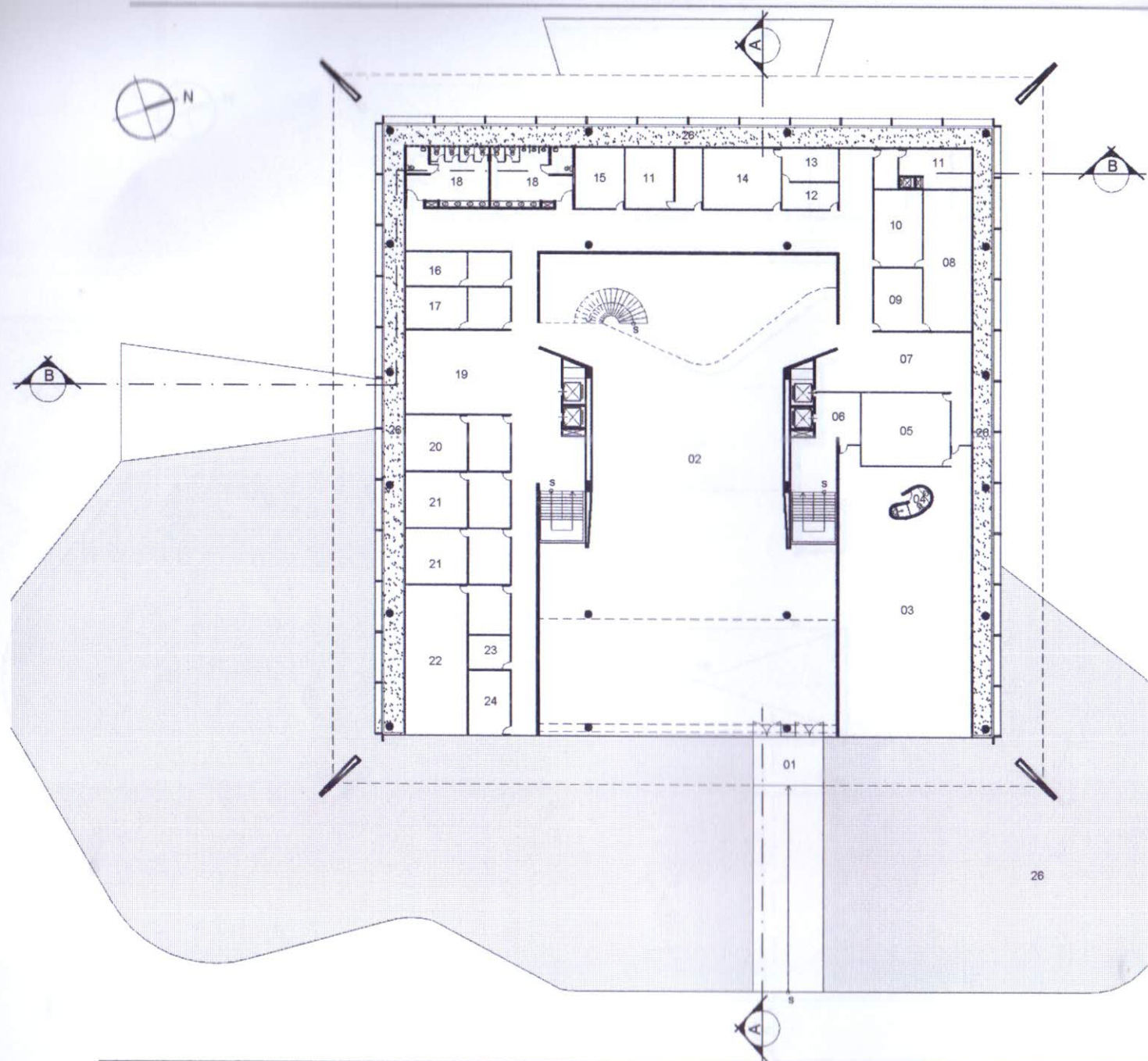
01. RAMPA ACESSO PÚBLICO
02. RECEPÇÃO GERAL
03. BANHEIROS PÚBLICOS
04. ALMOXARIFADO
05. CHEFE ALMOXARIFADO
06. DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS
07. ASSESSORIA COMUNITÁRIA
08. ASSOCIAÇÃO
09. DEPÓSITO
10. COORDENAÇÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
11. PRODUÇÃO DE RÁDIO
12. ASSESSORIA DE IMPRENSA
13. AUDIO E VIDEO
14. ESCUTA
15. MECANOGRRAFIA
16. ADJUNTO FINANCEIRO
17. RELAÇÕES PÚBLICAS
18. COORDENAÇÃO ADM. FINANCEIRA
19. COORDENAÇÃO JURÍDICA
20. CARIN - DEPTO ARTIGO INTEGRAÇÃO
21. COORDENAÇÃO ARTIGO INSTITUCIONAL
22. ARTINS
23. INFORMÁTICA
24. DIRETOR
25. ASSESSOR
26. DIVISÃO PESSOAL
27. CHEFE DIVISÃO PESSOAL
28. PRECUSSORES
29. PRODUÇÃO EVENTOS
30. COORD. COMUNICAÇÃO SOCIAL
31. DESENHO
32. COMPUTAÇÃO
33. STUDIO
34. SOM
35. COPA
36. ASSESSORIA JURÍDICA
37. RECEPÇÃO SEGOV
38. GABINETE DO SECRETÁRIO
39. SECRETÁRIA DO SECRETÁRIO
40. CHEFE DE GABINETE
41. APOIO CHEFE DE GABINETE
42. SECRETÁRIA
43. VAZIO



PLANTA DO TÉRREO

ESC. 1:500 NÍVEL -1.75m

0 1 5 10 20

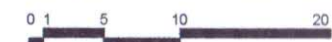


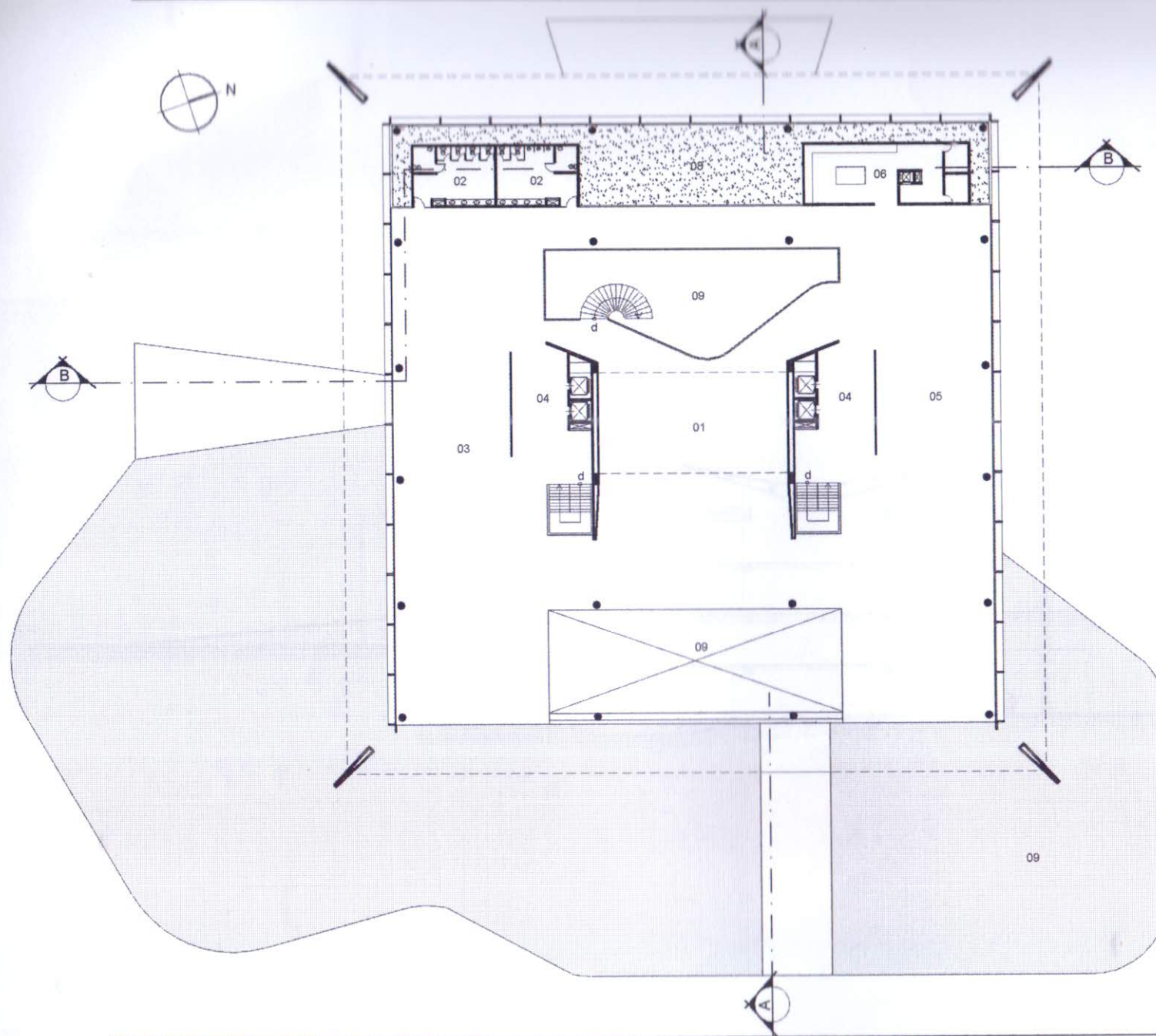
LEGENDA

- 01. RAMPA GOVERNADOR
- 02. SALÃO NOBRE
- 03. GABINETE GOVERNADOR
- 04. LAVABO
- 05. SECRETÁRIA DO GOVERNADOR
- 06. HALL GOVERNADOR
- 07. RECEPÇÃO
- 08. CHEFE DE GABINETE
- 09. ESPERA / OFICIAL DE GABINETE
- 10. APOIO CHEFE DE GABINETE
- 11. ASSESSORIA ESPECIAL
- 12. ESPERA (SEGURANÇA)
- 13. CHEFE SEGURANÇA
- 14. SEGURANÇA
- 15. COMPUTAÇÃO
- 16. SUB-CHEFE CASA MILITAR
- 17. CHEFE CERIMONIAL
- 18. BANHEIROS PÚBLICOS
- 19. HALL
- 20. SECRETARIA GERAL
- 21. ASSESSORIA DE IMPRENSA
- 22. DEPTO. ADM. FINANCEIRO
- 23. TELEFONISTA
- 24. MECANOGRRAFIA
- 25. JARDIM
- 26. ESPELHO D'ÁGUA

PLANTA DO 1o. PAVIMENTO

ESC. 1:500 NÍVEL 1.75m





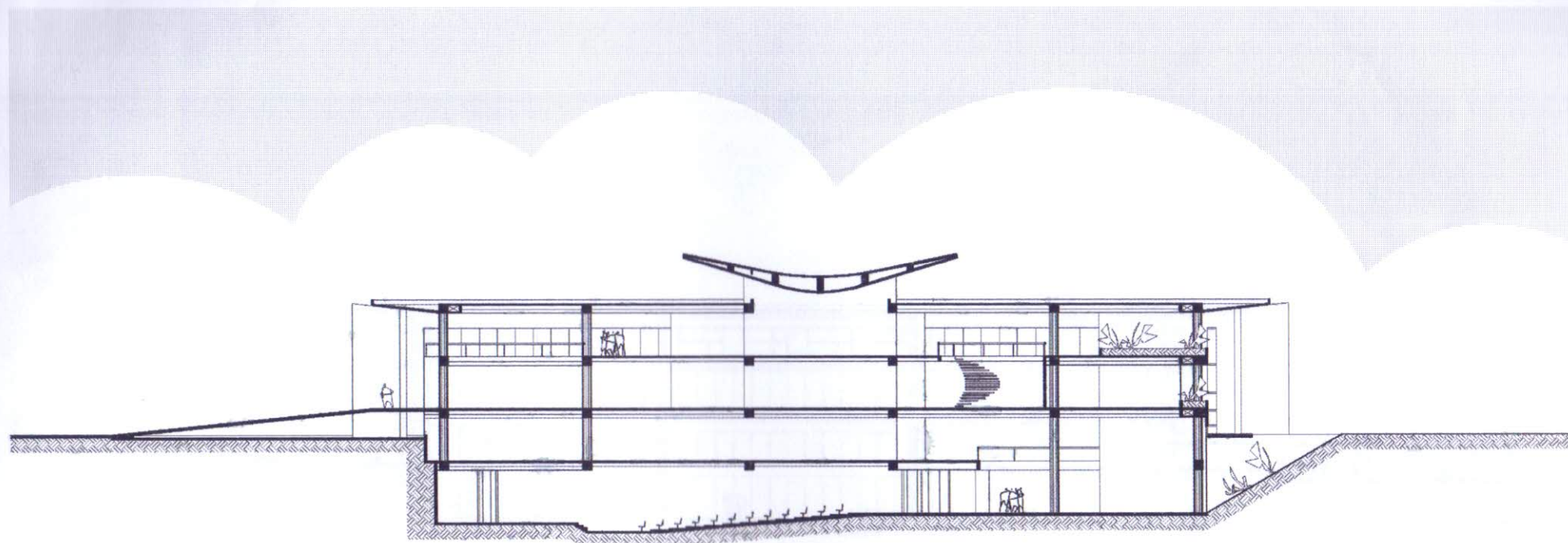
LEGENDA

- 01. PÁTIO
- 02. BANHEIROS PÚBLICOS
- 03. SALÃO DE ATOS
- 04. HALL
- 05. SALÃO DE BANQUETES
- 06. COZINHA
- 07. VAZIO
- 08. JARDIM
- 09. ESPELHO D'ÁGUA

PLANTA DO 2o. PAVIMENTO

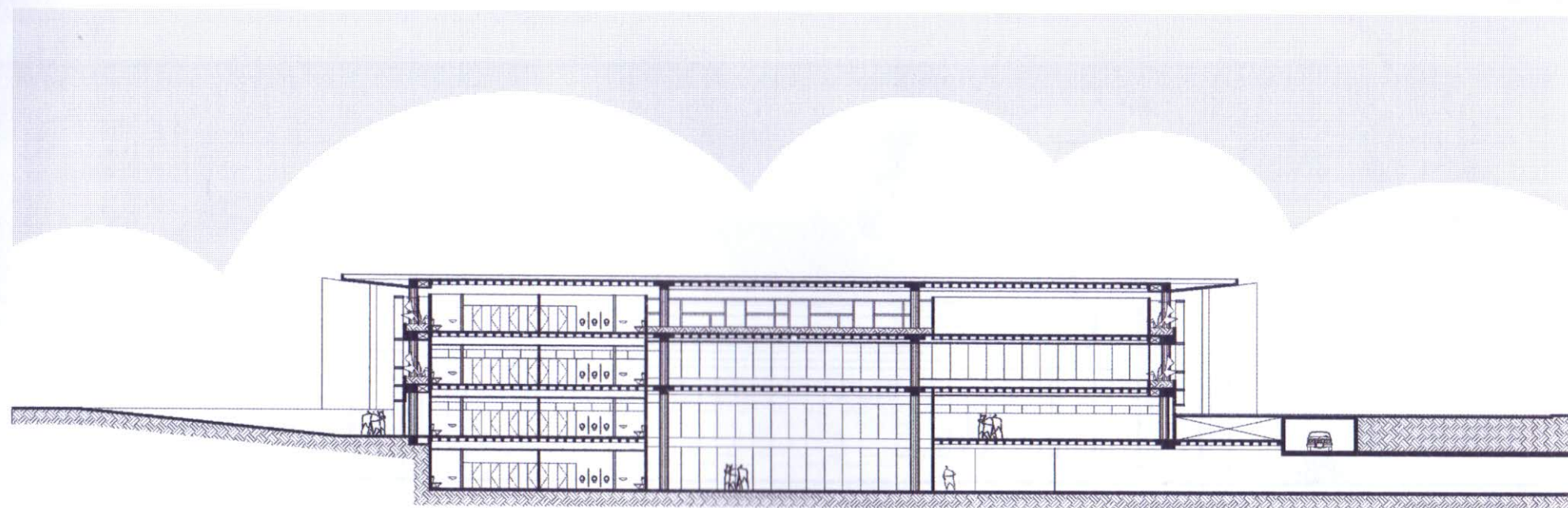
ESC. 1:500 NÍVEL 5.25m





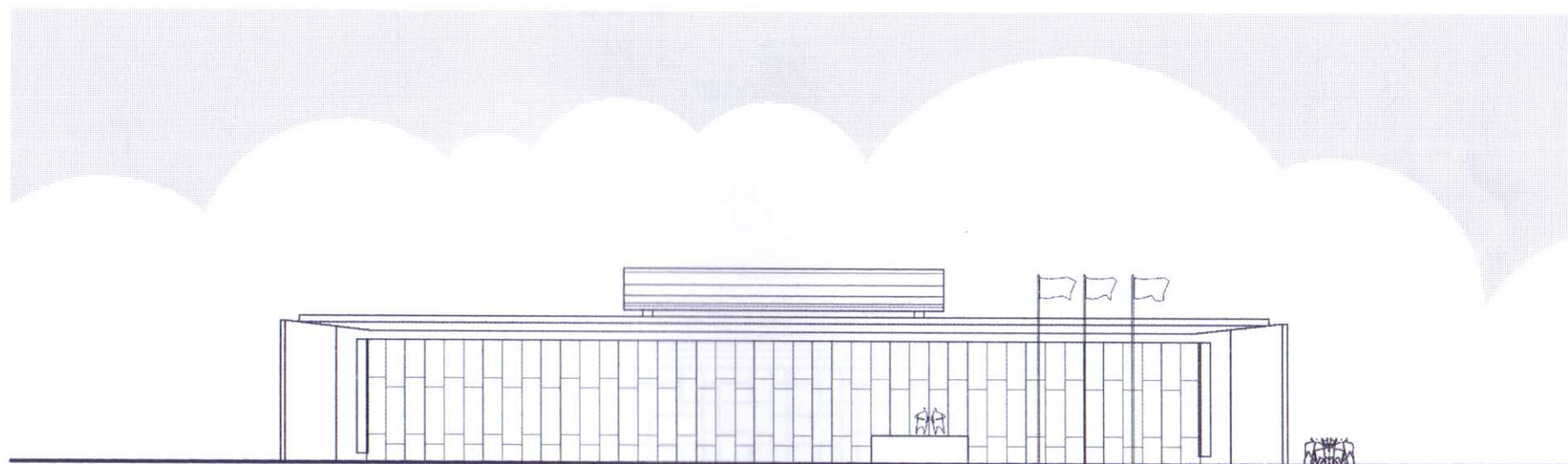
CORTE A-A
ESC. 1:400





CORTE B-B
ESC. 1:400

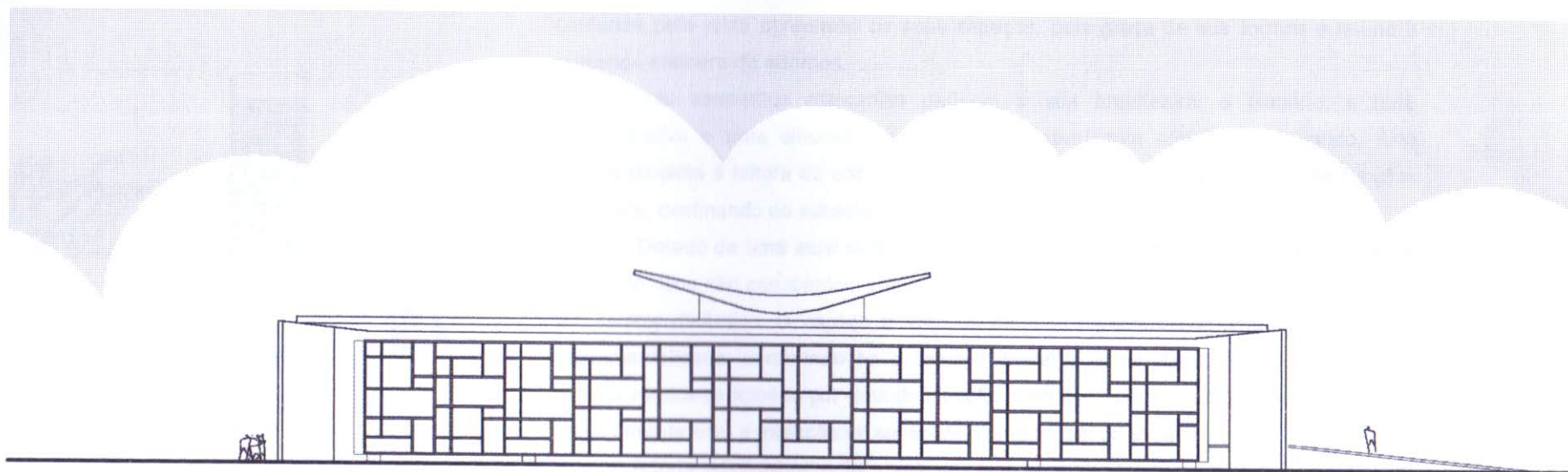




FACHADA LESTE

ESC. 1:400





FACHADA SUDESTE

ESC. 1:400



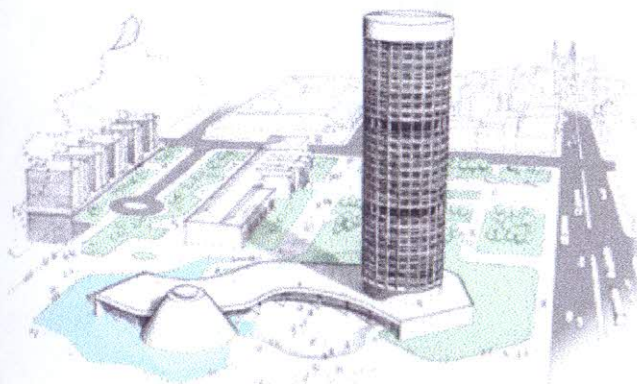
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

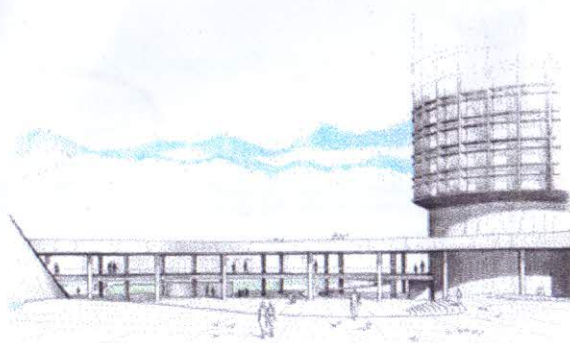
O edifício destinado às atividades do poder legislativo teve sua concepção orientada pela busca de se criar espaços onde a austeridade e monumentalidade, inerentes a uma Assembléia Legislativa, não se apresentem ostentadoras, mas impregnadas de uma simplicidade "derramada" e despretensiosa. Simplicidade esta conferida pela justa apreensão de seus espaços, pela graça de sua formas e imune à presença efêmera de adornos.

Três elementos marcantes definem a sua arquitetura: o plenário, a torre administrativa e uma sinuosa marquise, responsável pela coesão do conjunto. Este partido propicia a leitura do edifício pelos componentes representativos de suas funções principais, destinando ao subsolo as atividades de apoio.

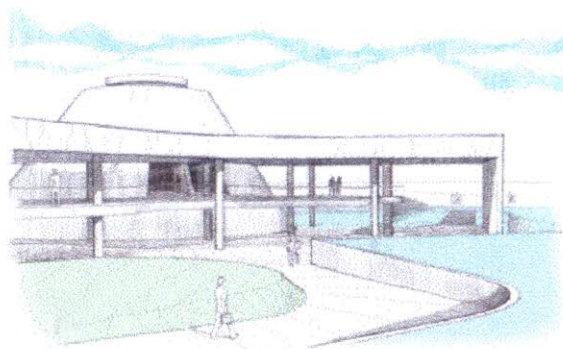
Dotado de uma aura simbólica, o plenário surge na praça cívica na forma de um tronco de cone não concêntrico, volume puro que lhe imprime dignidade e cuja assimetria um caráter dinâmico. O espaço interno do plenário caracteriza-se pela introspecção e monumentalidade, conferindo-lhe o respeito inerente a sua função. O contato com o exterior realiza-se apenas por uma iluminação zenital, difusa e íntima, localizada sobre a mesa diretora com a intenção de sublinhar o ponto focal do espaço.

A torre administrativa foi idealizada com o intuito de minimizar o impacto de suas proporções frente à proximidade de um edifício tombado. Sua verticalidade pontual apresenta-se como contraponto a utilização de um partido horizontal de grandes dimensões, cuja escala conflitaria com as dos demais edifícios da praça cívica e com a do referido bem tombado. Partindo destas premissas, foi projetada como um cilindro, volume simples desprovido de arestas, apresentando uma superfície caracterizada por elementos





Vista da praça da assembléia a partir da praça cívica.



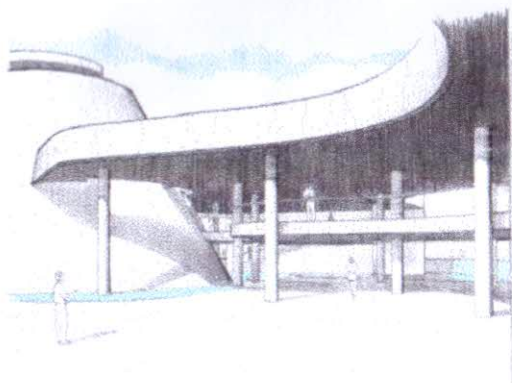
Acesso a partir da praça Castro Carreira.

de proteção solar que tomam partido direto de sua estrutura. Esta simplicidade é decorrente também da necessidade de se evitar que a torre constitua um elemento preponderante na composição.

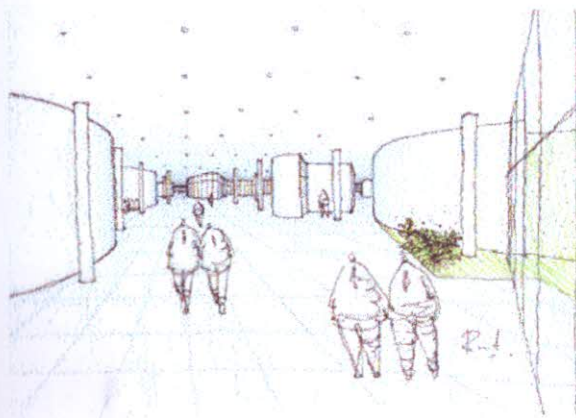
O equilíbrio entre as massas do plenário e da torre é resultante da relação dos mesmos com a praça cívica e destes com a grande marquise. Esta evidencia o plenário e destina à torre uma posição de coadjuvante. Em primeiro plano em relação a torre, o plenário ancora a grande laje e destaca-se na Praça Cívica pela austeridade de sua forma emergindo de um amplo espelho d'água. Numa postura contrária, a torre repousa "silenciosa" sobre a marquise, parecendo não tocar a superfície da Praça Cívica. Nesta atitude reside a intenção de dificultar a sua apreensão pelo observador à medida que o mesmo se aproxima do conjunto, promovendo o direcionamento do olhar para o volume do plenário.

O entendimento da necessidade de se definir uma transição responsável pelo equilíbrio entre duas escalas distintas, representadas pela praça cívica (monumental) e praça Castro Carreira (cotidiana), marcando um lugar e constituindo um espaço público protegido e aberto, motivou a adoção da grande marquise como o elemento articulador e de coesão do partido. A linha horizontal desta cobertura realiza um contraponto com a verticalidade da torre e comunga com a escala do edifício da Estação João Felipe. Seus espaços, fluidos, abertos e exteriores, vão de encontro à monumentalidade introspectiva do plenário, materializada em sua massa coesa.

Fomentando o caráter de lugar atribuído a laje em questão, é criada sob a mesma, através de um desnível na praça cívica, a praça da assembléia. Um espaço conformado por taludes, espelhos d'água e por um escadaria que volta-se para o seu interior, assemelhando-se a um anfiteatro. Uma outra laje, intermediária, situada entre a



A grande marquise e a laje intermediária.



Vista do salão nobre a partir do hall dos deputados.

marquise e a praça interna, conforma o espaço que anuncia o acesso à galeria pública do plenário. Grande hall aberto, belvedere sobre as praças cívica e Castro Carreira, verdadeira *stoa* moderna. Sua superfície constitui-se um prolongamento da praça interna através da utilização de uma sinuosa rampa. Esta promove um passeio pelo espaço, promenade que pode ser realizado ainda, através de uma escultórica escada que alça-se de um espelho d'água em direção ao belvedere.

O diálogo entre os três planos distintos conformados pela ampla coberta, laje intermediária e praça rebaixada procurou imprimir ao lugar o caráter político-ideológico dos espaços coletivos e democráticos.

Ao subsolo foram destinadas as atividades secundárias de apoio ao plenário e à torre administrativa, assim como a definição dos acessos de deputados, funcionários, imprensa e convidados. Seus espaços são caracterizados pela dualidade entre a generosidade dos acessos marcados pelo contato com o exterior (salão nobre) e ambientes de menor escala, intimistas, destinados ao exercício do trabalho e da concentração (plenarinhos e comissões). A ausência de monotonia do percurso por esses espaços, convida à descoberta, à surpresa, numa sucessão de perspectivas distintas e contrastante.

O sistema estrutural adotado possui três configurações distintas, relacionadas diretamente com os três elementos principais do conjunto: a torre, a marquise e o plenário. Em todos foi utilizada a tecnologia do concreto armado e protendido.

A estrutura da torre é constituída basicamente por dois anéis radiais de pilares: um periférico com maior número de elementos e um central em menor número. A amarração entre pilares em cada anel é realizada por vigamento em concreto armado. Este recebe as cargas provenientes de lajes protendidas, adotadas por possibilitar a

otimização do pé-direito devido a ausência de vigas, diminuindo assim a altura final da torre. O contraventamento da estrutura é possibilitado pela ancoragem do vigaumento nas caixas de elevadores.

A estrutura da marquise e laje intermediária adota vãos entre 10 e 13,50m e balanços entre 2,5 e 3,5m, responsáveis pela sinuosidade das mesmas. As lajes e as vigas são protendidas, com exceção das vigas de borda. A utilização da protensão em vãos de 10m, que se constituem a maioria, tem o objetivo de diminuir a altura das vigas, tendo em vista que o gabarito final da coberta não poderia ultrapassar ao da menor platibanda do edifício da Estação João Felipe, isto é, 7m.

O subsolo possui a mesma configuração da estrutura da marquise, entretanto apresenta na transição com os patamares da Praça Cívica vãos de 10 x 15 m.

Quatro pórticos em concreto armado envolvidos por uma casca protendida constituem a estrutura básica do plenário. Os pórticos são ancorados por dois anéis, delegando os esforços de compressão ao superior e os de tração ao inferior.

A dualidade entre exterior e interior, as diferentes escalas, as diversas apreensões do espaço através das rampas e escadas, as linhas sinuosas e brejeiras presentes nas lajes e nos volumes, os espelhos d'água, entre outras características, constituem um vocabulário marcado pela alusão direta ao barroco e sua presença nítida na formação da cultura brasileira. A assembléia, portanto, é fruto de uma atitude calcada no entendimento da importância atribuída à arquitetura como contribuição para a afirmação de uma identidade nacional, frente a produção de pastiches, cenários e não lugares inerentes ao legado pós-moderno.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

2º. Subsolo (nível -11.00m)

ambiente	área (m²)
Auditório	1545,00
▪ Foyer	
▪ Banheiros públicos	
▪ Platéia para 300 pessoas	
▪ Sala de som / projeções	
▪ Palco	
▪ Sala de conferencistas	
▪ W.C.	
▪ Sala de reuniões	
▪ Depósito	
▪ Copa	
▪ Ar condicionado	

1º. Subsolo (nível -5,50m)

ambiente	área (m²)
Plenário	450,00
▪ Bancada para 46 deputados	
▪ Tribunas para 02 oradores	
▪ Mesa diretora para 07 deputados	
▪ Mesa para taquígrafos	
▪ Sala de som e gravação	
▪ Gabinete médico	
▪ Banheiros públicos	
▪ Copa	
Galeria nobre (50 convidados)	110,00
Galeria para imprensa	110,00
Departamento de taquigrafia e revisão	100,00
▪ Sala para revisão das notas taquigráficas	
▪ W.C.	
▪ Sala para revisão de anais	
Departamento de redação de debates	60,00
▪ Sala da diretoria	
▪ Arquivo	
▪ Apoio	

ambiente	área (m²)
Departamento Legislativo	150,00
Hall de imprensa	150,00
Hall dos deputados	550,00
Café/ bar deputados	120,00
Salão Nobre	1200,00
Café/Bar Imprensa	230,00
Comitê de imprensa	320,00
▪ Sala do presidente do comitê	
▪ Sala de entrevistas (50 pessoas)	
▪ Sala de redação	
Plenarinhos (05)	440,00
Galeria Plenarinhos	240,00
Hall de acesso	450,00
Sala das comissões (09)	650,00
Hall de elevadores	600,00
▪ W.C. masculino	
▪ W.C. feminino	
▪ Portaria e protocolo	
Seção de almoxarifado	70,00
▪ Sala da chefia	
▪ Apoio	
▪ Sala do almoxarifado e despachante	
Seção de manutenção	140,00
▪ Sala da chefia e funcionários	
▪ Depósito de material	
▪ Copa	
▪ Depósito de material geral	
▪ Vestiários coletivos + W.C's	
Hall de serviço	150,00
Seção de segurança	70,00
▪ Guarita	
▪ Sala da chefia e apoio	
▪ Vestiários coletivos + W.C's	
Casa de máquinas geradores	200,00
Casa de máquinas ar condicionado	200,00
Lixo	20,00
Gás	10,00

Pilotis (nível 1,50m)

ambiente	área (m ²)
Hall público	465,00
▪ Portaria protocolo	
▪ W.C. masculino	
▪ W.C. feminino	
Hall funcionários	100,00
Banheiros públicos	60,00
Praça da Assembléia	3195,00

Mezanino (nível 2,10m)

ambiente	área (m ²)
Hall interno	195,00
Hall serviço	70,00
Agência bancária	135,00
Hall do plenário	920,00
Galeria pública	435,00
▪ Controle	
▪ Banheiros públicos	

ambiente	área (m ²)
Restaurante deputados (2º. pavimento intermediário)	410,00
▪ Hall	
▪ Áreas de mesas	
▪ Copa/ cozinha	
▪ Hall de garçons	
▪ Despensas	
▪ W.C. coletivo	
▪ W.C. funcionários	

Torre (24 pavimentos)

ambiente	área (m ²)
Departamento financeiro (1º. pavimento)	200,00
▪ Seção de controle financeiro	
▪ Seção de registro financeiro	
▪ Seção de controle de empenho	
▪ Tesouraria	
▪ Ante-sala com recepção	
▪ Sala da diretoria	
▪ Sala da coordenação	
▪ Sala de arquivos	
▪ Sala de reuniões	
▪ Seção de contratação de contas	
Departamento de recursos humanos (2º. pavimento)	200,00
▪ Ante-sala com recepção	
▪ Sala do diretor	
▪ Sala da chefia	
▪ Seção de controle de pessoal	
▪ Apoio reservado	
▪ Seção de treinamento	
Departamento de processamento de dados (3º. pav.)	110,00
▪ Sala da diretoria	
▪ Sala dos computadores	
Seção de repografia (3º. pavimento)	60,00
Seção de expediente administrativo	85,00
▪ Ante-sala com recepção	
▪ Sala do diretor	
▪ Sala do expediente administrativo	
Seção de comunicação (4º. pavimento)	40,00
▪ Sala de correspondências	
▪ Sala de PABX-telefonista	
Seção de arquivos (4º. pavimento)	80,00

Torre (continuação)

ambiente	área (m ²)
Diretoria geral (5 ^o . pavimento)	172,00
▪ Ante-sala com recepção e espera	
▪ Secretaria e apoio	
▪ Assessoria	
▪ Sala da diretoria geral	
▪ Sala de reuniões	
Gabinetes simples (40 deputados) (6 ^o ao 14 ^o pavimento)	1850,00
▪ Sala do chefe de gabinete	
▪ Assessoria simples	
▪ Secretaria com recepção	
▪ Sala do deputado	
Gabinete de lideranças (10) (16 ^o ao 18 ^o pavimento)	800,00
▪ Sala do chefe de gabinete	
▪ Assessoria de liderança	
▪ Sala de reuniões	
▪ Secretaria com recepção	
▪ Sala do deputado	
Gabinete de liderança do governo (19 ^o . pavimento)	180,00
▪ Sala do chefe de gabinete	
▪ Assessoria de liderança	
▪ Sala de reuniões	
▪ Secretaria com recepção	
▪ Sala do deputado	
Sala do segundo secretário (20 ^o pavimento)	80,00
▪ Sala do oficial de gabinete	
▪ Secretaria com recepção	
▪ Sala do secretário	
▪ Assessoria	
Sala do terceiro secretário (20 ^o andar)	80,00
Sala do primeiro vice-presidente (21 ^o pavimento)	90,00
Sala do segundo vice-presidente (21 ^o pavimento)	90,00
Chefe de gabinete (23 ^o pavimento)	60,00
▪ Ante-sala com recepção	
▪ Apoio	
▪ Sala do chefe de gabinete	

ambiente	área (m ²)
Sala do primeiro secretário (22 ^o pavimento)	90,00
▪ Sala do oficial de gabinete	
▪ Secretaria com recepção	
▪ Sala do secretário	
▪ Assessoria	
Assessoria de imprensa (22 ^o pavimento)	120,00
▪ Sala do assessor de imprensa	
▪ Sala de redação e apoio	
▪ Sala de arquivo	
▪ Laboratório fotográfico	
▪ Câmara clara	
▪ Câmara escura	
Divisão de cerimonial (23 ^o pavimento)	100,00
▪ Chefia de eventos	
▪ Apoio	
▪ Ante-sala com recepção	
Assessoria de relações públicas (23 ^o pavimento)	50,00
Gabinete da presidência (24 ^o pavimento)	200,00
▪ Ante-sala com recepção	
▪ Sala de reuniões	
▪ Sala alternativa de espera	
▪ Copa	
▪ Apoio administrativo	
Biblioteca (1 ^o pavimento intermediário)	190,00
▪ Hall	
▪ Sala bibliotecária e apoio	
▪ Sala do acervo	
▪ Consulta local	



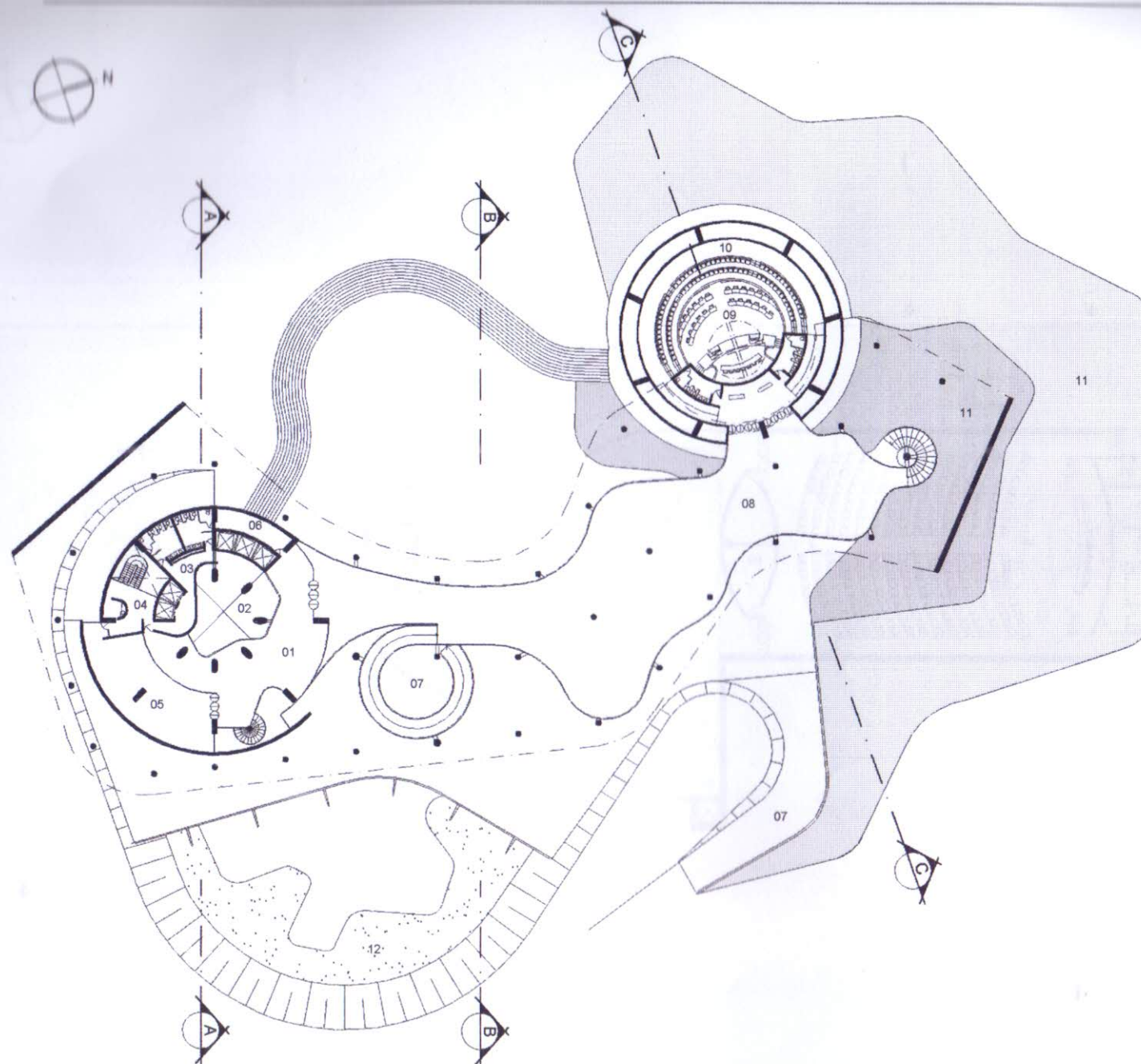
LEGENDA

- 01. HALL PÚBLICO
- 02. HALL FUNCIONÁRIOS
- 03. BANHEIROS PÚBLICOS
- 04. SEGURANÇA
- 05. PAÇO DA ASSEMBLÉIA
- 06. RAMPA
- 07. BANCADA DOS DEPUTADOS
- 08. GALERIA PÚBLICA
- 09. ESPELHO D'ÁGUA
- 10. JARDIM

PLANTA DO PILOTIS
ESC. 1:750 NÍVEL -1.50m

0 1 5 10 20

Assembléia Legislativa



LEGENDA

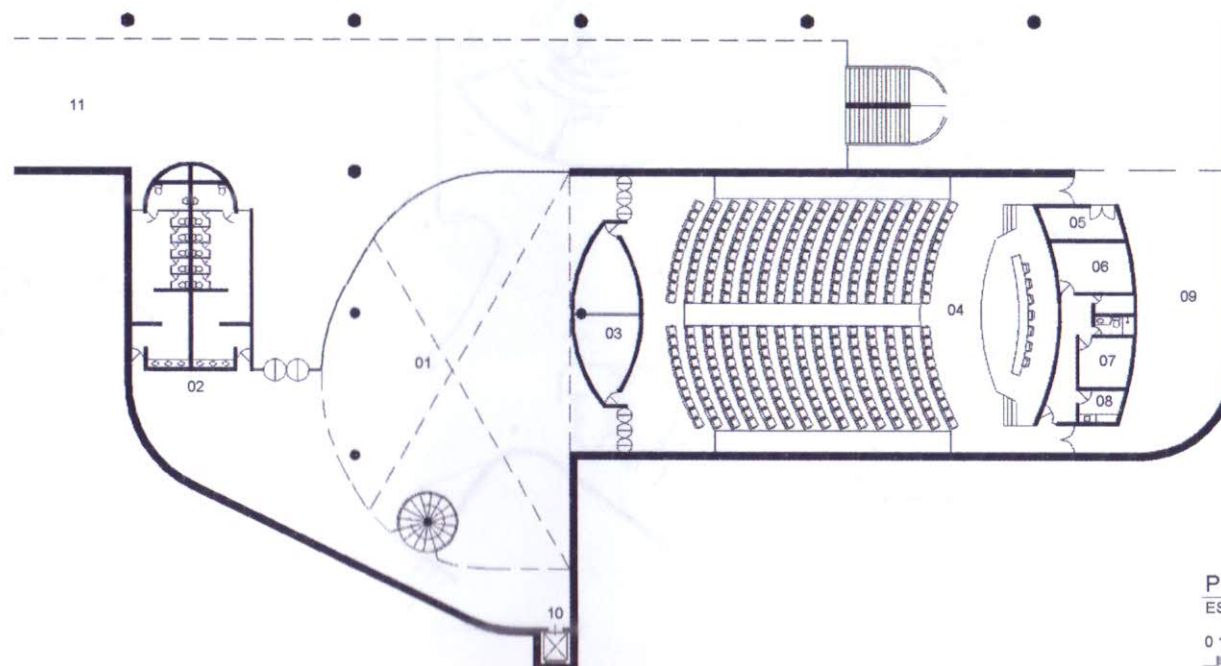
- 01. HALL
- 02. VAZIO
- 03. BANHEIROS PÚBLICOS
- 04. HALL SERVIÇO
- 05. AGÊNCIA BANCÁRIA
- 06. DEPÓSITO
- 07. RAMPA
- 08. HALL PÚBLICO PLENÁRIO
- 09. BANCADA DOS DEPUTADOS
- 10. GALERIA PÚBLICA
- 11. ESPELHO D'ÁGUA
- 12. JARDIM

PLANTA DO MEZANINO

ESC. 1:750 NÍVEL 2.25m

0 1 5 10 20

Assembléia Legislativa



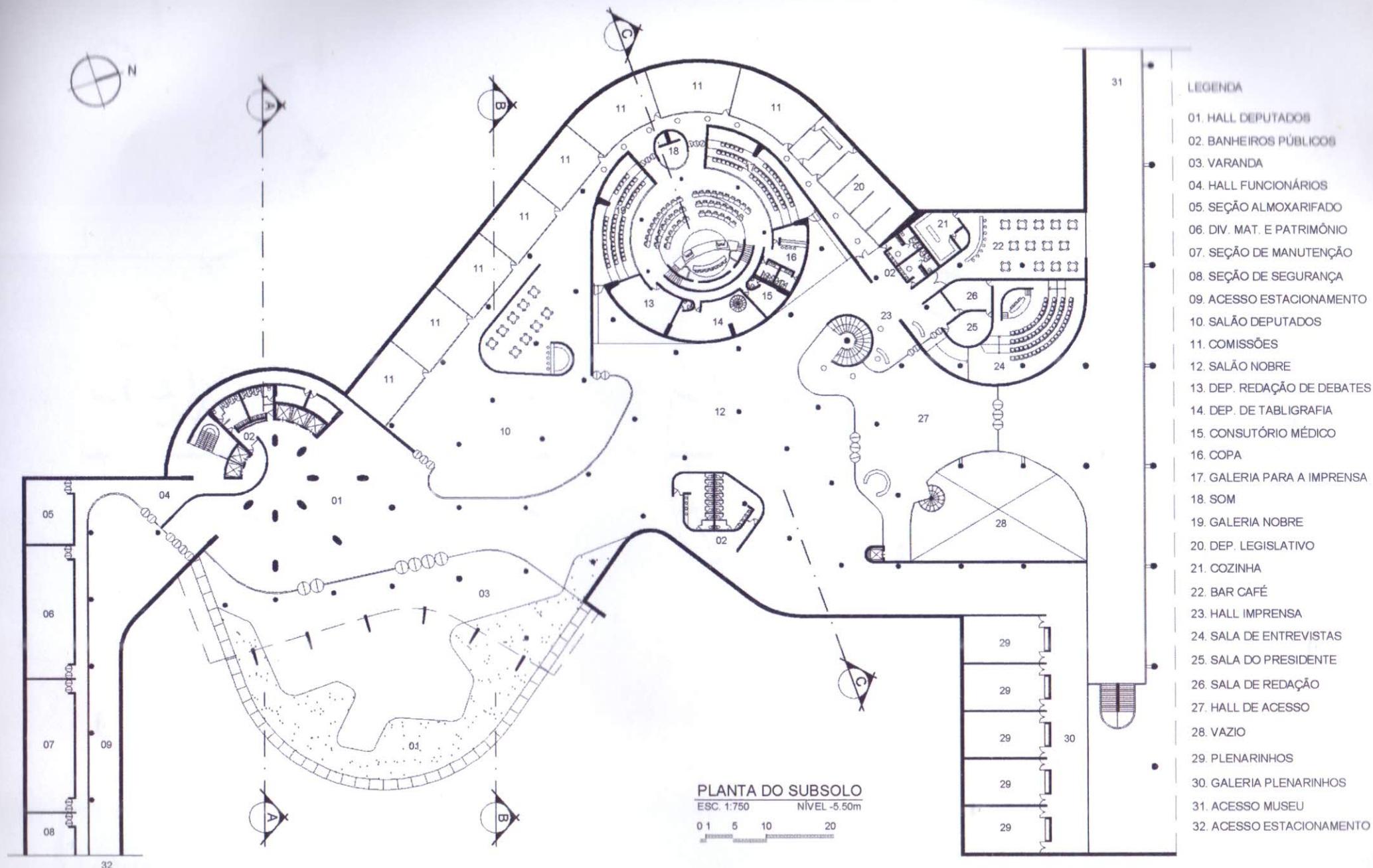
LEGENDA

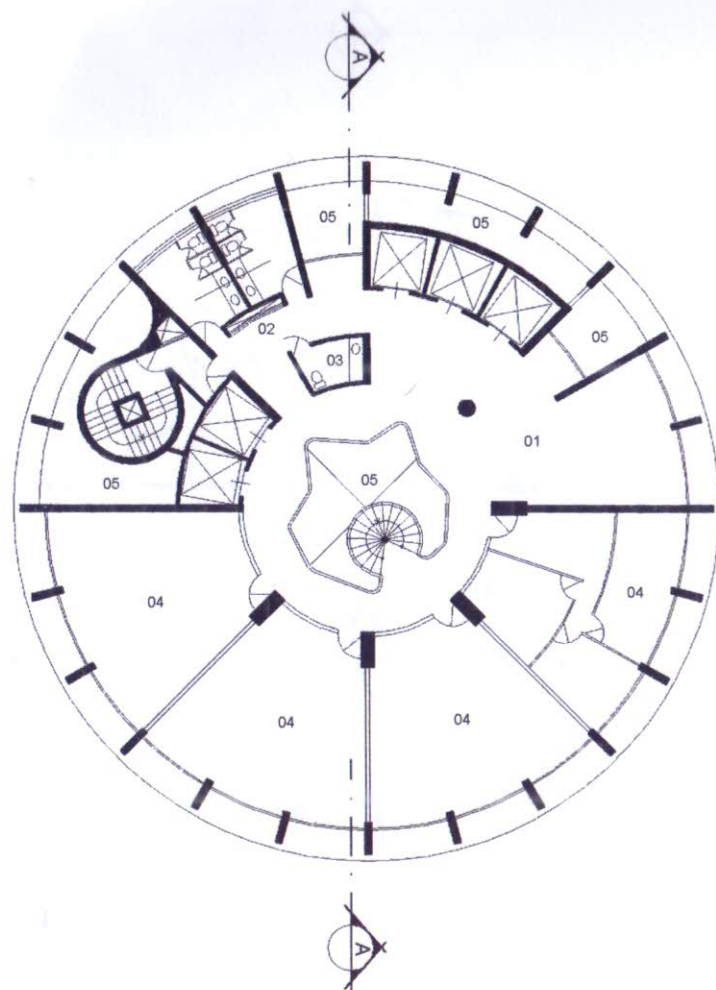
- 01. FOYER
- 02. BANHEIROS PÚBLICOS
- 03. SOM
- 04. AUDITÓRIO (300 LUGARES)
- 05. AR CONDICIONADO
- 06. SALA DE REUNIÕES
- 07. SALA CONFERENCISTAS
- 08. COPA
- 09. SAÍDA DE EMERGÊNCIA
- 10. ELEVADOR
- 11. ACESSO MUSEU

PLANTA DO AUDITÓRIO

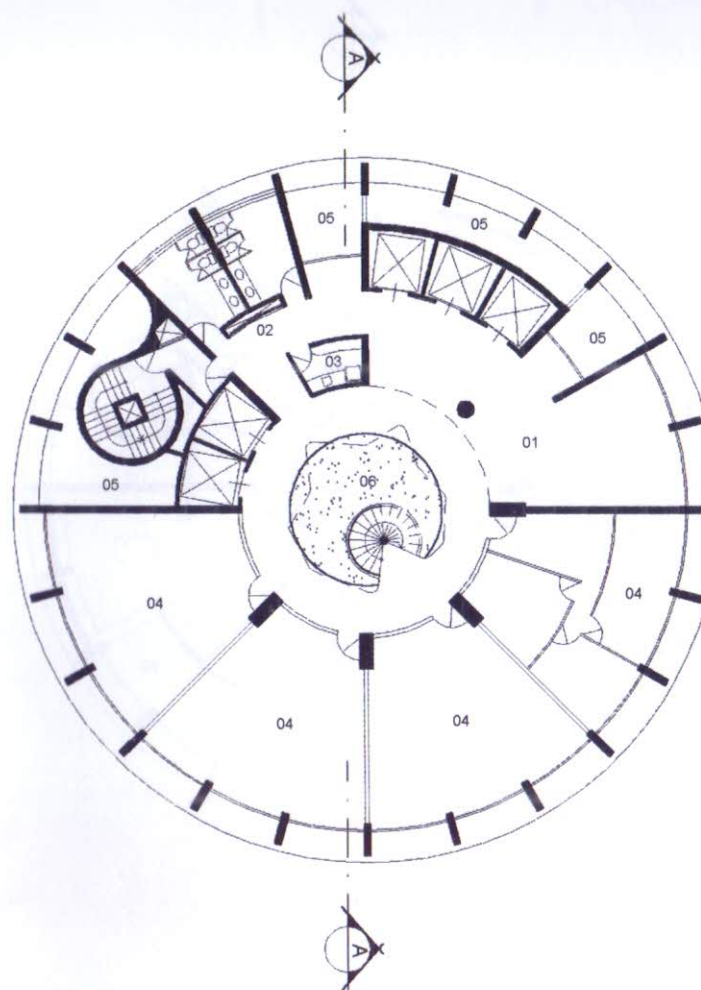
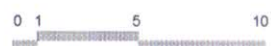
ESC. 1:500 NÍVEL -11,10m







PLANTA DO PAV. TIPO 1
ESC. 1:300

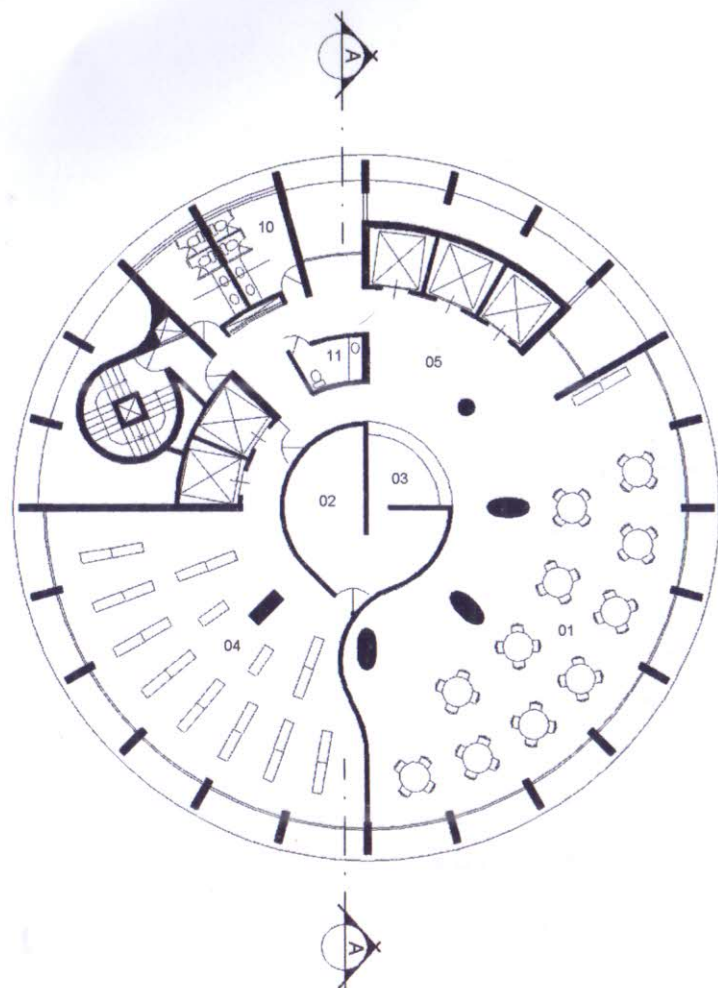


PLANTA DO PAV. TIPO 2
ESC. 1:300

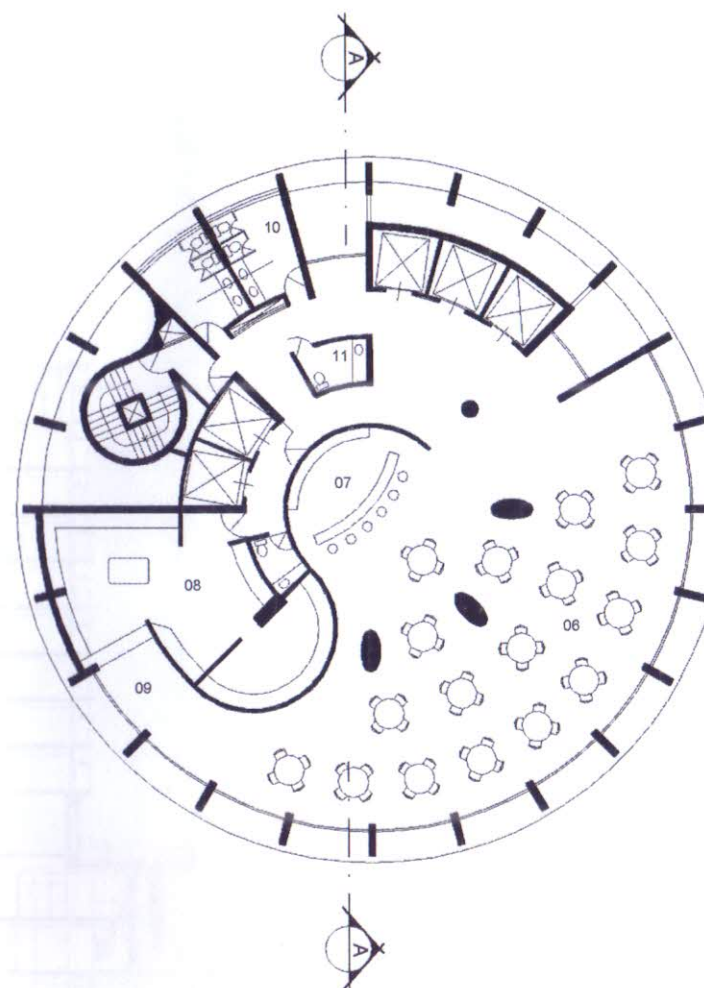


LEGENDA

- 01. HALL
- 02. BANHEIROS PÚBLICOS
- 03. BANHEIRO P/ DEFICIENTE
- 04. GABINETE DEPUTADO
- 05. VAZIO
- 08. JARDIM



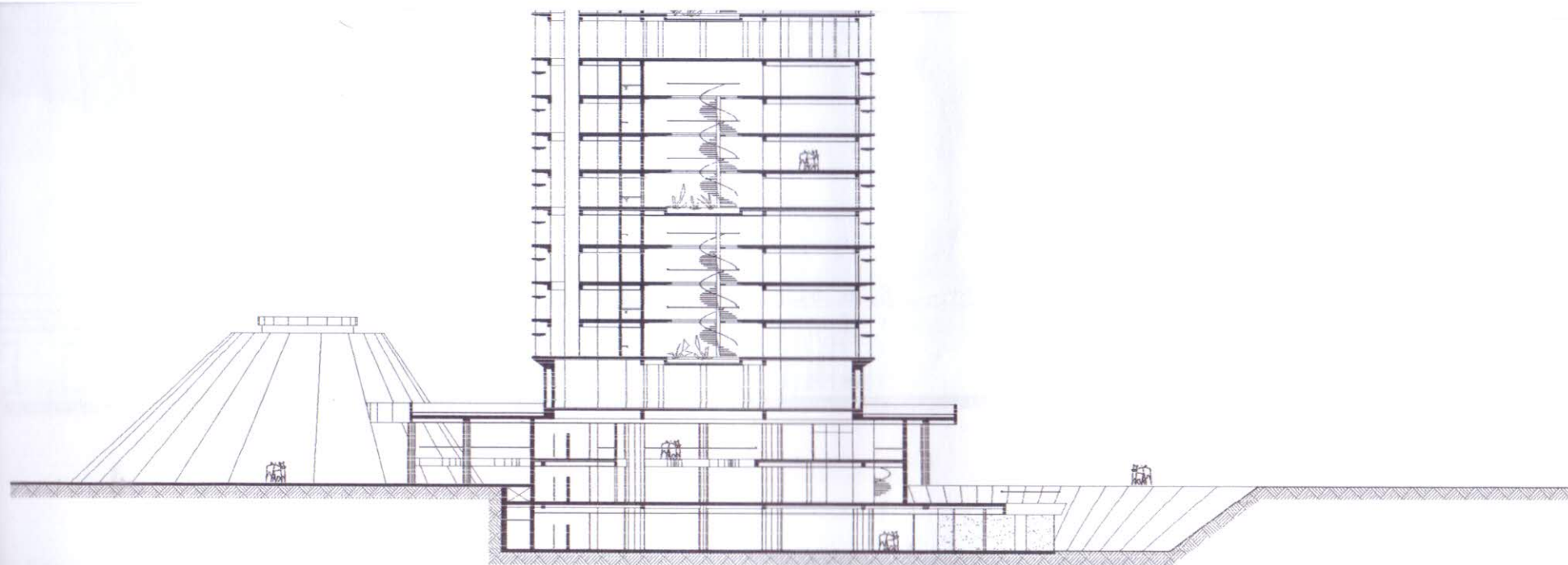
PLANTA DA BIBLIOTECA
ESC. 1:300 NÍVEL 35.40m



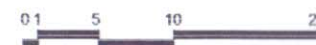
PLANTA DO RESTAURANTE
ESC. 1:300 NÍVEL 63.90m

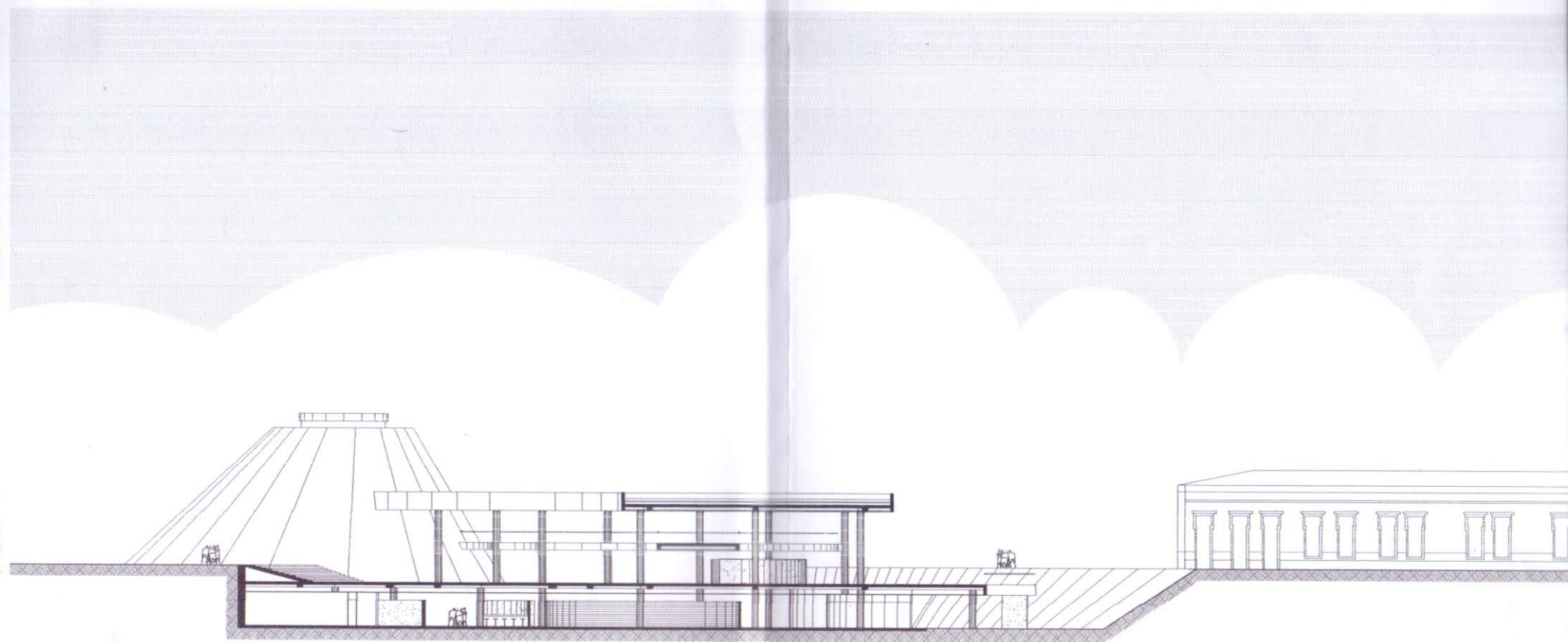


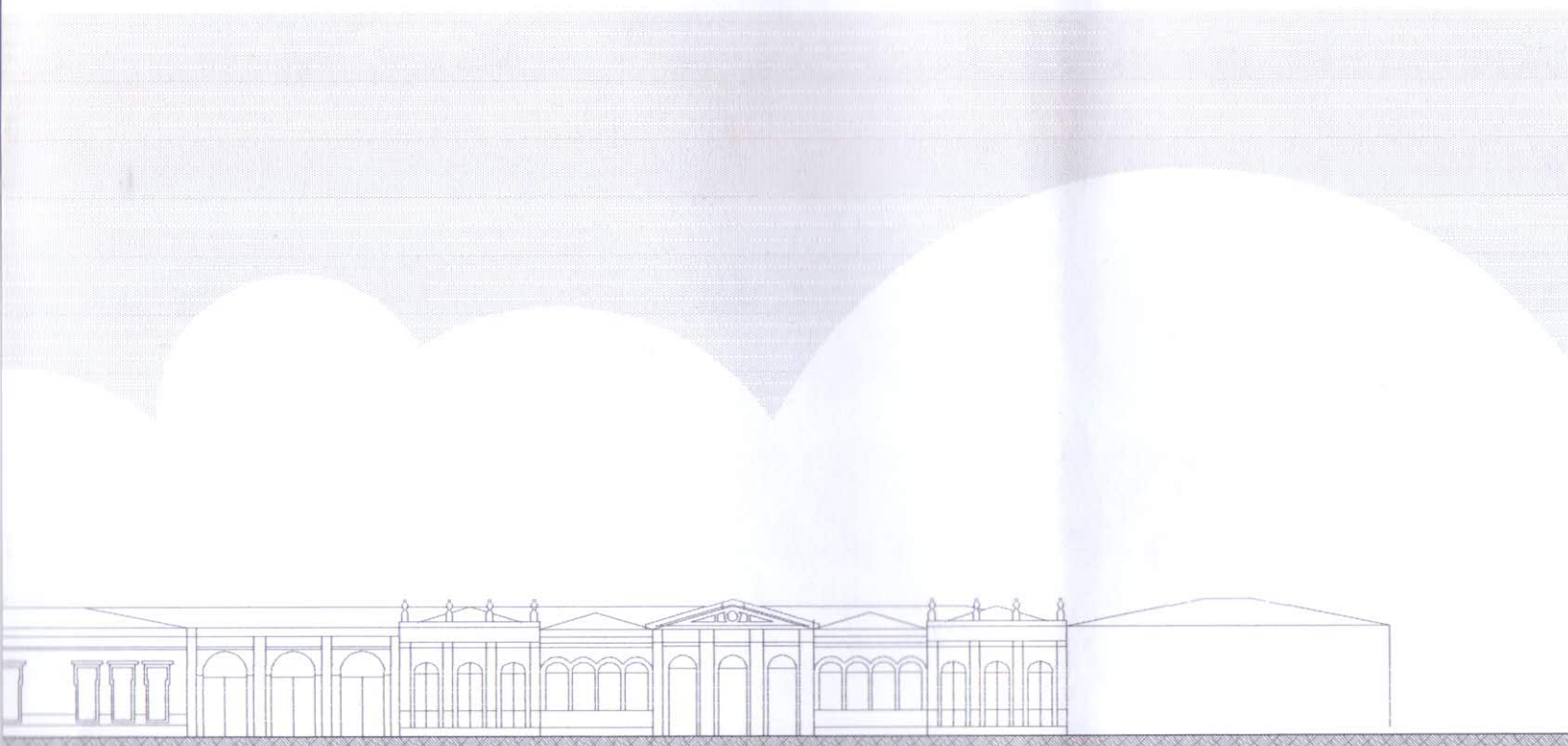
- LEGENDA
- 01. CONSULTA LOCAL
 - 02. S. BIBLIOTECÁRIA
 - 03. APOIO
 - 04. ACERVO
 - 05. HALL
 - 06. MESAS
 - 07. BAR
 - 08. COZINHA
 - 09. HALL GARÇONS
 - 10. BANHEIROS PÚBLICOS
 - 11. BANHEIRO P/ DEFICIENTE



CORTE A-A
ESC. 1:500



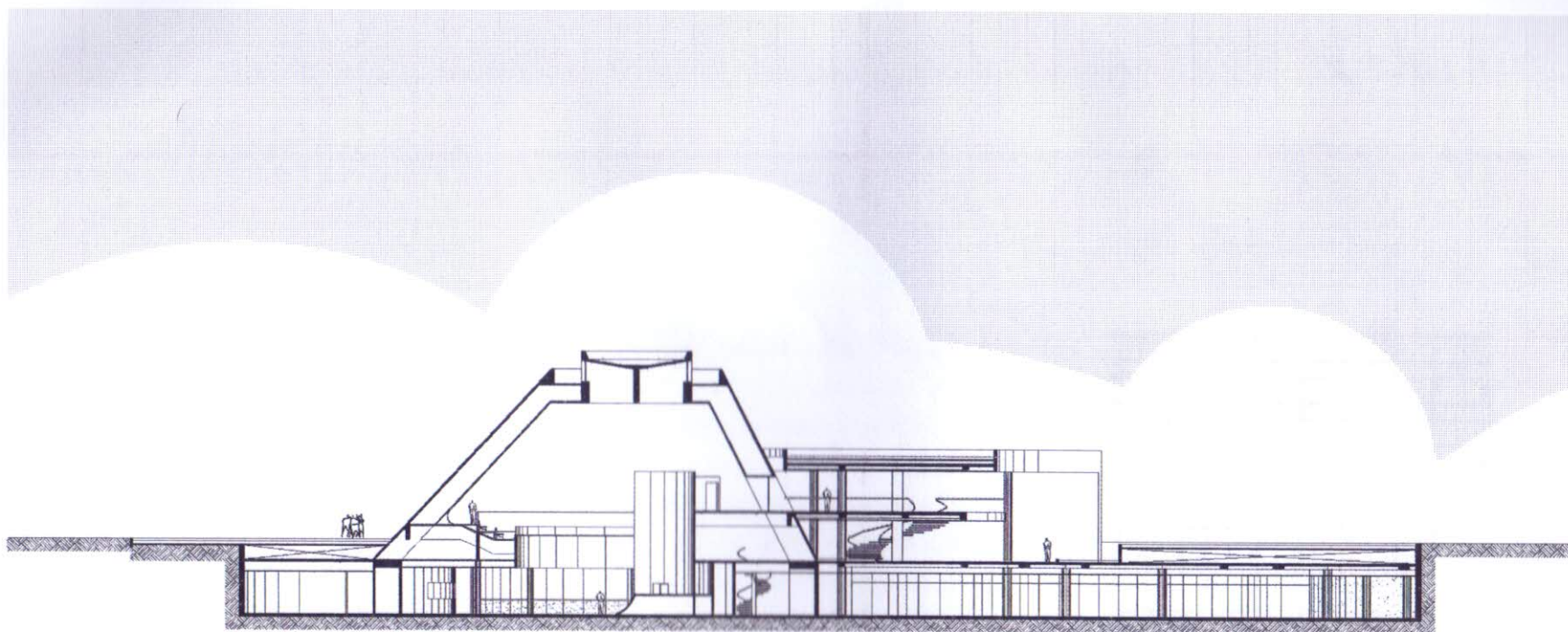




CORTE B-B

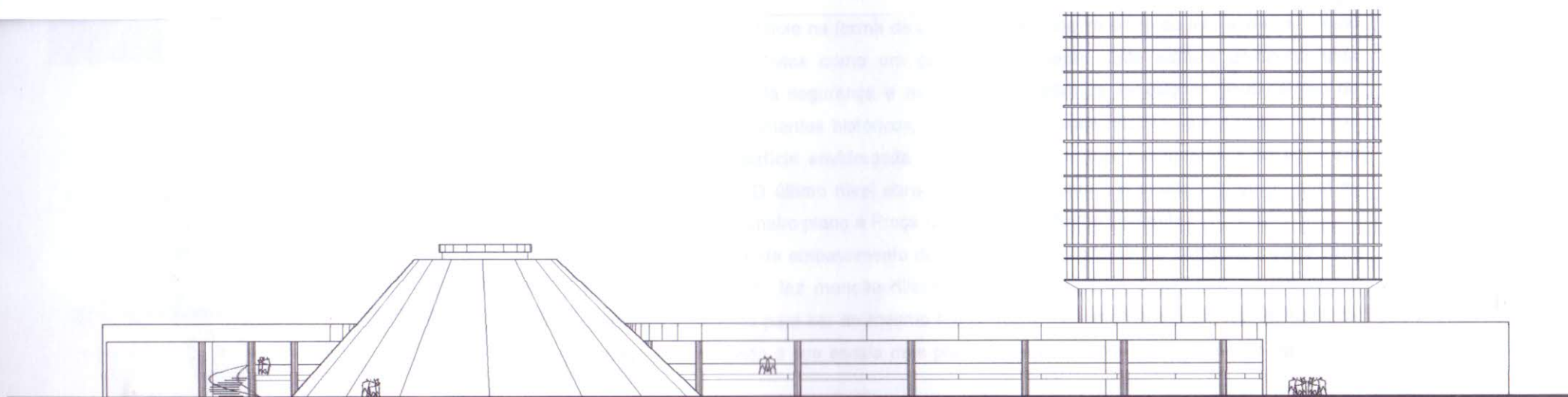
ESC. 1:500



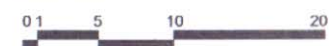


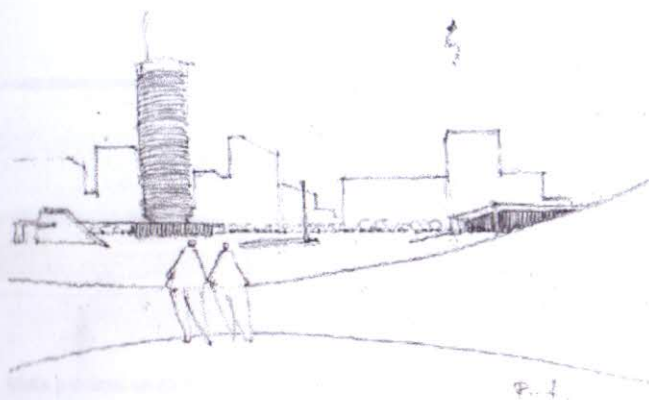
CORTE C-C
ESC. 1:500





FACHADA OESTE
ESC. 1:500



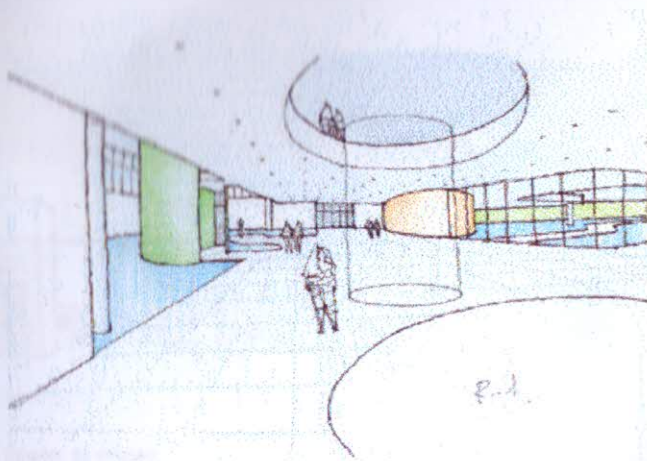


O MUSEU DA CIDADE

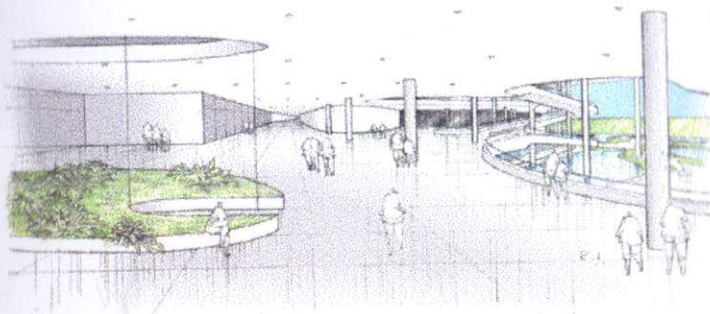
Seu programa desenvolve-se em um conjunto de dois edifícios distintos interligados por um eixo de circulação vertical composto por uma escada de serviço e elevadores. O primeiro edifício faz parte dos patamares abaixo da Praça Cívica⁵³ e possui dois andares nos quais estão distribuídas a maioria das funções do Museu. A área de serviço, a administração, a loja, o restaurante, e o auditório estão em nível semi-enterrado. No pavimento acima situam-se uma recepção, a biblioteca e um grande salão destinado às exposições temporárias de trabalhos diversos relacionados com a cidade. Sua cobertura, onde se encontra um grande terraço-jardim, serve como embasamento para o segundo edifício na forma de um tronco de cone invertido de três andares, o qual surge na Praça Cívica como um grande monumento. Este edifício comporta uma recepção, a sala da segurança e as salas destinadas às exposições permanentes do museu como documentos históricos, fotografias e mapas relativos à Fortaleza. Possui uma grande superfície envidraçada que abrange seus três pavimentos e se volta em direção ao mar. O último nível abre-se igualmente para um amplo terraço no qual se contempla em primeiro plano a Praça Cívica e a cidade mais adiante.

O edifício de embasamento do cone invertido volta-se por completo para o pátio rebaixado (o qual faz menção direta à nossa herança da arquitetura mediterrânea), espaço idealizado para ser ao mesmo tempo lugar monumental e intimista. Monumental não apenas devido à sua escala mas por um sentido próprio do conjunto de significar e

⁵³ Estes se destinam à implantação do Centro de Comércio, Lazer e Cultura, como verdadeira extensão da Grande Esplanada aberta no Eixo Monumental de Negócios e Serviços. Esses patamares interligam-se igualmente com a Estação João Felipe do Metrofor, com a Praça Cívica e seus demais edifícios através do subsolo.



Foyer auditório.



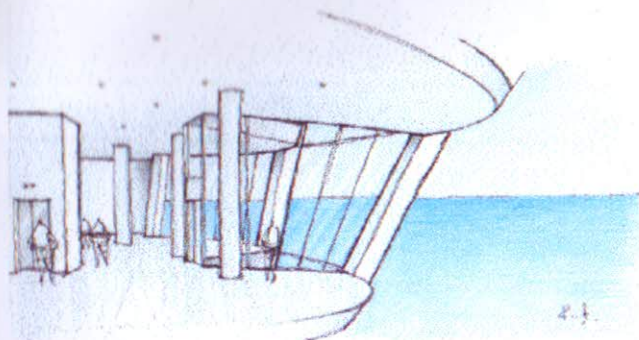
Vista próxima ao cinema.

simbolizar. O intimismo, por outro lado, está expresso nas curvas do passeio e das jardineiras que conformam pequenos nichos próprios para o encontro e a contemplação do entorno. Este é, portanto, um espaço concebido para ser descortinado aos poucos. Lugar das descobertas e das surpresas.

Em todo o conjunto nada se afirma de maneira positivista. Foram criadas amplas possibilidades de apreensão do espaço através dos pés-direitos duplos, dos vazios, do desenho curvo de alguns volumes, das varandas, da rampa e das escadas helicoidais que acessam os diversos pavimentos proporcionando um verdadeiro "passeio pela arquitetura". Pode-se afirmar, portanto, que tudo está repleto do sentido barroco, tão fundamental à nossa cultura. O próprio contraponto, comentado acima, entre a monumentalidade e o intimismo (expresso no espaço do pátio rebaixado, ou mesmo, através de sua posição transitória entre a Praça e o Parque), testemunha isso.

O museu foi idealizado mediante reflexões acerca dos princípios da arquitetura moderna brasileira. Apresenta características como a exterioridade dos amplos espaços, delimitados por poucas paredes e basicamente por divisórias de vidro transparente. Verifica-se da mesma forma, uma grande simplicidade, como atestam a negação de qualquer adereço desnecessário e a expressão sincera da natureza dos materiais.

Com relação às preocupações funcionais, todo o complexo do Centro de Comércio, Lazer e Cultura, do qual o Museu da Cidade faz parte, foi projetado para ser construído em concreto protendido (vigas e lajes), com pilares dispostos regularmente em vãos de 20 X 15m. Deverá possuir sistemas de iluminação e condicionamento de ar específicos, de acordo com as funções desempenhadas em seus diversos espaços. As águas provenientes do esgotamento sanitário e da drenagem deverão ser canalizados por gravidade. Apenas os banheiros e as copas e cozinhas existentes no subsolo precisarão



Interior do museu.

de bombeamento dos resíduos para a rede pública. O fornecimento de água fria e quente deverá ser feito mediante pressurização utilizando-se, para tanto, de bombas situadas na sala de máquinas no subsolo.

Perceba-se, enfim, que poesia e técnica aqui se reuniram para que a arquitetura não se apresentasse como um mero traçado de linhas e formas. O Museu da Cidade celebra uma Fortaleza cujo futuro projeta-se hoje.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Nível -16,50m

ambiente	área (m ²)
Auditório	480,00
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 280 lugares ▪ Palco 	
Apoio auditório	155,00
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Camarim conferencista ▪ W.C. privativo ▪ Sala de reuniões ▪ Sala de som ▪ Copa ▪ Sala do Ar-Condicionado ▪ Depósito ▪ W.C Masculino ▪ W.C Feminino 	
Foyer	198,00
W.C.	(2x) 18,00
Hall de chegada dos elevadores	120,00
Loja do Museu	158,00
Administração do Museu	225,00
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recepção ▪ Setor Financeiro ▪ Setor de Pessoal ▪ W.C Masculino e Feminino ▪ Sala de reuniões ▪ Arquivo ▪ Copa ▪ Sala do Diretor(c)/banheiro privativo) ▪ Sala do Vice-Diretor(c)/banheiro privativo) 	
Setor Técnico	230,00
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acervo Técnico ▪ Catalogação ▪ Sala de Embalagem e Desempacotamento ▪ Oficina ▪ Depósito ▪ W.C Masc/Fem 	

Nível -16,50m (continuação)

ambiente	área (m²)
Área de serviço	495,00
▪ Área de Carga e Descarga	
▪ Hall de Serviço	
▪ Controle	
▪ Refeitório	
Banheiro e Vestiário (masculino)	78,00
Banheiro e Vestiário (feminino)	66,00
Restaurante do Museu	600,00
▪ Área de Mesas(70Lugares)	
▪ Bar	
▪ Copa/Cozinha	
▪ Câmaras Frias	
▪ Despensa	
▪ Deposito	
▪ Lixo	
▪ Banheiros públicos	

Nível -11,00m

ambiente	área (m²)
Recepção Museu	126,00
▪ Chegada	
▪ Recepção	
▪ Hall Elevador de Serviço	
Hall de Distribuição	400,00
▪ Sala de Estar	
▪ Pequenas Exposições	
▪ Hall Elevador Social	
▪ Escada	
Área para Exposições Temporárias	1340,00

Nível -11,00m (continuação)

ambiente	área (m²)
Biblioteca	750,00
▪ Consulta	
▪ Bibliotecária	
▪ Xerox	
▪ Catalogação	
▪ Restauro	
▪ Arquivo	
▪ Sala de Estar	
▪ Sala de Leitura Coletiva	
▪ Sala de Leitura Individual	
▪ Sala de Livros Raros	
▪ Sala da Mapoteca	
▪ Sala de Som e Vídeo	
▪ Sala de Computação	

Nível -5,50m

ambiente	área (m²)
Área de Exposição Permanente	370,00
▪ Hall de Chegada	
▪ Recepção	
▪ Hall do Elevador Social	
▪ Hall do Elevador Serviço	
▪ Sala de Segurança do Museu	
▪ Área de Exposição Permanente	
▪ Elevador Hidráulico	

Nível 0,00m

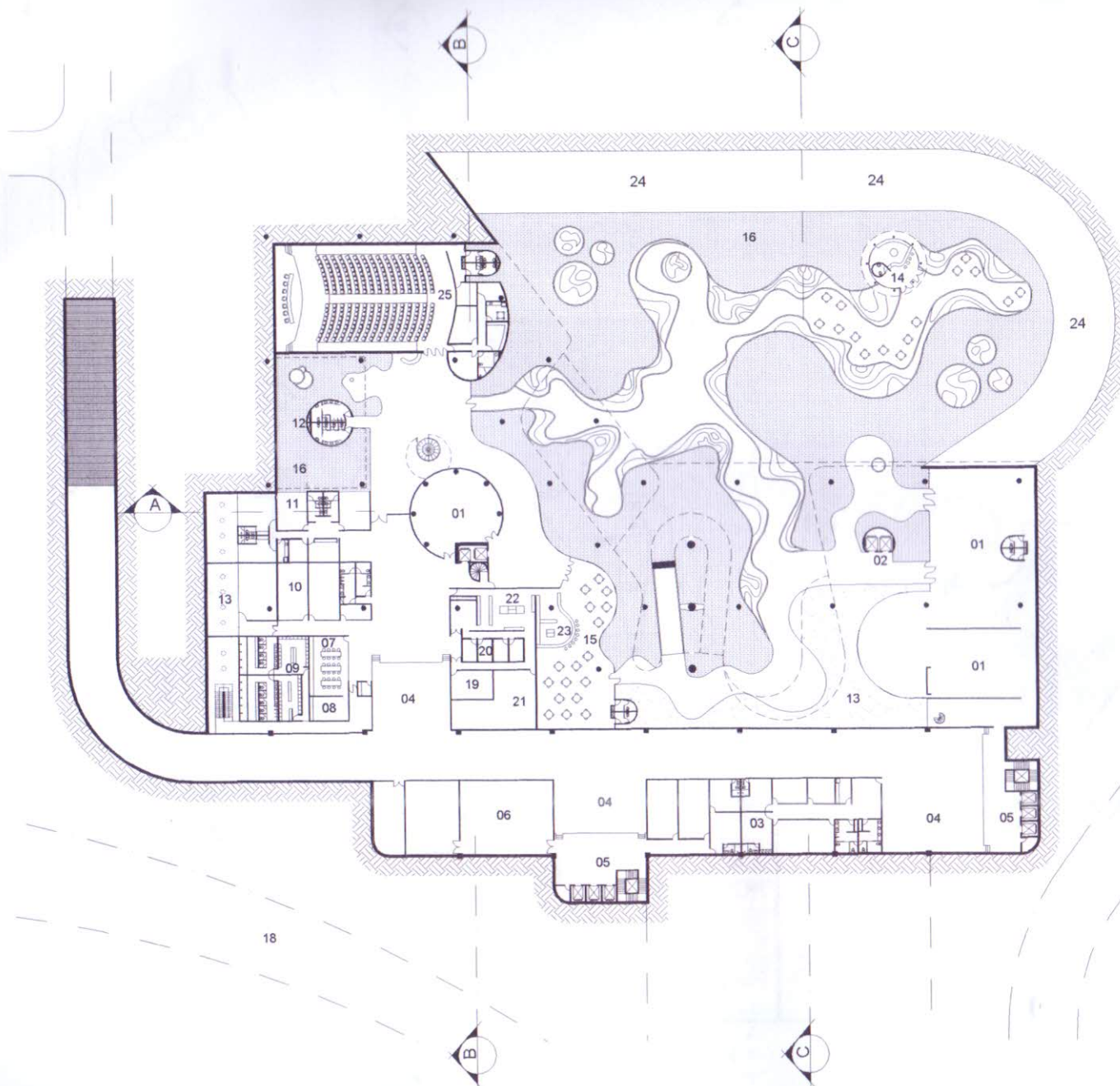
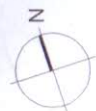
ambiente	área (m²)
Área de Exposição Permanente	346,00
▪ Hall de Elevador Social	
▪ Hall de Elevador Serviço	
▪ Exposição Permanente	
▪ Elevador Hidráulico	

Nível 5,50m

ambiente	área (m ²)
Área de Exposição Permanente	750,00
▪ Área de Exposição Permanente	
▪ Elevador Hidráulico	
▪ Terraço	

Centro de Lazer e Comércio

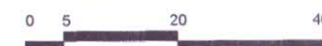
ambiente	área (m ²)
Shopping Center (72 lojas)	5550,00
▪ 3 Cinemas(186 Lugares,cada)	
▪ Restaurante	
▪ Administração	
▪ Área de Carga e Descarga	
▪ Máquinas	
▪ Lixo	
▪ Serviços Técnico/Oficinas	
▪ Depósitos	
▪ Circulação Vertical	

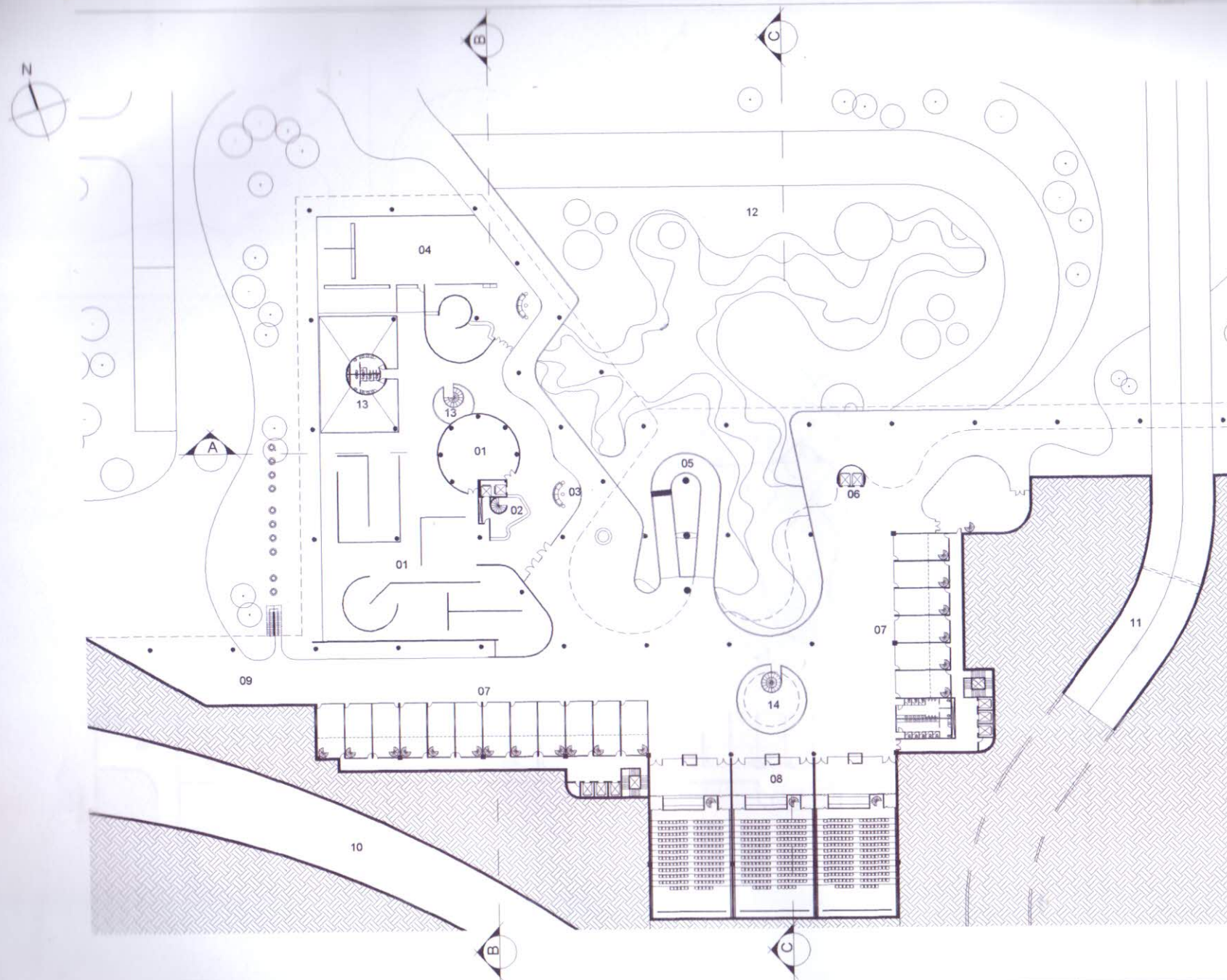


LEGENDA

- 01. LOJA
- 02. ELEVADORES
- 03. ADMINISTRAÇÃO SHOPPING
- 04. CARGA E DESCARGA
- 05. ELEVADORES DE SERVIÇO
- 06. MÁQUINAS
- 07. REFEITÓRIOS
- 08. COPA/COZINHA REFEITORIO
- 09. VESTIÁRIOS
- 10. ÁREA TÉCNICA
- 11. ADMINISTRAÇÃO MUSEU
- 12. BANHEIROS PÚBLICOS
- 13. JARDIM
- 14. CAFÉ
- 15. RESTAURANTE (MUSEU)
- 16. ESPELHO D'ÁGUA
- 17. PROJEÇÃO AV. TRISTÃO GONÇALVES
- 18. PROJEÇÃO LINHA METRÔ
- 19. LIXO
- 20. FRIGORIFICO
- 21. DEPOSITO
- 22. COZINHA
- 23. BAR
- 24. TALUDE
- 25. AUDITÓRIO

PLANTA DO NÍVEL - 16.50m
ESC. 1:1000

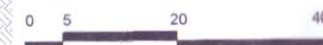


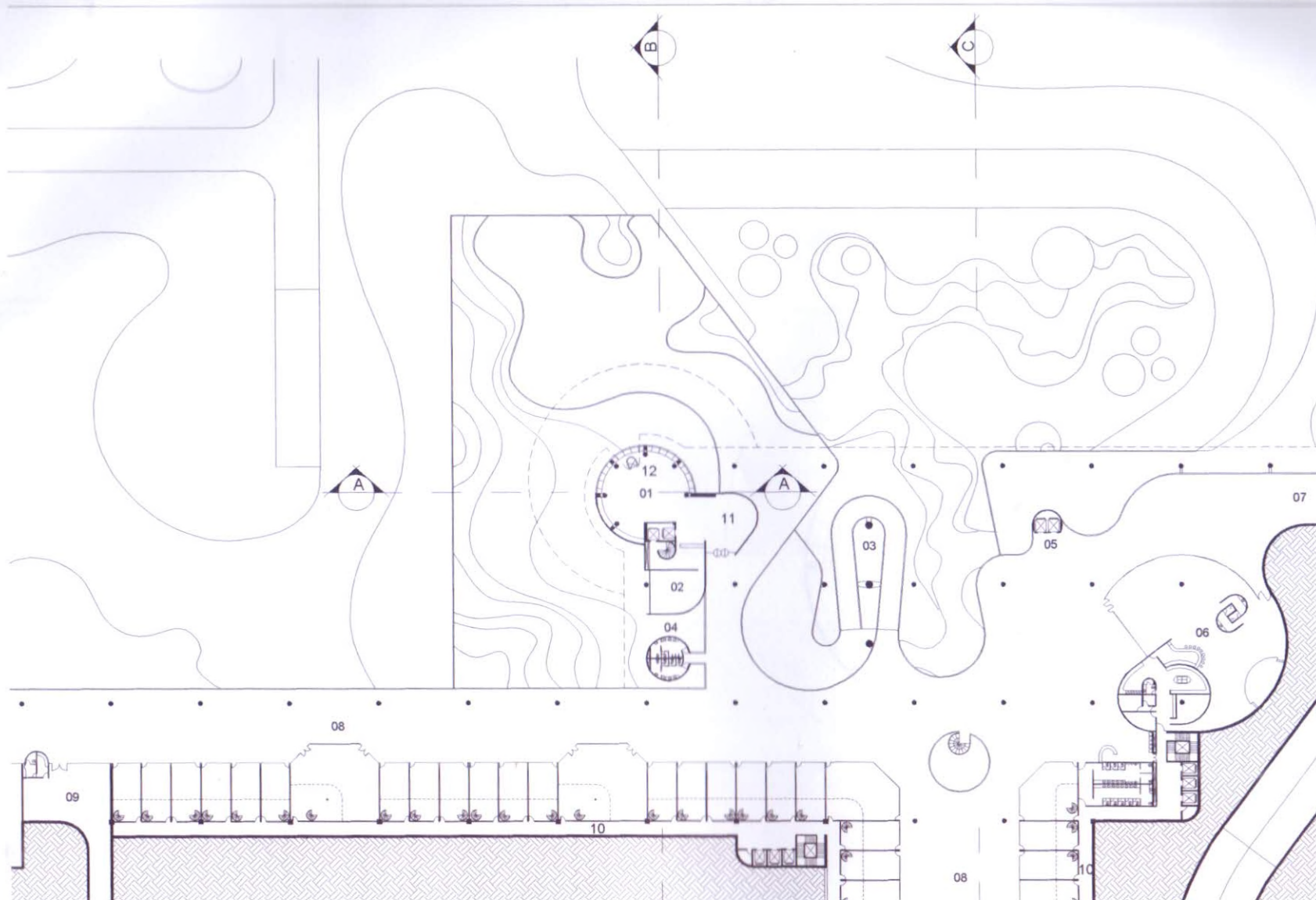
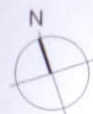


LEGENDA

- 01. EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
- 02. RECEPÇÃO
- 03. ESPERA
- 04. BIBLIOTECA
- 05. RAMPA
- 06. ELEVADORES
- 07. LOJAS
- 08. CINEMAS
- 09. ACESSO SERVIÇO
- 10. LINHA METRÔ
- 11. AV. TRISTÃO GONÇALVES
- 12. ESPELHO D'ÁGUA
- 13. VAZIO
- 14. JARDIM

PLANTA DO NÍVEL -11.00m
ESC. 1:1000





LEGENDA

- 01. EXPOSIÇÃO PRINCIPAL
- 02. SEGURANÇA (MUSEU)
- 03. RAMPA
- 04. BANHEIROS PÚBLICOS
- 05. ELEVADORES
- 06. RESTAURANTE
- 07. ACESSO ASSEMBLÉIA
- 08. LOJAS
- 09. ACESSO PALÁCIO
- 10. CORREDOR SERVIÇO
- 11. HALL DE CHEGADA
- 12. ELEVADOR HIDRÁULICO

PLANTA DO NÍVEL -5.50m

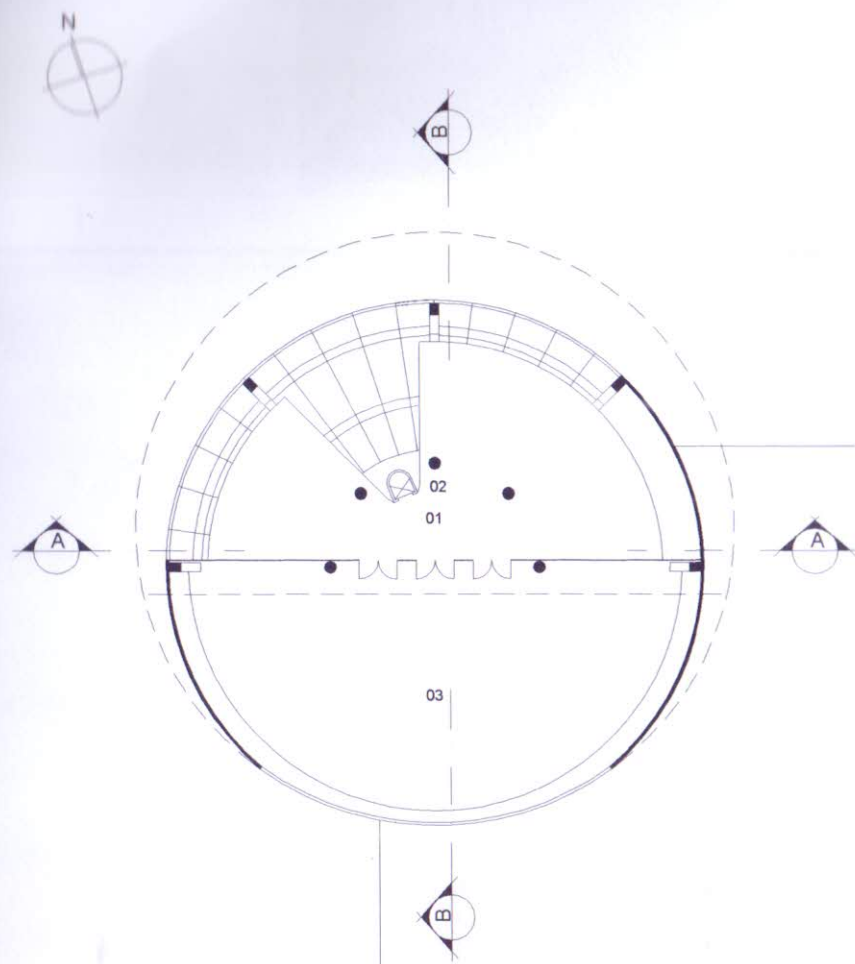
ESC. 1:1000



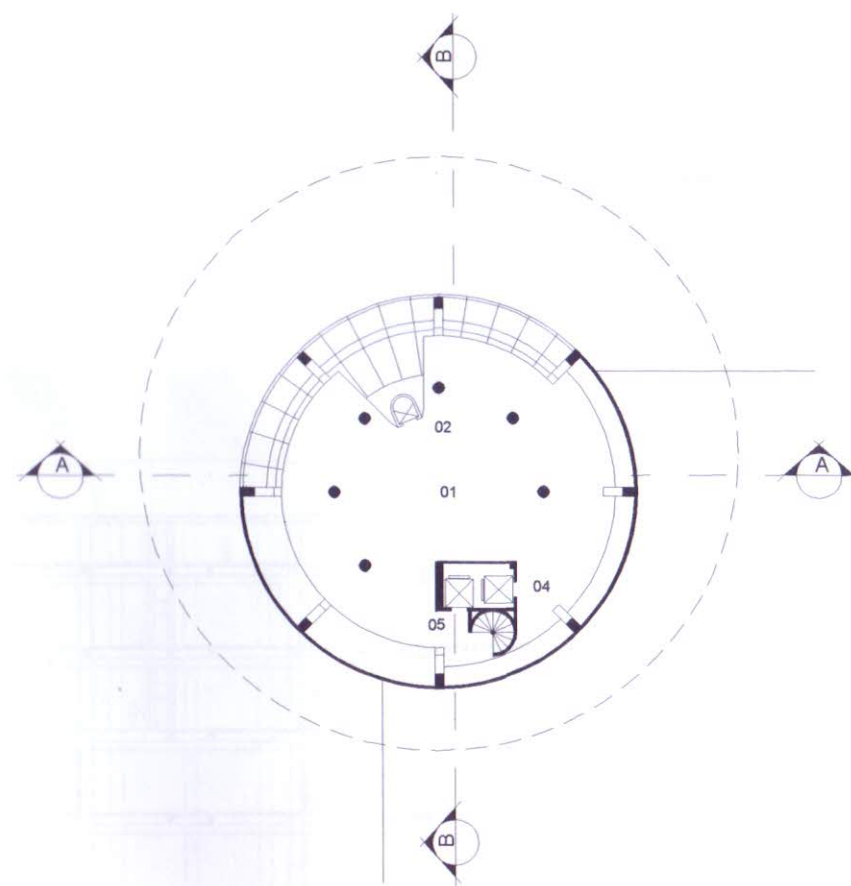
Museu da Cidade

LEGENDA

- 01. EXPOSIÇÃO PERMANENTE
- 02. ELEVADOR HIDRÁULICO
- 03. TERRAÇO
- 04. HALL ELEV. PÚBLICO
- 05. HALL ELEV. SERVIÇO

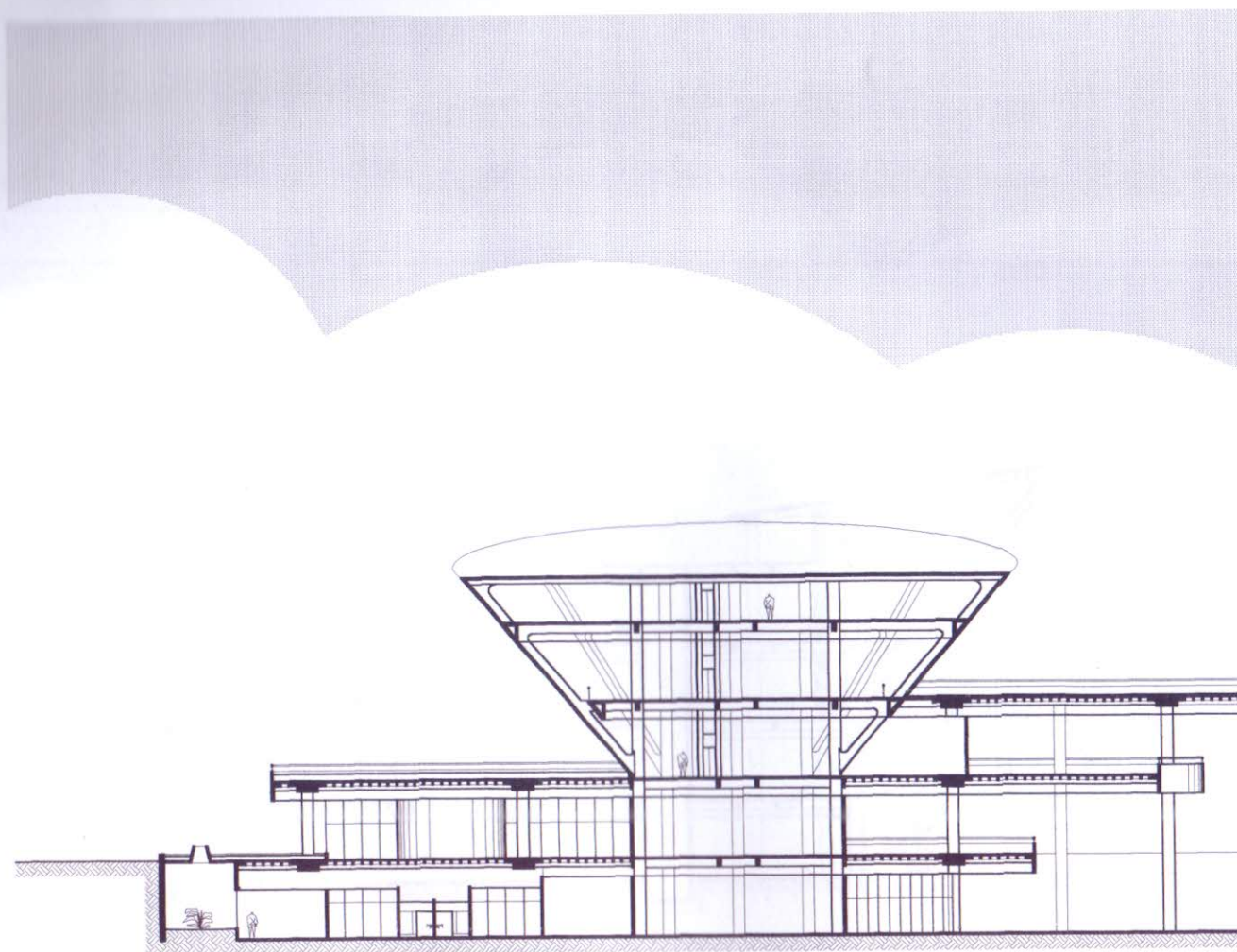


PLANTA DO NÍVEL 11.00m
ESC. 1:500



PLANTA DO NÍVEL 0.00m
ESC. 1:500

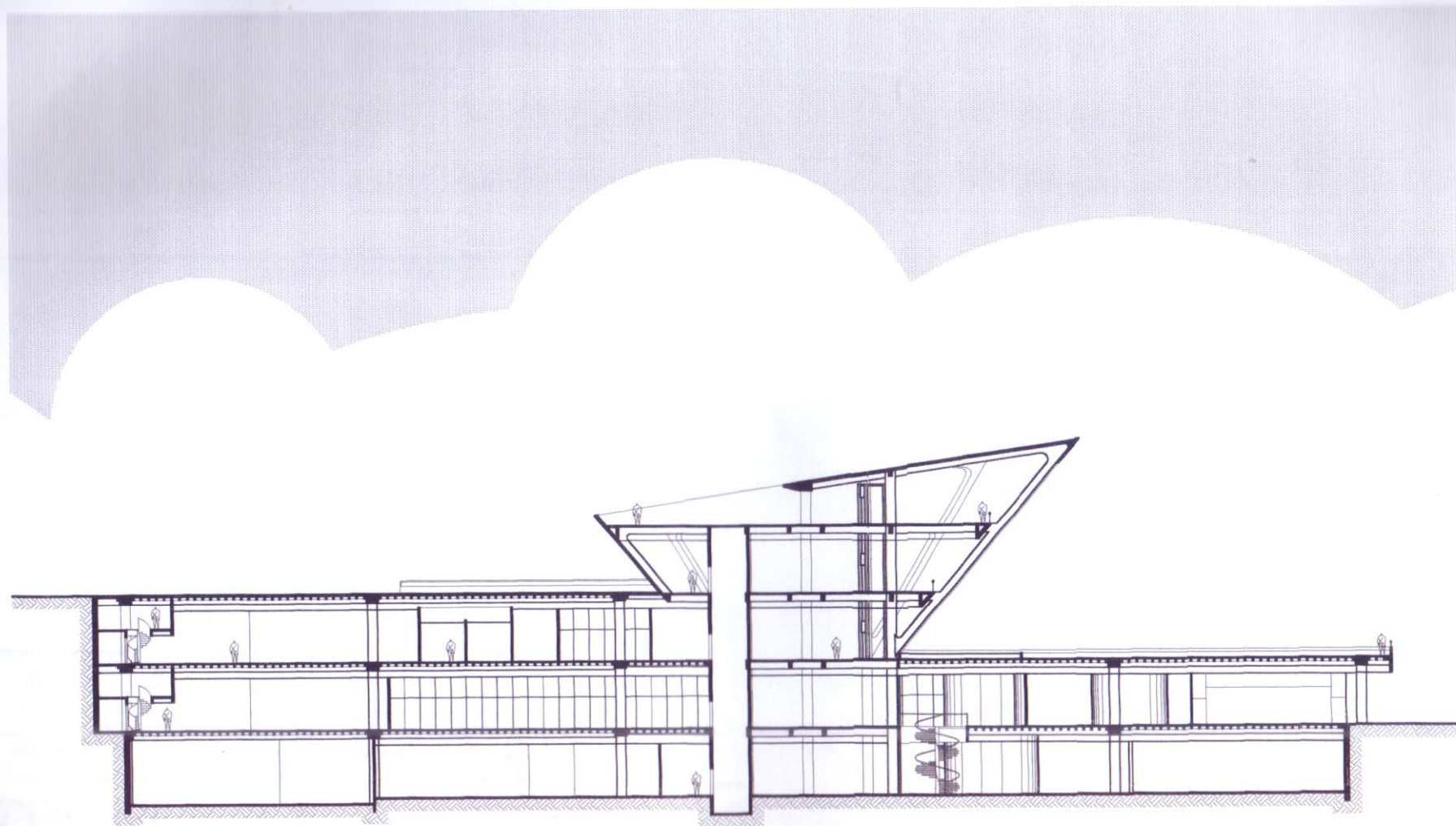




CORTE A-A

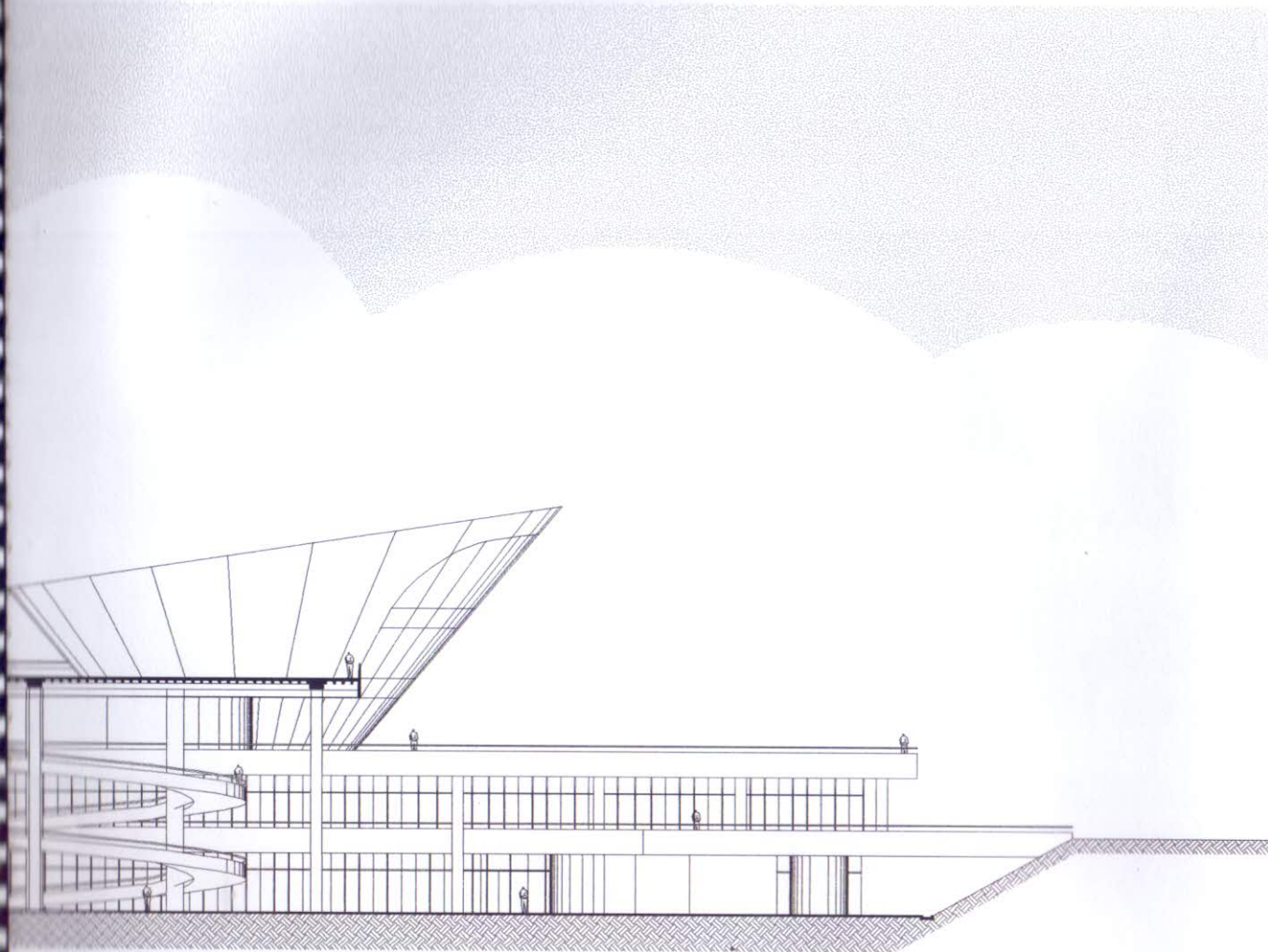
ESC. 1:500



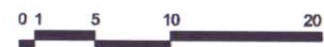


CORTE B-B
ESC. 1:500





CORTE C-C
ESC. 1:500



CONCLUSÃO

O trabalho constitui uma proposição fundamentada nas reflexões do grupo à respeito da cidade e a arquitetura. Encontra-se, porém, incompleto tendo em vista que a amplidão dos assuntos abordados exigiria, de fato, a extensão dos estudos e dos debates aqui iniciados.

O objetivo primordial do trabalho é, portanto, este: o de incentivar a discussão por parte da sociedade acerca de temas tão necessários e importantes à mesma.

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, Geoffrey. *Le Corbusier: uma análise da forma*. Martins Fontes, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- BOESINGER, Willy. *Le Corbusier*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- BOTEY, Josep Ma. *Oscar Niemeyer*. Barcelona, Gustavo Gili, 1996.
- CASTRO, Liberal de. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1977.
- COSTA, Lúcio. *O registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
- DEICHER, Susanne. *Mondrian*. Alemanha, 2001.
- FURUYAMA, Masao. *Tadao Ando*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque. *O Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Volume 7. São Paulo, Projeto, 1986.
- LYON, Dominique; DENIS, Anriet; BOISSIÈRE, Olivier. *Corbusier alive*. Paris, Vilo International, 2000.
- MEIER, Richard. *Richard Meier Architect*. Nova Iorque, Rizzoli, 1999.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha / Multigraf Editora, 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Fortaleza: A administração Lúcio Alcântara. (1979-82)*.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Lei de Uso e Ocupação do solo*. Fortaleza, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. Fortaleza, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

YÁGIZI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. *O turismo e a produção do não-lugar*. São Paulo. Hucitec. 1996.

Textos:

BARRIOS, Sonia. *A Produção do Espaço*. In, *A Construção do Espaço*. Org.: Maria Adélia de Souza e Milton Santos. São Paulo, Nobel, 1986.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura nova*. In, *Arte e Revista*. Ano 2, no. 4, agosto/1980.

GIANNOTTI, José. *O processo de trabalho*. In, *Trabalho e Reflexão*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

GOMES, Cláudio. *O uso do tempo livre*. *CJ Arquitetura*, no. 1. p. 77-83.

HARVEY, David. *Espaços urbanos na "aldeia global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*. *Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo*, n.1, agosto de 1994. Belo Horizonte. PUC-MG.

NUNES, Benedito. *O universo ideológico do Barroco*. In, *Anais do Congresso do Barroco no Brasil / Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto, 3 a 7 de setembro de 1981. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

PINO, Angel. *A categoria de "espaço" em psicologia*. In, *Representações do espaço*, org. Antônio Miguel e Ernesta Zamboni. Campinas, Ed. Autores Associados, 1996. p. 51-56.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. In, *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

TELLES, Sophia S. *Lúcio Costa: monumentalidade e intimismo*. Revista Novos Estudos – CEBRAP. Outubro/1989.

Trabalhos Finais de Graduação:

ALVES, Fred Wilson. *Centro Cívico de Chorozinho*. Fortaleza, abril/2000.

P. Jr., José Geraldo D. *Renovação Urbanística: Jacarecanga*. Fortaleza.

LIMA, Ana Paula Matos Santos. *Parque Pajeú – Revitalização do Centro de Fortaleza*. Fortaleza, setembro/1992.

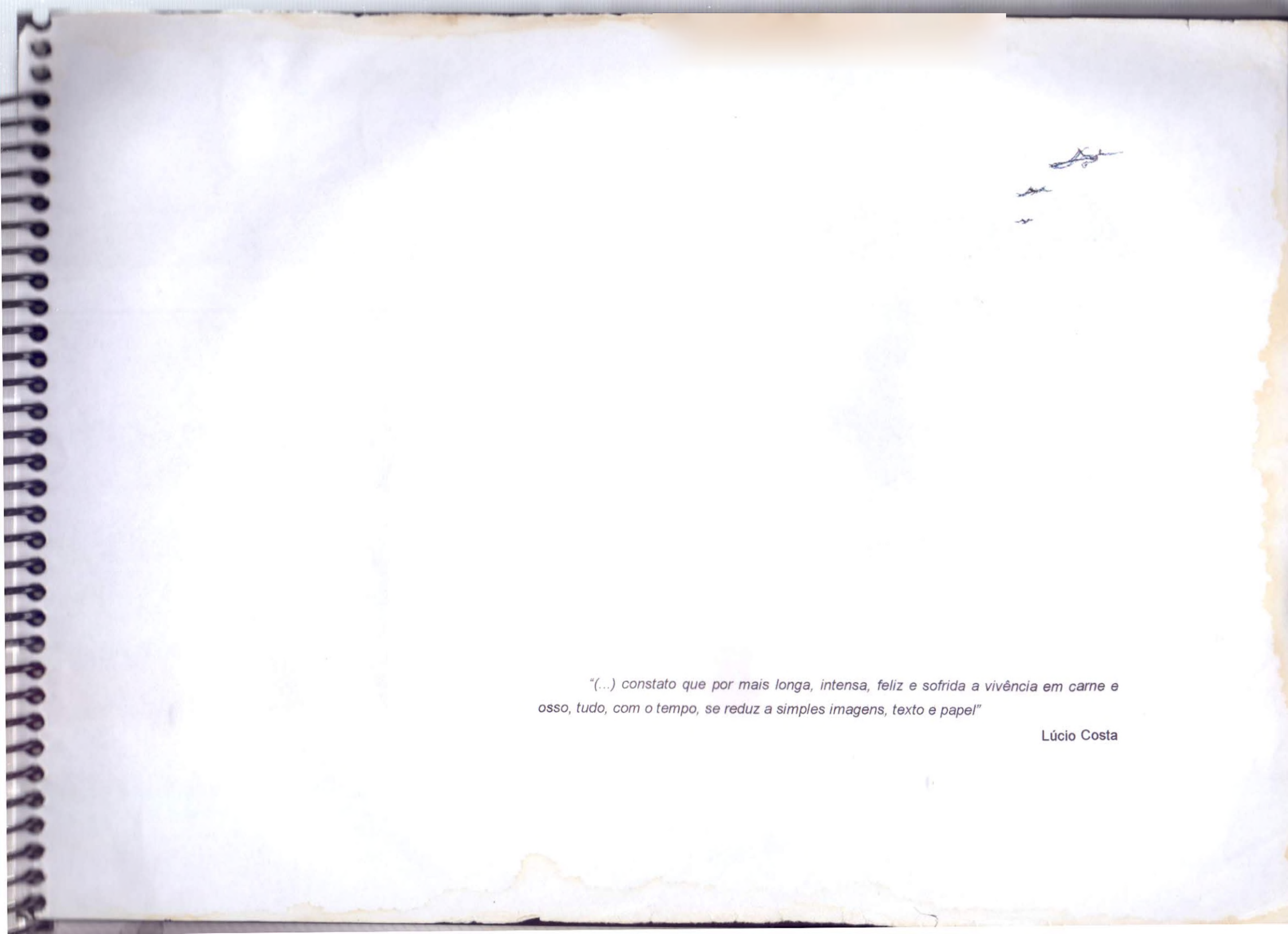
MONTEIRO, Emanuela Rangel. *Requalificação do Centro de Fortaleza: Estudo de Roteiros Temáticos*. Fortaleza, agosto/2000.

OLIVEIRA, Daniel Pinho de. *Câmara Municipal de Fortaleza*. Fortaleza, março/2000.

DIAS, Beatriz Sales; PEIXOTO, Patrícia Gomes. *Centro Político Administrativo*. Fortaleza, novembro/2000.

Outros:

Memorial dos projetos participantes do Concurso Parque da Cidade. Fortaleza, 1999.



"(...) constato que por mais longa, intensa, feliz e sofrida a vivência em carne e osso, tudo, com o tempo, se reduz a simples imagens, texto e papel"

Lúcio Costa